

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Sabrina Karlla Oliveira de Almeida

OS EFEITOS DA (IN)TOLERÂNCIA POLÍTICA NA PARTICIPAÇÃO EM
PROTESTOS NO BRASIL (2016 – 2019)

Belo Horizonte, 2021

Sabrina Karlla Oliveira de Almeida

OS EFEITOS DA (IN)TOLERÂNCIA POLÍTICA NA PARTICIPAÇÃO EM
PROTESTOS NO BRASIL (2016 – 2019)

Orientador: Mario Fuks

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Linha de pesquisa: Comportamento Político e Opinião Pública.

Belo Horizonte, 2021

320 Almeida, Sabrina Karlla Oliveira de.
A447e Os efeitos da (in)tolerância política na participação em
2021 protestos no Brasil (2016 – 2019) [manuscrito] / Sabrina
Karlla Oliveira de Almeida. - 2021.
136 f.
Orientador: Mario Fuks.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Ciência política – Teses. 2. Participação política -
Teses. 3. Movimentos de protesto – Brasil - Teses. I. Fuks,
Mario.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA 002ª/2021 DA DEFESA DE TESE DA ALUNA SABRINA KARLLA OLIVEIRA DE ALMEIDA

Realizou-se, no dia 12 de março de 2021, às 14:00 horas, a defesa da tese, intitulada “*Os efeitos da (in)tolerância política na participação em protestos no Brasil (2016 – 2019)*”, elaborada e apresentada por SABRINA KARLLA OLIVEIRA DE ALMEIDA, número de registro 2016654419, graduada no curso de CIÊNCIA POLÍTICA. A tese é requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em CIÊNCIA POLÍTICA e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Mario Fuks - Orientador (DCP/UFMG), Prof. Thiago Moreira da Silva (DCP/UFMG), Prof. Gabriel Ávila Casalecchi (UFSCAR), Prof. Ednaldo Aparecido Ribeiro (UEM), Profa. Ana Paula Karruz (DCP/UFMG), todos por videoconferência, incluindo a referida discente. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 12 de março de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Ednaldo Aparecido Ribeiro, Usuário Externo**, em 12/03/2021, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Ávila Casalecchi, Usuário Externo**, em 12/03/2021, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Karruz, Membro**, em 12/03/2021, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fuks, Professor do Magistério Superior**, em 12/03/2021, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Thiago Moreira da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 15/03/2021, às 21:48, conforme horário oficial de

https://sei.ufmg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=640888&infra_sistema=10000100&infra_unidade_atual=110000288&infra_hash=14179cf5db... 1/2



Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0618882** e o código CRC **E05FBA5F**.

À minha mãe, sempre

AGRADECIMENTOS

São muitos, felizmente. Início o fim do trabalho e me vêm rostos e nomes, me sinto feliz e muitíssimo grata.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais, a todos que compõem o Programa de Pós de Graduação em Ciência Política e à CAPES pelo investimento e viabilização da realização desta pesquisa e do meu doutorado.

Agradeço imensamente aos membros convidados para a composição da banca, professores Ednaldo Ribeiro, Ana Karruz, Gabriel Casalecchi, Tiago Moreira, Bruno Reis e Mariela Rocha, é um privilégio e uma enorme satisfação contar com suas contribuições para o trabalho e para minha trajetória acadêmica. Agradeço a meu orientador Mario Fuks por me apresentar à agenda de pesquisa, pelos ensinamentos e entendimento de que o trabalho exige maturação e paciência.

Agradeço de coração a Alessandro Magno da Silva, Bruno Reis e Ana Karruz pela generosidade e tato humano sem os quais a pós-graduação não seria possível.

Agradeço a meus corações Paula Boarin, Jaqueline Hansen, Joel Dias, Carlos Alberto Esteves, Mariana Cockles e Augusta Teixeira, o melhor que a ciência política me proporcionou.

Dos anjos que habitam os corredores de pós-graduação, agradeço a Mauro Lúcio, que dentre tantos ensinamentos me disse que sempre podemos pedir ajuda e não sofrer sozinha.

Agradeço a meus queridos colegas do CECOMP (Centro de Estudos do Comportamento Político) Jaqueline Hansen, Joel Dias, Tábata Moreira, Audrey Dias, Mariela Rocha, Eduardo Tamaki, Pedro Marques, Ana Moura, Matheus Ferreira, Felipe Lima, Mila Freire, Luis Coletto, Laura Beghini pelo crescimento contínuo e coletivo. E a Asbel Bohigues pela disponibilidade e contribuições ao trabalho.

Agradeço também a todas que compuseram e se dedicaram ao GIMAPP (Grupo Interdisciplinar de Metodologias em Avaliação de Políticas Públicas).

Agradeço a todos os demais amigos e colegas que (re)encontrei na UFMG, Raquel D'Albuquerque, Natália Porto, Mel Veneroso, Leonardo Silveira, André Carvalho,

Mayara Alves, Livia de Souza, Natália Aguiar, Wesley Matheus, Rafael Sanches, Rosiene Guerra, Bárbara Lamounier, Ciro Resende, Bruno Arcas, Haína Coelho, Isabella Dias, Maria Alice Ferreira, Danúbia Zanetti, Jéssica Fernandes, Marco Konopacki, Thales Quintão, Bárbara Salatiel, Beatriz Ribas.

Agradeço às minhas queridas professoras de escrita Laura Cohen e Flavia Peret, e aos demais queridos amigos escritores do Estratégias Narrativas – Rodrigo Miranda, Livia Aguiar, Luciana Campos, Carina Santos, Luciana Abdo, Laetitia Jourdan, Rosa Araújo, Elza Silveira, Amanda Ribeiro Barbosa, Olívia Gutierrez, Débora Rocha.

Aos amigos de BH, Paulinho, Bruno, Henrique, Camila, Rúbia, Aline, Raquel.

Agradeço à toda a equipe da FGV DAPP. Agradeço a Daniel Almada pelo projeto gráfico da capa.

Agradeço com amor a Rodrigo Miranda, pelo trabalho na edição, revisão e epígrafe da tese. Agradeço também a Angélica Miranda pelo suporte e acolhimento.

Agradeço aos amores que se iniciaram na ciência política e seguem comigo Ana Carolina Barros, Radamés Marques, Raissa Bezerra, Alexandre Lins, Rodrigo França, Ruan Nogueira.

Agradeço aos meus amores Cezar Accioly, Raquel Ramalho, Renato Contente, Lays Nogueira, Bruna Nogueira, Jacqueline Canavarro, Natasha Neves, Ravi Pellizzi, Nelson Reis, Gabriel Leôncio, Clarissa Borges.

Agradeço ao meu pai Lindberg, meu irmão Thalles, Minha tia Carmen, minha vizinha Maria do Carmo e minha mãe Cleo, a quem dedico este trabalho.

Por volta do ano 1500, algumas tribos de cultura polinésia que habitavam a Nova Zelândia lançaram-se ao mar, rumo ao leste. Encontraram e ocuparam um conjunto de ilhas até então desabitadas no Pacífico Sul, e chamaram o arquipélago de Rēkohu, “Sol Enevoadado”, na língua dos Moriori. Segundo a tradição oral desse povo, a ida para Rēkohu foi motivada por conflitos violentos entre tribos. Os conflitos, que persistiram após a chegada, logo foram cessados quando, num desses episódios, Nunuku-whenua –um chefe da tribo – proclamou uma interdição sobre o assassinato e o canibalismo. Assim, os Moriori passaram a resolver suas disputas através da conciliação e de lutas rituais.

A Lei de Nunuku pôs fim à violência intertribal entre os Moriori, sem a ameaça de violência, não era preciso construir fortificações, como as que existiam em outros territórios ancestrais. Foi desses últimos territórios que chegaram alguns dos polinésios que haviam ficado para trás: os Māori. Na esteira da colonização europeia, duas tribos que haviam perdido seus territórios aportaram em Rēkohu, num navio europeu carregado com armas de fogo, machados, porretes e toneladas de batatas. Os recém-chegados desconheciam a Lei de Nunuku, tinham seus próprios costumes no que dizia respeito a conflitos. Os Māori iniciaram a cerimônia do takahi, o “caminhar pela terra”, através da qual assumiam a posse do território, quando encontravam nativos informavam que sua terra havia sido tomada.

Um conselho de Moriori se reuniu para decidir como reagiriam. Alguns jovens defenderam que, como os invasores não eram regidos pelo princípio de Nunuku, os Moriori deveriam resistir e lutar. A decisão final, no entanto, foi definida por dois chefes anciões, que argumentaram: “a lei de Nunuku não era uma estratégia para a sobrevivência, a ser adotada ao sabor das circunstâncias; ela era um imperativo moral.” (King, 2000, p. 67). O conselho decidiu pela paz. Já os Māori, de acordo com seus costumes de guerra, avançaram sobre os assentamentos nativos e massacraram a população. Nas palavras de um sobrevivente, “[os Māori] começaram a nos matar como ovelhas. (...) [estávamos] aterrorizados, e fugimos para as matas, nos escondemos em buracos, em qualquer lugar para escapar dos inimigos. Não adiantou; nós fomos descobertos e mortos – homens, mulheres e crianças, indiscriminadamente.” Uma parte dos integrantes da comunidade foi escravizada e proibida de falar o idioma Moriori, de casarem-se e terem filhos entre si, e forçados a profanar seus lugares sagrados; outra parte foi morta por meio de ritual.

Hoje, quem caminha pelas ilhas, “que contam com um cenário deslumbrante, tesouro cultural, história intrigante, um estilo de vida descontraído, abundância de frutos do mar e as conhecidas boas-vindas calorosas e amigáveis aos visitantes”, ainda pode encontrar árvores centenárias, em cujos troncos os Moriori entalharam figuras antropomórficas, padrões geométricos e animais. Os significados dessas imagens são incertos, assim como os relatos sobre esse povo, já que a corrente geracional que os preservava foi rompida devido ao comportamento, princípios e normas que decidiram adotar.

Rodrigo Miranda

Belo Horizonte, 2020

RESUMO

Nos últimos anos, o Brasil viu o surgimento de manifestações políticas lideradas por movimentos com diferentes agendas e insatisfações, acompanhado por um aumento nas atitudes de hostilidade entre os grupos. O presente estudo investiga se, e como, as atitudes (in)tolerantes estão ligadas ao engajamento político – mais especificamente, à atividade de protesto – e os custos e efeitos que essas atitudes podem ter em um sistema democrático. O estudo utiliza técnicas multivariadas com dados do Lapop (2016-2017; 2018-2019) e do Datafolha (2019) para testar se a (in)tolerância leva à participação em protestos e como as chances de participação de um grupo são afetadas a depender de sua posição em um espectro de (in)tolerância e de suas preferências e princípios democráticos. A hipótese de trabalho é de que a (in)tolerância política varia de acordo com as configurações e relações entre grupos e, portanto, não afeta diretamente a participação em protesto, se considerada isoladamente. A (in)tolerância está relacionada aos custos percebidos de tolerar grupos políticos rivais que, por sua vez, determinam a propensão individual a atitudes (in)tolerantes que afetam o engajamento político. Os resultados mais gerais da pesquisa indicam que os grupos aos quais a (in)tolerância é direcionada e a adesão do grupo de pertencimento aos princípios democráticos estão frequentemente conectadas a atitudes (in)tolerantes e envolvimento em protesto. Eu argumento, portanto, que os efeitos da (in)tolerância só podem ser adequadamente compreendidos, e medidos, quando se leva em consideração quais grupos e comportamentos são tolerados ou não, e por quais razões.

Palavras-chave: (In)tolerância política. Participação em protestos. Grupos. Orientações e preferências democráticas. Brasil.

ABSTRACT

In recent years, Brazil has seen a surge in political protests, led by movements with differing agendas and grievances, and which is accompanied by an increase in attitudes of hostility between groups. The present study investigates whether, and how, (in)tolerant attitudes are linked to political engagement – more specifically, to protest activity – and the costs and effects these attitudes may have on a democratic system. The study employs a multivariate approach on data from Lapop (2016-2017; 2018-2019) and Datafolha (2019) to test whether (in)tolerance leads to participation in protests, and how a group's chances of participation are affected by its position on a spectrum of (in)tolerance, and by its democratic preferences and principles. The study's hypothesis is that political (in)tolerance varies according to group's relations and configurations, and thus does not directly affect participation in protest, if considered in isolation. (In)tolerance is related to the perceived costs of tolerating rival political groups and, in turn, these costs determine individual propensity to (in)tolerant attitudes, which affect political engagement. General results of this inquiry indicate that the identity of groups to whom (in)tolerance is directed and the group's identity adherence to democratic principles are frequently connected to (in)tolerant attitudes and protest involvement. I argue, therefore, that the effects of (in)tolerance can only be adequately understood, and measured, when one takes into account which groups and behaviors are tolerated or not, and for what reasons.

Keywords: Political (in)tolerance. Protest participation. Groups. Democratic values and principles. Brazil.

Índice de Ilustrações

Tabela 1 - Condicionantes da (in)tolerância	21
Tabela 2 - Regressão Logística – (In)tolerantes e protesto	87
Tabela 3 - Regressão Logística – (In)tolerantes e protesto pelo grupo de desafeição:	88
Tabela 4 - Regressão Logística – (In)tolerantes e protesto pelo grupo de desafeição: pessoas que defendem a legalização do aborto	89
Tabela 5 - Regressão Logística – Intolerantes e protesto pelo grupo de desafeição:	89
Tabela 6 - Regressão Logística – (In)tolerantes e protesto pelo grupo de desafeição: PSDBistas/ Simpatizantes do PSDB	90
Tabela 7 - Regressão Logística – (In)tolerantes e protesto pelo grupo de desafeição: Petistas/ Simpatizantes do PT	90
Tabela 8- Regressão Logística – Intolerantes e protesto pelo grau de (In)tolerância - grupo de desafeição PSDBistas/ Simpatizantes do PSDB	92
Tabela 9 - Regressão Logística – (In)tolerantes e protesto pelo grau de (In)tolerância - grupo de desafeição: Petistas/ Simpatizantes do PT	92
Tabela 10 - Regressão Logística – (In)tolerância política e protesto	103
Tabela 11 - Regressão Logística – (Des)afeição partidária e protesto	104
Tabela 12 - Regressão Logística – (In)tolerância política e afeição partidária (PT - PSL)	112
Figura 1 - Resumo esquemático das variáveis	76
Quadro 1– Resumo das hipóteses	75
Quadro 2 – Variáveis de (In)tolerância	78
Quadro 3 - Frequência da escala de intolerância	79
Quadro 4 - Estatística descritiva da variável Intolerantes	80
Quadro 5 - Tabulação cruzada: Grupo de desafeição e (in)tolerância	80
Quadro 6 - Tabulação cruzada: Grupo de desafeição e preferências democráticas	81
Quadro 7 - Tabulação cruzada: (In)tolerância e preferências democráticas	82
Quadro 8 - Tabulação cruzada: Preferências democráticas e participação em protestos ..	83
Quadro 9 - Tabulação cruzada: (In)tolerância e participação em protestos	84
Quadro 10 - Tabulação cruzada: Grupos de desafeição e participação em protestos	84
Quadro 11 – Variáveis de (In)tolerância	96
Quadro 12 - preferência partidária	98
Quadro 13 - Tabulação cruzada: (in)tolerância partidária e participação em protestos ..	98
Quadro 14 - Participação em protestos nos últimos doze meses	101
Quadro 15 – Variáveis de (In)tolerância	108
Quadro 16 - preferência partidária	109

Quadro 17 - Tabulação cruzada: (In)tolerância e preferência partidária (PT - PSL).....	110
Gráfico 1 - Escala de (in)tolerância ao PT e participação em protesto	99
Gráfico 2 - Escala de (in)tolerância ao PSDB e participação em protesto.....	99
Gráfico 3 - Escala de (in)tolerância ao MDB e participação em protesto.....	100
Gráfico 3 – Preferência partidária e participação em protesto	101

Sumário

1	Introdução.....	13
1.1	(In)tolerância: conceito e abordagens clássicas.....	17
1.2	Condicionantes da (in)tolerância política.....	20
1.3	Delineando a abordagem de trabalho	26
1.4	Um contraponto importante à terminologia	27
1.5	Motivações dos “extremos”: autonomia pessoal <i>versus</i> conformidade social	31
1.6	Grupos alvo e o objeto da (in)tolerância	39
2	Participação política e porque protestar	45
2.1	Origens e determinantes	45
2.2	Conceito e motivação	51
2.3	(In)tolerância e participação	55
2.4	Elaborando as hipóteses	62
2.5	Polarização, intolerância e participação	63
2.6	O caso brasileiro e os protestos contemporâneos	67
3	Desenho de pesquisa e resultados	75
3.1	Seção empírica Lapop (2016-2017)	76
3.1.1	Análise descritiva	76
3.1.2	Análise inferencial.....	85
3.1.3	Discussão dos resultados.....	93
3.2	Seção empírica Lapop (2018 – 2019).....	95
3.2.1	Análise descritiva	96
3.2.2	Análise inferencial.....	102
3.2.3	Discussão dos resultados.....	105
3.3	Seção empírica Datafolha (2019).....	107
3.3.1	Análise descritiva	107
3.3.2	Análise inferencial.....	111
3.3.3	Discussão dos resultados.....	113
3.4	Análise geral dos resultados	114
4	Conclusão.....	119

Referências bibliográficas.....	122
ANEXO	128

1 Introdução

O Brasil contemporâneo tem testemunhado uma ascensão evidente de mobilizações e manifestações de grupos reconhecidamente antagônicos em suas ideias, práticas e crenças. Divisões exacerbadas, provenientes do ambiente político, parecem demarcar grupos muito bem definidos de afeição e de desafeição, surge um quadro em que pessoas interessadas em questões políticas gostam cada vez menos, e desconfiam cada vez mais, daqueles que se encontram “do outro lado” (IYENGAR et al, 2018). Por isso, o tema da (in)tolerância, juntamente com a participação política, ganha relevo – em meio, ainda, a um cenário de crescente descrença em relação aos agentes políticos e às instituições democráticas. E, se no âmbito teórico “a participação e a tolerância parecem ser consensualmente ligadas, no plano empírico a literatura ainda não tem respostas definitivas sobre a natureza dessa relação” (FUKS, RIBEIRO & BORBA 2018, p. 9).

Enquanto pressuposto para a coexistência entre diferenças, a tolerância política é amplamente reconhecida como um dos mais importantes valores para a democracia (SULLIVAN, PIERESON & MARCUS, 1982). Contudo, no contexto recente em que certos problemas vão emergindo em escala global, acirram-se os conflitos sociais bem como atitudes, e se sobressaem manifestações massivas que podem ser “uma fonte tanto de esperança quanto de medo” (BUTLER, 2018, p. 7). Nesse sentido, causa otimismo o engajamento cidadão que demanda inclusão social, transparência pública e a defesa de direitos, mas também preocupa a emergência e o fortalecimento de movimentos calcados em retóricas intolerantes frequentemente dirigidas contra os segmentos mais vulneráveis e marginalizados da sociedade. Essa preocupação diz respeito não somente à vida e ao bem-estar desses grupos, mas à própria integridade da ordem democrática.

Não obstante, se por um lado a tolerância é frequentemente vista como um valor positivo que denota ausência de preconceito, racismo ou etnocentrismo (RAPP & ACKERMANN, 2016), por outro lado há correntes que compreendem a intolerância como um fenômeno ativo, que exige envolvimento e iniciativa no esforço de limitar ou causar impacto real na vida de grupos “dissidentes” aos quais se direcionam atitudes e sentimentos negativos (MUTZ, 2002; ARWINE, 2012). Em outras palavras: enquanto a tolerância não exige, a princípio, qualquer ação em particular, uma atitude intolerante se materializa em ações mais específicas de cerceamento à atividade de outros.

Além disso, expressões significativas de participação política — aqui compreendida como participação em protestos — também são encaradas pela literatura como uma maneira importante de se influenciar sistemas políticos e, por conseguinte, aperfeiçoar regimes democráticos (DAHL, 1971; SULLIVANAN & TRANSUE, 1999). No campo do Comportamento Político, tradicionalmente, se aborda a participação como o resultado de um conjunto de características e recursos individuais (VERBA et al, 1995; MCCLURG, 2003). Mas, para pensar o Brasil hoje, é necessário compreender as raízes do conflito intergrupos, compreendendo os pensamentos e sentimentos específicos que são despertados nessas relações. É preciso lançar luz sobre os processos que encadeiam identidades de grupo, posicionamentos políticos e engajamento. A participação política, por exemplo, envolve custos, com os quais grupos coesos e firmes em suas lutas (redes políticas) podem lidar de maneiras diferentes, se comparados a grupos mais difusos. As dinâmicas de grupo impõem expectativas e pressões sobre seus membros, ajudam a moldar as percepções de ameaça e urgência, e exercem influência sobre o conteúdo e a formulação das demandas políticas (MUTZ, 2002; GIBSON, 2006). Todas essas dinâmicas podem variar, na medida em que elementos contextuais e a forma como são percebidos variem.

É intento deste estudo focalizar na compreensão de como a (in)tolerância se manifesta e motiva a ação de protesto, a quem ela se dirige, e o porquê. Assim, investigo a relação entre (in)tolerância e participação política, a partir da seguinte questão mais geral de pesquisa: no contexto do Brasil contemporâneo (2016-2019), a (in)tolerância leva à participação política? Minha hipótese é que no Brasil contemporâneo a (in)tolerância em si não necessariamente leva à participação, e para compreender essa associação é preciso identificar a quem se dirigem sentimentos de (in)tolerância e desafeição. Além disso, investigo as hipóteses específicas que testam se as chances de participação em protestos aumentam à medida que os grupos se localizam mais nos extremos da (in)tolerância; e se orientações e preferências democráticas que distinguem os grupos têm efeitos no grau de (in)tolerância e na participação em protesto.

O trabalho se utiliza dos dados do Lapop¹, no período que compreende as duas mais recentes ondas do *survey* (2016-2017; 2018-2019), e que especificamente em 2016-2017 contou com a inclusão de perguntas sobre (in)tolerância, a partir da metodologia desenvolvida por Sullivan, Piereson e Marcus (1982) do *least-liked group*, apropriada para

¹ Projeto de Opinião Pública da América Latina - <https://www.vanderbilt.edu/lapop/>

o contexto brasileiro. Adicionalmente, o trabalho incorpora dados de pesquisa de opinião do Instituto Datafolha em 2019. Metodologicamente, utiliza-se de estatística descritiva e inferencial, lançando mão de modelos de regressão logística binomial, técnica multivariada adotada para a verificação das hipóteses de trabalho.

Baseando-se em discussões que vão da literatura cânone do Comportamento Político a estudos mais recentes, este trabalho divide-se, para além desta introdução, em diferentes seções de discussão teórica, metodológica e analítica. A primeira dessas seções explora e articula o aporte teórico referente ao objeto, delimitando o conceito e apresentando os principais autores com os quais estabeleço interlocução. Nela, descrevo de forma mais pormenorizada diferentes aspectos da (in)tolerância, dando ênfase à importância de se compreender diferentes elementos motivadores do fenômeno, em diferentes contextos. Também focalizo o argumento segundo o qual, para discernir e interpretar o quê e o porquê se ensejam práticas (in)tolerantes, é imprescindível centrar na compreensão e distinção de a quem se dirige a (in)tolerância.

Nas seções subsequentes, conecto o tema da intolerância com o da participação, mobilizando as correntes que embasam minhas hipóteses. Recorro a essa literatura para considerar diferentes possibilidades sobre como e em que condições a (in)tolerância pode se relacionar com o engajamento político, e em particular com a participação em protestos. Com esse fim, faço uma breve incursão no debate sobre polarização política e sobre o histórico recente de mobilização social no Brasil, explorando ocorrências que exemplificam os diagnósticos propostos pela literatura.

Ao longo dessa exposição teórica, reitero a importância de dois temas ou aspectos principais: primeiro, a centralidade dos grupos como nexos fundamentais de diferentes fenômenos que se interconectam. E segundo, o questionamento à tolerância enquanto valor universal, cuja importância independe das consequências que ela produz. Na literatura e no caso que mobilizo, enfatizo os argumentos que centram na avaliação contextual e ponderada sobre quais posições políticas a (in)tolerância emerge e como repercutem nos direitos e proteções democráticas.

Em seguida, apresento o desenho de pesquisa, demonstrando como a escolha dos dados e metodologia de análise se alinham às hipóteses e aos pressupostos teóricos discutidos nas seções anteriores. Passando à descrição dos achados empíricos, considero as especificidades dos três conjuntos de dados, estes são analisados e discutidos

separadamente. A análise busca distinguir as associações entre (in)tolerância e as diversas variáveis relativas ao perfil dos respondentes, em cada levantamento, e em especial aquelas variáveis relacionadas à participação em protesto. Desagregando a análise dessa forma, torna-se possível discernir os graus de (in)tolerância de diferentes grupos, os objetos da sua (in)tolerância, e como ela se relaciona com seu engajamento político, mais especificamente na modalidade de protesto.

Tendo em mãos a descrição detalhada dos resultados, a seção seguinte se dedica a discutir suas implicações para as hipóteses da pesquisa. Avalio em que medida os achados corroboram as hipóteses, como se articulam com as balizas teóricas mobilizadas e quais as implicações que podem ser formuladas sobre a relação entre (in)tolerância e participação em protestos.

1.1 (In)tolerância: conceito e abordagens clássicas

“What is tolerance? It is the consequence of humanity.”

Voltaire (1763)

O fenômeno da (in)tolerância se manifesta em uma profusão de objetos de investigação, incluindo relações marcadas por diferenças de natureza variada: culturais, raciais, étnicas, de sexualidade, religiosas, ideológicas e de posições políticas, e também no que diz respeito ao apoio ou oposição a regimes (BROWN, 2006). Na literatura clássica do Comportamento Político, o tema da (in)tolerância não se apresenta vastamente explorado. E, do ponto de vista terminológico, a tolerância é mais usualmente explorada para o entendimento do comportamento/engajamento político; a intolerância, em contrapartida, tende a assumir menor protagonismo nessas análises. Em termos conceituais:

A tolerância implica uma vontade de ‘tolerar’ as coisas que alguém rejeita. Politicamente, implica uma disposição para permitir a expressão daquelas ideias ou interesses aos quais alguns se opõe. Um regime tolerante, então, como um indivíduo tolerante, é aquele que permite um amplo espaço para aquelas ideias que desafiam seu modo de vida. (SULLIVAN, PIERESON, MARCUS 1982, p. 784, tradução nossa).

De maneira geral, a (in)tolerância é abordada de modo a entender sua interação com outras atitudes e comportamentos, ou o seu grau de distribuição em dada sociedade a partir de determinada conjuntura histórica (SULLIVAN et al, 1981; FELDMAN, 2017). Ainda, é possível entendê-la levando em conta macroprocessos, como mudanças em sociedades que elevam seus níveis de escolarização e industrialização, por exemplo, sendo importante compreender os determinantes que podem afetar os níveis de (in)tolerância e como isso repercute em dado contexto social².

Gibson (2006) define tolerância e intolerância como atitudes com essências distintas, e não como extremos de um contínuo. Além disso, elas são “caracterizadas por propriedades psicométricas únicas que implicam diferentes consequências para o comportamento político” (ABBARNO, 2013, p. 39). De maneira geral, e como afirma

² “Intolerance can be linked to threat and social change, thus providing a more dynamic interpretation of the conditions that increase or decrease tolerance” (FELDMAN, 2017, p. 2).

Abbarno (2013), é amplamente admissível que a democracia funciona melhor quando as pessoas são politicamente participativas e quando não se impõe obstruções para que todos possam tomar parte na vida política, sendo assim a tolerância e a participação política desejáveis e basilares para a democracia. Contudo, em determinados contextos, a intolerância pode ser mobilizada e instrumentalizada podendo apresentar ameaça substantiva ao sistema político ou a grupos e identidades específicas, como postulado por Sullivan, Piereson e Marcus (1982). Por conseguinte, a reação a esta intimidação pode vir a ser interpretada e justificada como uma atitude de defesa da própria democracia e de seus alicerces subjacentes (ROHRSCHEIDER, 1996).

Em termos cronológicos e mais gerais, a origem dos estudos sobre tolerância é atribuída a Stouffer (1955) cuja análise precursora tem como cerne as atitudes dos estadunidenses em relação a grupos de esquerda durante a era McCarthy (1947-1957). A pesquisa se balizou por dois *surveys* nacionais aplicados pelo pesquisador, usando-se de amostragem probabilística com mais de 2400 casos cada. Assim, perguntava aos respondentes se grupos “assumidamente impopulares” deviam ter permissão de se engajar em determinadas atividades, como fazer discursos na comunidade e ensinar em colégios ou universidade, e se livros atrelados a pessoas desses grupos deveriam estar em bibliotecas públicas. Entre os que compunham os “impopulares” estavam ateístas, socialistas e comunistas, racistas, autoritários e homossexuais. O foco analítico do estudo era identificar o apoio a grupos de esquerda – ateístas, socialistas e comunistas –, seus resultados mostraram que a maioria expressiva dos participantes que compunham a amostra não apoiava as liberdades civis desses grupos. A percepção de ameaça, consoante à argumentação do autor, definia a inclinação dos cidadãos em suprimir os direitos dos referidos grupos de esquerda.

Sullivan, Piereson e Marcus (1982) também foram precursores nas abordagens metodológicas sobre o tema da tolerância política, e apontaram que a intolerância pode ser “ideologicamente simétrica”. Em outras palavras, quando grupos são confrontados com a perspectiva de que direitos fundamentais, como a liberdade de expressão, sejam garantidos a grupos dos quais eles desgostam fortemente, muitas vezes optam por negar esses direitos aos grupos rivais. Isso ocorre, seja o grupo/sujeito conservador ou liberal, de modo que posicionamentos ideológicos são pouco relevantes para que a tendência se manifeste. Seguindo assim o postulado pelos autores, as pessoas com orientação de direita ou de esquerda podem se mostrar intolerantes quando confrontadas com grupos que

rejeitam ou que se opõem ao seu conjunto de preferências ideológicas³. A importância dada a distinção dos grupos alvo da (in)tolerância se manifesta de forma muito premente na obra dos autores – “a tolerância pressupõe uma objeção política a um grupo ou a uma ideia, e se tal objeção não emerge, o problema da tolerância também não.” (MARCUS et al, 1982, p. 781, tradução nossa). Além disso, consideram também que os níveis de (in)tolerância variam significativamente a depender de como são mobilizadas a determinados grupos em dado contexto histórico.

Com base nisso, e a partir de uma certa ponderação crítica ao desenho de Stouffer – que se concentrou no apoio às liberdades civis a grupos de esquerda estritamente, comprometendo a aplicação à tolerância política em sentido mais amplo – Sullivan et al (1979)⁴ propuseram uma mensuração de tolerância política a partir de um procedimento em duas etapas. Os pesquisadores identificaram, primeiramente, a quem (ou a quais grupos) o respondente possuía objeções políticas e/ou sentimentos negativos. No segundo momento, com base na identificação do grupo ao qual o indivíduo “menos gostava”, estimou-se em que medida o respondente apoiava ou se opunha aos direitos políticos desse grupo. Essa metodologia, nomeadamente “least-liked group”, busca identificar grupos-alvo individualizados para cada respondente, que em seguida se defronta com perguntas acerca de direitos básicos que estariam dispostos a conceder a esses grupos – como o direito de realizar uma manifestação, fazer um discurso, candidatar-se a um cargo público, ensinar em escolas públicas ou existir como uma entidade política (SULLIVAN et al. 1979, 1982; SULLIVAN & TRANSUE, 1999)⁵.

Gibson (2013) elenca três abordagens pensadas para mensurar tolerância política: “least liked”, grupo fixo e método de apoio às liberdades civis⁶. Segundo o autor, trata-se

³ O estudo está marcadamente assentado no contexto dos Estados Unidos do fim da década de 1970, e leva em consideração grupos como racistas (membros da Ku Klux Klan) e fascistas; e comunistas, ateus e pessoas pró direito ao aborto, conjunto que os autores consideram ser “posições que são ortogonais às dimensões esquerda-direita” (p. 785). Os autores ainda concluem que “as descobertas deste estudo sugerem que, embora os níveis de intolerância são agora bastante elevados na sociedade americana, a diversidade dos alvos da intolerância impede, por enquanto, um ameaça substancial às liberdades civis. (p. 793)”. Aqui cabe apontar ao menos duas críticas: o pressuposto de que racistas e fascistas, de um lado, e comunistas, ateus e pessoas pró direito ao aborto, do outro, representam dois extremos radicais de um contínuo; a outra consiste na controvérsia de que a tolerância a fascistas e membros da Ku Klux Klan já não representasse por si só uma ameaça às liberdades civis de parcela significativa de cidadãos.

⁴ Ambos Sullivan et al. (1979) e Stouffer (1955) são as referências cânones do campo ao se tratar de formas de mensuração do conceito de tolerância.

⁵ Essa metodologia foi replicada no Lapop (2016-2017) para bateria acerca da (in)tolerância.

⁶ “Briefly, fixed-group measures of tolerance are those in which the questions refer to political groups selected by the researcher (e.g., Stouffer 1955). Least-liked measures allow the respondents themselves to identify the groups (e.g., Sullivan, Piereson, and Marcus 1982). Support for civil liberties refers to attitudes

da tentativa de um constructo que busca acomodar uma definição de “tolerância política geral”, ou seja, está atrelado ao grau em que os cidadãos estão dispostos a conceder extensão das liberdades civis a todos, incluindo aqueles grupos que sustentam pontos de vista e ideologias “altamente desagradáveis” (GIBSON, 2013). Mais recentemente, Gibson et al (2019) atribuíram forte relevância aos estudos da intolerância muito em decorrência da “crescente ameaça de intolerância política em muitas partes do mundo” (p. 16). Os autores consideram que o sentimento de *grievance* e os conflitos intergrupos são componentes analíticos bem mais relevantes para a compreensão dos fenômenos políticos contemporâneos do que já se pensou previamente. Por isso, defendem a importância de uma agenda de pesquisa que investigue os contextos nos quais a intolerância emerge, e, ao fazer isso, pese e reavalie os pressupostos sobre o fenômeno.

Nesse sentido, a percepção de certo recrudescimento de conflitos intergrupos e de fenômenos associados de intolerância, demonstrada em alguns estudos no passado em democracias consideradas estáveis, tem motivado iniciativas de reconsideração crítica da tolerância. Enquanto a literatura clássica, que tem sido apresentada até aqui, tende a construir e interpretar a tolerância como um atributo, prática ou situação desejável, outras reflexões (tanto mais antigas quanto mais recentes) questionam esse estatuto. Essas reflexões reexaminam a tolerância como conceito e como princípio norteador do pensamento sobre a democracia, assim, quem tolera e quem é tolerado, e o valor normativo que orienta essa relação, assumem relevância analítica central. De um lado, observam as formas através das quais a noção de tolerância pode codificar ou incorporar assimetrias de poder, e assim funcionar como mais um aspecto de relações de subjugação. De outro, põe em dúvida algumas das expectativas tradicionais sobre os efeitos da tolerância na consolidação, preservação e ampliação da ordem democrática. Em seções seguintes esses veios de crítica são explorados.

1.2 Condicionantes da (in)tolerância política

about whether certain types of activities, irrespective of the groups involved, ought to be allowed (e.g., giving certain types of inflammatory speeches; see Davis 2007 and Gibson and Bingham 1985)”) (CLAASSEN & GIBSON, 2017, P.12).

Antes de adentrar a discussão de como as variáveis de interesse deste estudo se relacionam, e a fim de apresentar de forma mais clara as contribuições da literatura clássica para a compreensão do fenômeno, sistematizei-as em categorias de condicionantes da (in)tolerância. São fatores comumente entendidos como determinantes dos comportamentos (in)tolerantes, divididos entre fatores psicológicos; apoio a valores democráticos; percepção de ameaça; recursos e fatores demográficos. Esse mapeamento será útil para delinear as balizas teóricas e as variáveis que devem ser levadas em conta para compor os modelos e o desenho da pesquisa. Com base nessas considerações, ao fim da seção delimito a abordagem e proposta do trabalho. A seguir, apresento um quadro conceitual que elenca os condicionantes da (in)tolerância:

Tabela 1 - Condicionantes da (in)tolerância

Condicionantes	Descrição	Literatura
Fatores psicológicos	Confiança, autoestima, abertura para experiências, dogmatismo.	Stouffer (1955); Sniderman (1975); Sullivan, Piereson & Marcus (1982); Feldman & Stenner (1997)
Apoio a valores democráticos	Crença em valores democráticos, preferência pela democracia, compromisso democrático.	Sullivan, Piereson & Marcus (1982); Gibson (1992; 1996); Prothro & Grigg (1960); McClosky (1964)
Percepção de ameaça	Percepção de ameaça, sobretudo a grupos sociais de pertencimento.	Stouffer (1955); Sullivan, Piereson & Marcus (1982); Gibson (1996); Mutz (2002); Feldman & Stenner (1997)
Recursos e fatores demográficos	Escolaridade, renda, idade, raça e gênero.	Stouffer (1955); Prothro & Grigg (1960); Sullivan, Piereson & Marcus (1982)

Elaborado pela autora.

Perpasso brevemente como cada um dos fatores apontados como importantes preditores para a (in)tolerância política são entendidos no campo, tanto no nível individual quanto no nível societal. Aqui, o objetivo não é explorar a fundo como cada autor e trabalho concebe esses fatores, mas apresentar de forma sistemática as relações que a literatura estabelece com a (in)tolerância. Ainda assim, é interessante notar que existem

nuances nas formulações das variáveis por diferentes estudos, como por exemplo, no caso dos traços de personalidade. Existem diferentes recortes possíveis de traços como “confiança”, “autoestima”, “dogmatismo” e “abertura para experiências”, que podem decompô-los ou associá-los em diferentes operacionalizações, mas que articulam significados afins. Esses significados constituem o foco da presente sumarização, nesse sentido, atenta-se ainda que, embora para fins analíticos esses sejam tratados separadamente, é razoável admitir a existência de interação e associação entre eles, podendo resultar na intensificação de seus efeitos.

Fatores psicológicos

Conforme a apresentação do quadro, os postulados teóricos de Stouffer (1955) e Sullivan, Piereson & Marcus (1982) foram determinantes para a definição e legitimação das variáveis mais fortemente associados ao fenômeno da (in)tolerância. No caso dos fatores psicológicos, tratam-se de variáveis identificadas e medidas no nível individual da personalidade. Stouffer, de forma pioneira, demonstra uma associação entre os níveis de confiança interpessoal dos indivíduos e suas atitudes de (in)tolerância. Para o autor, esses níveis de confiança dirigida externamente relacionam-se com experiências de convívio em ambientes mais ou menos heterogêneos. De forma geral, quanto maior a heterogeneidade, menor seria a tendência de desconfiar e, portanto, de assumir posturas intolerantes.

Sullivan et al (1982), empregando um modelo de análise multivariada, indicam que fatores psicológicos estão entre os determinantes mais significativos da (in)tolerância, ao lado da percepção de ameaça. Ao definir uma métrica de “insegurança psicológica”, os autores incorporam ao conceito uma dimensão de autoconfiança, e demonstram que esse fator possui forte relação com a tolerância política. Também apontam uma associação entre medidas de confiança e de dogmatismo, ou seja, a adesão inflexível a concepções consideradas incontestáveis. Nesse caso, quanto maior o dogmatismo, maior a falta de confiança, e, de forma correspondente, a tendência à intolerância.

Sniderman (1975) focalizou o aprendizado social e os efeitos de personalidade como definidores da tolerância e do ativismo político. Marcus et al (1995) concluem que, enquanto o neuroticismo (caracterizado por baixa confiança e por suscetibilidade ao estresse) prediz maiores graus de intolerância, a extroversão e a abertura a novas experiências se correlacionam positivamente com a tolerância. Mais recentemente, Feldman (2017) propõe a segurança psicológica como um “fator latente” que vincula as variáveis do dogmatismo, autoestima, confiança interpessoal e abertura para experiências.

Apoio a valores democráticos

O apoio à democracia também tem sido apontado como condicionante da tolerância desde a proposição do modelo de Sullivan, Piereson e Marcus (1982). Gibson, et al (1992) confirmam a existência de relacionamento significativo com medidas de apoio a instituições e a processos democráticos. Esses estudos oferecem diferentes medidas da variável, uma vez que a própria definição de apoio à democracia pode ser descrita com maior ou menor grau de detalhamento e diferentes formas de mensuração. Ainda sob essa perspectiva, Gibson (1996) argumentou que é necessário mais do que um aparato constitucional, calcado em instituições políticas democráticas, para as garantias da competição e disputas políticas. Para o autor, as democracias exigem um conjunto de valores culturais para que funcione com eficiência na moderação e, em alguma medida, neutralização dos conflitos entre os distintos grupos e interesses.

Prothro & Grigg (1960) e McClosky (1964), apontaram para a falta de consenso sobre quais são os valores democráticos fundamentais. Esses autores assinalam as frequentes incongruências que se verifica entre as preferências democráticas declaradas pelos indivíduos e a atribuição de direitos a grupos considerados objetáveis. Sobre essa inconsistência, pontuam Sullivan & Transue (1999) “o ideal democrático, para muitos cidadãos, opera em desconexão das práticas reais” (p. 633). Prothro & Grigg (1960), por exemplo, fazem levantamentos em diferentes comunidades e regiões dos Estados Unidos, e verificam uma virtual universalidade do apoio à democracia, em termos genéricos. No entanto, as posições relativas à aplicação de princípios democráticos, como a concessão de direitos políticos a minorias raciais, variam amplamente. Prothro and Grigg (1960) e McClosky (1964), dessa maneira, apontam para divisão entre os valores democráticos

fundamentais, que dizem respeito à “substância da política”, e aos procedimentos, que aludem às “regras do jogo político”.

Apesar dessas considerações sobre valores democráticos, diversos estudos demonstram correlação entre preferência pela democracia e atitudes tolerantes. Peffley & Rohrschneider (2001) observam que práticas ativistas, ou o uso de liberdades civis orientadas para a expressão de dissenso com relação a políticas majoritárias, auxiliam na percepção de urgência e no apreço pelos direitos das minorias. Essas práticas são mensuradas através de ações como participação em petições, boicotes e demonstrações pacíficas. Os autores demonstram que esse tipo de engajamento, nos casos analisados, fomenta a tolerância – relação que corrobora o modelo de “aprendizado democrático”, segundo o qual “ao se engajar nessas formas de comportamento democrático (em contraste com o ato mais cotidiano de votar), o cidadão tem maior chance de apoiar a extensão desses direitos a grupos impopulares”⁷ (p. 8). Para os autores, no entanto, o apoio às normas mais gerais da democracia é apenas um primeiro passo na sua consolidação frente ao público mais amplo.

A forma como a participação influencia o apoio a princípios democráticos e a tolerância também é discutida por Mutz (2006), que considera que o engajamento político individual é fortemente vinculado a redes e contextos sociais altamente participativos. Isso significa que é possível entender a correlação, repetidamente identificada, entre apoio a valores democráticos e tolerância, de duas formas: como um fenômeno de causalidade e como tendências que emergem, paralelamente, da participação democrática.

Percepção de ameaça

A percepção de ameaça é considerada como um dos melhores e mais consistentes preditores de intolerância, principalmente quando é provocada por inimigos políticos (GIBSON, 1996). A ideia de percepção de ameaça é fortemente mobilizada, sobretudo pela literatura mais contemporânea, como elemento central para a explicação da intolerância. Aqui, apesar de o teor mais específico das ameaças que elevam os níveis de

⁷ “By engaging in such forms of democratic behavior (as opposed to the routine act of, say, voting) the citizen is more likely to approve of extending such rights to unpopular groups.” (Peffley & Rohrschneider, 2001, p.8).

intolerância dos indivíduos ser bastante variável, a literatura indica alguns elementos comuns. Por exemplo, demonstram que a percepção de ameaça mais relevante na explicação da tolerância não alude ao bem-estar individual, mas sim àquela que supostamente atingiria o grupo social de pertencimento ou a sociedade como um todo (RIBEIRO & BORBA, 2019).

Nesse sentido, é pertinente remeter à noção de SDO (“social dominance orientation”) (PRATTO, SIDANIUS, LEVIN, 2006), que ajuda a delinear uma percepção de ameaça ao status – nos planos simbólico, material e político – dos diferentes grupos, e à ordem social que sustenta essas hierarquias (FELDMAN, 2017; MUTZ, 2018). Essa compreensão se articula com a ameaça sociotrópica como motivadora da intolerância. Nesse caso, é possível identificar a centralidade da condição do grupo de pertencimento, sobretudo em cenários de diferenças étnicas, culturais e econômicas profundamente demarcadas. Ludeke et al (2013) descrevem um conjunto de atributos que se relacionam à percepção negativa de mudanças sociais: necessidades de ordem, intolerância à ambiguidade e à incerteza. Ao mesmo tempo, podemos elencar os estudos que sugerem que a percepção de ameaça reforça o apego a uma ordem social estável e coesa, inclusive na manutenção de hierarquias. (PRATTO, SIDANIUS, LEVIN, 2006; FELDMAN, 2017; MUTZ, 2018). Segundo Sullivan e Transue (1999), dando seguimento à noção de que a percepção de ameaça se dirige majoritariamente a grupos de desafeição, argumentam que os níveis de intolerância são afetados pela forma como as elites políticas e a mídia retratam “aqueles que têm ideias menos populares”. Acrescentam, ainda, que as percepções de ameaça são determinantes, mas não necessariamente na delimitação dos grupos de desafeição – e sim, ao estabelecer em que grau um grupo “irá internalizar e aplicar os princípios democráticos de autocontenção e tolerância, ou se irá deixar esses princípios de lado em situações particularmente difíceis” (p. 633).

Recursos e fatores demográficos

Diversos teóricos salientaram e salientam a centralidade desses componentes para a interpretação dos fenômenos os quais o campo do Comportamento Político tem se dedicado. Stouffer (1955), tendo por foco analítico o sentimento de ameaça proveniente do comunismo, identificou que o receio frequentemente advinha de desinformação e que,

assim, a qualidade da educação era elemento central para a construção de uma sociedade tolerante. Mutz (2002) salienta que o argumento de Stouffer está vinculado à noção de que a educação expõe os indivíduos a pontos de vista e valores diversos, por vezes conflitantes, e por essa razão a educação e a tolerância estão intimamente associados. Tese a qual a autora também se filia, ao considerar necessário se ter acesso e assimilação dos argumentos “do outro lado” da política para que se possa atribuir reconhecimento e legitimidade às suas questões (MUTZ, 2006).

Similarmente, Prothro & Grigg (1960) verificaram que os recursos, mais especificamente escolaridade e renda, coincidem com atitudes mais consistentemente orientadas para a execução de princípios e normas democráticas. Recursos (dinheiro, tempo, habilidades cívicas), e componentes demográficos (renda, educação, ocupação, raça ou etnia, gênero e religião), são, de maneira geral, variáveis preditivas muito importantes para a literatura do Comportamento Político (VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 1995) e isso inclui padrões de participação. É importante salientar, no entanto, que frequentemente tais estudos incorporam essas variáveis como *proxies*, que se correlacionam fortemente com certos comportamentos e atitudes – mas que não os explicam de todo.

1.3 Delineando a abordagem de trabalho

Desde os estudos de Stouffer (1955) a literatura tem produzido avanços teóricos e metodológicos relevantes a fim de explorar quais os determinantes que impulsionam as atitudes de (in)tolerância. Como demonstra o quadro, o autor delineou os fatores essenciais com os quais os estudiosos puderam dar seguimento a esta agenda. Dessa maneira, através de seu estudo cânone sobre a intolerância a grupos – à época estigmatizados na sociedade norte americana –, como explicado em seções anteriores, fica evidenciada a relação e os efeitos da percepção de ameaça para supressão de direitos políticos, bem como a combinação de efeitos de escolaridade (principalmente)⁸, idade, renda e gênero e outras predisposições psicológicas.

⁸ “The literature on political tolerance argues that education is important because it ‘puts a person in touch with people whose ideas and values are different from one’s own’ (STOUFFER 1955 *apud* MUTZ & MARTIN, 2001).

Considerando o foco teórico e analítico deste trabalho – o papel da (in)tolerância em fenômenos de engajamento coletivo – faz-se necessário definir recortes e abordagens que auxiliem a análise e compreensão desses aspectos específicos do fenômeno. Mais especificamente, o objetivo aqui é tematizar a (in)tolerância como mobilização e materialização de tensões, existentes nas relações de grupos. Com isso em mente, opta-se pelo alinhamento à abordagem de Sullivan, Piereson e Marcus (1982), que enfatiza a importância de se distinguir e descrever os grupos de (des)afeição aos quais a (in)tolerância se dirige. Os autores também dão relevo aos fatores “apoio a valores democráticos” e “percepção de ameaça”. Como será discutido em maiores detalhes, os dois fatores configuram-se como componentes importantes na análise dos dados que compõem o objeto deste estudo. Além disso, são especialmente significativos para a compreensão dos fenômenos examinados aqui.

Efetivamente, a percepção de ameaça tem sido o componente mais mobilizado para a explicação do fenômeno da intolerância, especificamente, a ameaça a grupos de pertencimento (GIBSON, 1996; SULLIVAN, PIERESON E MARCUS, 1982; RIBEIRO & BORBA, 2019). A discussão metodológica desenvolvida por Sullivan, Piereson e Marcus (1982), assim, ganha especial respaldo uma vez que leva em consideração como a intolerância se manifesta a grupos específicos, a partir do que denominam de uma medida de “conteúdo controlado”⁹. Além disso, este recurso se apresenta particularmente pertinente para fins desta pesquisa, à medida que a distinção de grupos se faz essencial para compreensão de suas respectivas atitudes e comportamentos, tratados de forma mais detida em seções subsequentes. Outro apontamento importante, diz respeito à introdução de variáveis mais propriamente voltadas a crença, valores e compromissos democráticos, pelos autores, e que também serão retomadas para o desenvolvimento da discussão a que a pesquisa se pretende. Cabe salientar, ainda, que para a avaliação da realidade e particularidades do caso de estudo, é preciso lançar mão de uma análise empírica que esteja orientada pelas considerações teóricas e normativas discutidas aqui.

1.4 Um contraponto importante à terminologia

⁹ “Clearly, our measures are not ‘contentfree’ since there is a context and a specific group toward which each respondent must react. We thus call it a “content-controlled” measure, to emphasize that we have attempted to ‘control for’ the content by allowing respondents to select functionally equivalent groups.” (SULLIVAN, PIERESON E MARCUS, 1982).

A literatura sobre (in)tolerância abordada anteriormente faz parte da tradição do Comportamento Político, sobretudo voltada à compreensão da realidade norte americana. À medida que este trabalho se filia a essa tradição, é principalmente dela que derivam as discussões teóricas e delimitação das abordagens empíricas e analíticas empregadas aqui. No entanto, essa literatura não esgota o tema. Ainda que não seja objetivo deste trabalho mobilizar o amplo debate e diferentes abordagens nos quais a (in)tolerância figura em sua completude, faz-se importante assinalar que, na medida em que existem reflexões de longa data sobre a questão, há também reformulações e apontamentos importantes que reorganizam perspectivas e pressupostos que podem orientar ou influenciar as interpretações contemporâneas sobre a questão.

Brown (2006) afirma que a tolerância se constituiu num elemento discursivo muito importante para a configuração e validação de democracias liberais. Essa constatação diz respeito tanto à importância que é atribuída à tolerância ao longo da história do pensamento liberal, quanto às ressalvas e formulações críticas que emergem. Aqui, é pertinente mencionar o bem conhecido *Paradoxo da Intolerância*, através do qual Popper (1974) defende o exercício pragmático da (in)tolerância, em contraste com uma ideia de “extensão ilimitada” e universal do princípio.

"A tolerância ilimitada leva ao desaparecimento da tolerância. Se estendermos a tolerância ilimitada mesmo aos intolerantes, e se não estivermos preparados para defender a sociedade tolerante do assalto da intolerância, então, os tolerantes serão destruídos e a tolerância com eles. Nessa formulação, não insinuo, por exemplo, que devemos sempre suprimir a expressão de filosofias intolerantes; desde que possamos combatê-las com argumentos racionais e mantê-las em xeque frente à opinião pública, suprimi-las seria, certamente, imprudente. Mas devemos nos reservar o direito de suprimi-las, se necessário, mesmo que pela força; pode ser que eles não estejam preparados para nos encontrar nos níveis dos argumentos racionais, mas comecemos por denunciar todos os argumentos; eles podem proibir seus seguidores de ouvir os argumentos racionais, porque são enganadores, e ensiná-los a responder aos argumentos com punhos e pistolas. Devemo-nos, então, reservar, em nome da tolerância, o direito de não tolerar o intolerante." (POPPER, Karl. 1974, p. 289-290)

O argumento de Popper é retomado em uma gama de trabalhos que se debruçam sobre desafios e dilemas relacionados às normas, hábitos e procedimentos que se derivam do princípio da tolerância. Aqui, são abordadas algumas ponderações contemporâneas que criticam uma concepção “autossuficiente” de tolerância, e que a entende como um princípio a ser exercido de forma irrestrita.

Em discussão voltada para as relações entre diferentes grupos religiosos e étnicos na Europa, Verkuyten, Yogeewaran e Adelman (2018) defendem que “a tolerância é neutra e exige outros valores e princípios para que seja virtuosa, e o mesmo se aplica à intolerância.” (VERKUYTEN, YOGEEWARAN & ADELMAN, 2018, p. 14). Para os autores, os preceitos que definem a cidadania, e que dispõem o arcabouço democrático de direitos, deveres e liberdades, definem os limites da tolerância. Esse argumento reforça que “(...) a tolerância não é um construto universal, mas depende de a quem, o quê e em quais momentos se demanda que as pessoas tolerem crenças e práticas das quais discordam, e a não-aceitação pode se basear em princípios justificados”¹⁰ (VERKUYTEN, YOGEEWARAN & ADELMAN, 2018, p. 11). Ou seja, os autores admitem que, em certas circunstâncias, existem razões adequadas para a intolerância, dependendo de a quem se dirige e o porquê. Seguem a argumentação, balizados pela premissa de proteção às liberdades individuais e aos direitos humanos, de que tal juízo deve se pautar por situações concretas, ao invés de princípios abstratos. Assim, atentam que concordar com o ideal de liberdade e igualdade não necessariamente se converte na aplicação desses princípios no que diz respeito a práticas e grupos específicos.

Sullivan & Transue (1999), por exemplo, abordam o caso de cidadãos que não estão de acordo com as ações violentas ou o ódio dos grupos racistas, mas ainda são tolerantes para com estes, à medida que estão dispostos a conceder os mesmos direitos políticos que concedem a outros grupos. Os autores identificam aí uma incongruência e, nesse sentido, Harell (2010) salienta que não é evidente para algumas pessoas discernir entre discursos de ódio e outros discursos que eles acham desagradáveis. Em estudo que agrupa as pessoas de acordo com suas atitudes frente aos discursos que consideram ofensivos, a autora identifica que a “tolerância multicultural” – que defende a livre expressão, exceto quando esta é usada para atacar minorias étnicas e outros grupos vulneráveis – reflete atitudes pró-liberdades civis. Isso, em contraste com os grupos intolerantes, que rejeitam direitos de expressão a todos que consideram ofensivos, e aos “absolutamente tolerantes”, que concedem direitos de expressão a todos os grupos, sem distinção. A crítica recai sobre formas indiscriminadas e acríticas de se atribuir (ou não) os mesmos direitos a indivíduos e grupos, sem levar em consideração em que medida

¹⁰ “tolerance is not a global construct, but depends on information about whom, what, and when people are asked to tolerate dissenting beliefs and practices” (VERKUYTEN, YOGEEWARAN & ADELMAN, 2018, p. 11).

esses grupos agem reciprocamente, e desse modo, o que eles representam para as garantias democráticas.

Quando se analisa os contextos da “tolerância”, podemos frequentemente observar que um grupo considerado central “tolera”, ou seja, assume o polo ativo, enquanto o que resta aos grupos marginalizados é o ato passivo de “ser tolerado”, “suportado”, “aguentado”. A intolerância e os discursos de ódio, frequentemente designados a grupos minorizados, socialmente estigmatizados e vulneráveis, apontam para uma “violência simbólica que sustenta o conceito de tolerância no sentido de suportar a diferença que nunca foi verdadeiramente acolhida. Esse não acolhimento, por sua vez, está ancorado na pressuposição de uma relação de poder à qual subjaz o pensamento de que alguém precisa aceitar o outro” (CARMO, 2016, p. 201).

Isso coloca um problema adicional relacionado à tolerância. Segundo Brown (2006), a tolerância pode funcionar como um “discurso de despolitização” que naturaliza desigualdades, subordinação, marginalização e conflitos sociais. Para a autora, a tolerância se torna possível a partir de uma percepção reducionista das diferenças culturais, que assume o conflito como resultado da hostilidade que “naturalmente” advém dessas diferenças¹¹. Verkuyten, Yogeeswaran e Adelman (2018) definem o papel da tolerância, nessa dinâmica, como o de um substituto insuficiente para a conquista de direitos plenos e iguais, que ao contrário, opera para mascarar relações de poder. Isso é perigoso, segundo os autores, porque, ainda que a tolerância não exija apreço por práticas, tradições e crenças, ela tem como condição a igualdade, em termos de cidadania, se isso é solapado, compromete-se a base moral que sustenta a tolerância. Além disso, os autores também admitem que o discurso da tolerância pode ter efeito desmobilizador sobre a ação coletiva de grupos minoritários¹². A tolerância, por conseguinte, pode reduzir a percepção e necessidade e de eficácia da ação coletiva, e assim diminuir a disposição daqueles que são tolerados de engajar-se coletivamente contra desigualdades sociais¹³.

¹¹ “O discurso da tolerância reduz o conflito a uma fricção entre identidades, e faz da própria diferença religiosa, étnica e cultural um lugar de conflito inerente, que demanda e é atenuado pela prática da tolerância” (BROWN, 2006, p. 15).

¹² “A mudança social bem-sucedida requer ação coletiva por parte dos membros das minorias e também que o grupo privilegiado reconheça as injustiças e desigualdades (Subašić, Reynolds, & Turner, 2008). O discurso da tolerância pode minar esses dois aspectos.” (Verkuyten, Yogeeswaran & Adelman, 2018, p. 20, tradução nossa)

¹³ Segundo Verkuyten, Yogeeswaran e Adelman (2018, p. 20, tradução nossa), a tolerância pode “(...) favorecer a crença numa estrutura de mobilidade individual, na qual problemas sociais advém de

Subašić', Turner e Reynolds (2008) também descrevem um potencial efeito desmobilizador da tolerância – dessa vez, por parte de membros de grupos majoritários, com relação a injustiças e desigualdades que afetam minorias. Nesse caso, o entendimento de que a sociedade é tolerante favoreceria a crença de que já existem suficientes provisões para o tratamento justo de grupos minoritários, levando à inação. Para os autores, ao minar a disposição de grupos majoritários e de minorias para a ação coletiva, o discurso da tolerância pode constituir obstáculo para a mudança social.

Essas abordagens críticas salientam um elemento central da discussão sobre tolerância, que orienta parte significativa das reflexões e análise produzidas ao longo do trabalho: a importância de se entender quais grupos toleram e quais grupos são tolerados, por quais motivos. Elas também nos alertam para como o componente discursivo da tolerância reitera a presunção de que existem grupos que, sob uma perspectiva de poder ativo, “toleram” outros; enquanto, em contraposição, verifica-se uma sujeição passiva de grupos que “são tolerados”. Observar a realidade social e política da tolerância, portanto, não se trata apenas de uma tarefa analítica importante para a compreensão do fenômeno, é uma das formas como podemos acessar os fundamentos, valores e discursos que regem uma democracia e que são reforçados em dada sociedade, repercutindo nas atitudes, concepções e ações políticas dos indivíduos.

1.5 Motivações dos “extremos”: autonomia pessoal *versus* conformidade social

“As crenças guiam a ação não só porque influenciam ou dão corpo aos valores e metas mais distantes de alguém — salvação religiosa, por exemplo, segurança na vida, a independência do país —, mas também porque as crenças estruturam nossos pressupostos sobre a realidade, sobre o caráter do passado e do presente, nossas expectativas sobre o futuro, nossa compreensão dos ‘comos’ e ‘porquês’ de nossas ações”

Dahl (1971)

falhas individuais, ao invés de desvantagens de grupo que deveriam ser abordadas como questões coletivas”.

A despeito da consolidação do regime democrático, a Constituição de 1988 no Brasil preconizava a arregimentação de políticas sociais e equidade. As questões que distinguem e separam grupos em termos de acessos a recursos diversos e posições sociais, todavia, persistem e sugerem que os ideais almejados de um regime democrático ainda se encontram aquém. A discriminação entre grupos e a opressão direcionada a mulheres, negros, e LGBTs ainda estão dolorosamente conosco (PRATTO, SIDANIUS, LEVIN, 2006). Nos últimos anos no Brasil, estes fenômenos vêm sendo dignos de advertência, pelas formas que têm repercutido e por suas dimensões que sugerem padrões de intolerância política (RIBEIRO & BORBA, 2019). As sociedades comumente tendem a se organizar como grupos sociais hierárquicos em que os recursos econômicos, sociais e simbólicos são desigualmente distribuídos. Nesta perspectiva, pelo menos um grupo usufrui de maior status e poder relegando outros a valores de estigmatização e subordinação (PRATTO, SIDANIUS, LEVIN, 2006). O que chama atenção é a maneira a qual o grau de severidade varia entre as sociedades e dentro delas ao longo do tempo. Com base nessa discussão, esta seção se propõe a explorar as motivações subjacentes às ações e atitudes de (in)tolerância, sob esse prisma, Gibson (1992) explica:

Perhaps the true significance of mass political intolerance lies in its contribution to the creation of a culture of political conformity, a culture in which political liberty is limited by the intolerance of ordinary citizens. In this sense, mass beliefs about the political rights and liberties of those with unpopular political views circumscribe how citizens interact with one another (see Chilton 1988; MacKuen 1990). The political relevance of political intolerance, then, can be found in the constraints on political thought and action that citizens impose upon each other. Thus, I hypothesize that people learn from the political culture that intolerance is widespread, that it is acceptable, and that there are tangible risks to asserting views that the intolerant culture finds objectionable. Political intolerance can thus define the context of politics for many citizens. (GIBSON, 1992, p. 339)

A dinâmica das realidades sociais tem impacto nas crenças ideológicas (como o autoritarismo ou a dominação social), o que em outras palavras significa que ao se perceberem ameaçados os indivíduos tendem a se resguardarem em valores que incitam o controle social, valores esses que, em alguma medida, visam a tolher a autonomia dos sujeitos em nome da conformidade social. O que, no entanto, demonstram Pratto, Sidanius e Levin (2006) é que quanto mais conformismo (ou o que os autores chamam de hierarquias estáveis), mais consenso (do que dissenso) se observa entre os diferentes

grupos, o que potencializa a “legitimação dos mitos”¹⁴. O que é mais intrigante nos termos teóricos da “Hierarchy enhancing legitimising myths” é que este não apenas orienta o comportamento individual, de grupo e institucional de maneiras a sustentar as posições de dominância que estes exercem, mas eles frequentemente levam os subordinados a colaborarem com a manutenção deste arquétipo opressor¹⁵. Isso significa, em outras palavras, que grupos em situação de subordinação tendem a reproduzir e reforçar preconceitos e estereótipos que muitas vezes dizem respeito à sua própria identidade/grupo de pertencimento. Dessa maneira, a título de exemplo, sustenta-se o imaginário coletivo de que homens brancos heterossexuais são melhores líderes (UMPHRESS et al, 2007) também por grupos historicamente prejudicados por este conjunto de crenças. Ainda segundo Pratto, Sidanius e Levin, esses mitos consensualmente compartilhados são muitas vezes mobilizados para argumentar – por vezes de forma tácita, outras explícitas – que a desigualdade pode ser justa, legítima, natural, moral ou meritocrática.

A questão que deve ser salientada está na implicação de que pessoas situadas no topo de hierarquias mobilizam recursos simbólicos para assegurar posições predefinidas, alocando valores sociais negativos para pessoas de outros grupos. O que, entretanto, incita questionamento é que essas práticas mais orientadas à manutenção do que à mitigação de desigualdade não são necessariamente determinadas apenas por posição na estrutura social. Indivíduos nas mesmas posições sociais e que se encontram em condições subjugadas e discriminadas podem ser agentes nesta lógica¹⁶ que favorece a discriminação em detrimento de políticas igualitárias. Este fenômeno é denominado teoricamente de orientação de dominância social (SDO), assim, “SDO” é um componente psicológico definido como “o grau em que os indivíduos desejam e apoiam grupos hierárquicos e a dominação de grupos ‘inferiores’ por grupos ‘superiores’” (SIDANIUS & PRATTO, 1999, p. 48)¹⁷.

¹⁴ “Social dominance theory states that the decisions and behaviours of individuals, the formation of new social practices, and the operations of institutions are shaped by legitimising myths. Legitimising myths are consensually held values, attitudes, beliefs, stereotypes, and cultural ideologies” (PRATTO, SIDANIUS, LEVIN, 2006, p. 275).

¹⁵ “The ruling elite involves more logical actions than illogical, that makes elites more flexible and awake for their own interests” (DELICAN, acesso em 2018).

¹⁶ <https://www.nytimes.com/2020/06/01/us/minneapolis-racism-minnesota.html> – Acesso em 27/09/2020.

¹⁷ “The degree to which individuals desire and support group-based hierarchy and the domination of ‘inferior’ groups by ‘superior’ groups” (Sidanius & Pratto, 1999, p. 48).

Um paradoxo relativo à teoria é que à medida que o SDO aumenta, membros de grupos de status inferior rejeitam seus iguais e, inversamente, membros de grupos de alto status abraçam os deles (UMPHRESS et al, 2007). A teoria da dominância social, nesse sentido, pode contribuir para o entendimento das instabilidades sociais¹⁸ advindas de determinados contextos onde outras variáveis perdem centralidade explicativa, a exemplo da ideologia, ou como algumas virtudes cívicas (como tolerância e educação) passam a ser prescindíveis para se viabilizar um cenário global que opere e preconize a democracia.

De acordo com a teoria da dominância social, a hierarquia social baseada em grupos é produzida pelos efeitos de discriminação em vários níveis que permeiam instituições e indivíduos e são propagados por processos intergrupais colaborativos (PRATTO, SIDANIUS, LEVIN, 2006). A teoria da dominância social, dessa maneira, explora as diferenças individuais no apoio à hierarquia em contraposição à igualdade (SIDANIUS & PRATTO, 1999). É interessante para fins deste estudo destacar que grande parte da literatura vem advogando que os níveis de SDO aumentam à medida que as pessoas se sentem ameaçadas (PRATTO, SIDANIUS, LEVIN, 2006; MUTZ, 2018).

Feldman (2017) trata das dimensões opostas de autonomia pessoal versus conformidade social para compreender como se dá a distribuição das pessoas em espectro de autoritarismo. As motivações subjacentes para cada um dos grupos são muito díspares, sendo os que valorizam a autonomia mais preocupados, em geral, com as ameaças à liberdade pessoal, e os que se encontram no outro extremo do contínuo dirigindo sua intolerância para aqueles que representam “riscos” às normas e valores tradicionais.

Cabe, contudo, uma distinção. Para aqueles que prezam por maximizar suas autonomias pessoais, e combater as restrições com relação a seu corpo, acessos, direitos – que Feldman (2017) caracteriza como os que valorizam fortemente a autonomia – podem estar lidando não com ameaças genéricas, mas riscos de violência real direcionadas às suas questões. O que é de suma importância e deve ser sublinhado é que a despeito de muitas das ações de algumas pessoas ou grupos serem direcionadas a valores genéricos com níveis infelizes de abstração, do outro lado, tais iniciativas podem reduzir significativamente a liberdade de grupos minorizados ou ser uma ameaça direta a

¹⁸ One mechanism for maintaining the hierarchical status of groups within society is to make choices consistent with that hierarchical structure (UMPHRESS, 2007, p 407).

suas vidas¹⁹. A implicação mais notória disso é que a ideologia de um grupo pode incluir repressão e violência de outros. Grupos que priorizam a conformidade social, por sua vez, têm aversão à autonomia e à falta de “constrangimentos” a grupos minorizados, e parte de sua racionalidade pode ser atribuída ao sentimento de ameaça a seus privilégios, que denotam não apenas status socioeconômico, mas outros *ethos* enquadrados como “normais”, “morais”, “corretos”²⁰.

É de interesse deste estudo explorar as dimensões dos extremos nesse contínuo (autonomia pessoal versus conformidade social), e dentre as características distintivas desses grupos estão suas preferências normativas com relação à diversidade (e aqui pode-se fazer referência à diversidade sexual e de gênero, diversidade étnico racial, para citar alguns exemplos). Por um lado, há os que sustentam um forte desejo em limitá-la na sociedade, pois esta representa ameaças potenciais à manutenção da “ordem social”; por outro, há os que querem maximizar a sua liberdade e de outros grupos similarmente reprimidos, indo de encontro com as restrições sociais às suas reivindicações como sujeitos políticos autônomos. A reflexão levantada por Feldman (2017) sugere que nos é mais compreensível entender porque as pessoas preconizam suas liberdades e autonomia, sendo o extremo oposto mais intrigante e suscetível de maior esforço investigativo. O que levaria as pessoas a desejarem restringir comportamentos em benefício da “coesão do grupo”? Por que a coesão do grupo seria relevante diante destes contextos? A argumentação do autor elucidada que esta disposição em limitar a liberdade política varia à medida que são percebidos constrangimentos a seus valores. Coesão de grupo é importante como força motriz para ação, e esse é um dos pilares explicativos aqui salientados, para assimilar como os valores constitutivos dos distintos grupos têm promovido a (in)tolerância e a ação política no caso e recorte do estudo.

¹⁹ “Violações desses direitos de minorias são historicamente impetradas por governos que sentem sua posição ameaçada, mas são igualmente relevantes aquelas ameaças mais sutis que operam no nível da cultura política da sociedade (MILL, 2007 *apud* RIBEIRO & BORBA, 2017)”.

²⁰ Mosca (1939) apontou que uma classe dominante, para sustentar esta hierarquia, forja um grupo de massas para apoiar e propagar as bases que a alicerceia e, por essa razão, “as elites devem ser sensíveis aos pensamentos e sentimentos das massas” (MOSCA, 1939, p.50-53). De acordo com Mosca, historicamente, a classe dominante busca se justificar a partir de princípios morais universais, muitas vezes respaldados em discursos de superioridade com base científica ou outros registros de base moral, religiosa, legal. A consolidação deste conjunto de crenças, evita o isolamento destes grupos em relação a outros em situação inferior. A ocorrência do isolamento de uma classe dominante em situação de poder pode gerar instabilidade política, podendo ceder lugar a uma outra classe dominante no poder (MOSCA, 1939, p. 107-8).

A fim de compreender como a intolerância e suas repercussões trazem nuances, mesmo se tratando de um conjunto de atitudes que se assemelham, é primordial centrar a análise nas motivações e condicionantes subjacentes. Em geral, os indivíduos que veem seus enquadramentos sociais ameaçados, nos termos dos valores, são mais maleáveis e rapidamente mudam suas atitudes e posturas ideológicas para apoiar o controle social autoritário. Por outro lado, como já elucidado, o conjunto de atitudes e crenças característicos de um conservadorismo mais convencional perpassa a ideia de controle social, mas de forma muito mais abstrata, simbólica e indireta (DUCKITT & FISHER, 2003), mudando bem mais lentamente. Dessa forma, raramente exibem exacerbação perante as mudanças sociais observáveis, apresentando resistência a medidas autoritárias sem, todavia, abrir mão de conservadorismo.

É possível identificar uma literatura que se alinha a ideia de que existe correlações entre uma gama de atributos e atitudes característicos de uma orientação política de direita - dogmatismo, necessidades de ordem, e intolerância à ambiguidade, à incerteza e no limite à diversidade (LUDEKE ET AL, 2013). Essas associações e conjunto de atributos que tendem a aglutinar preferências e atitudes, na concepção de outras correntes teóricas – voltada ao entendimento de desdobramentos recentes nos temas como polarização, intolerância, populismo – representam a ansiedade advinda do sentimento de temor por mudanças sociais e instabilidades (MUTZ, 2013; MUTZ, 2018).

Embora muitos teóricos se apropriem dos conceitos de orientação da dominância social e autoritarismo como muito similares em sua gênese e raciocínio, há autores (LIPPA & ARAD, 1999; DURIEZ & VAN HIEL, 2002) que os identificam como distintos naquilo que se refere às estratégias e racionalidade características do conjunto de premissas de cada grupo. Enquanto entre autoritários observa-se tendências a uma aceitação acrítica advindas das figuras de autoridade e que, em geral, diminuem grupos externos, a lógica orientado para o domínio social é mais "sofisticada", no sentido de que está calcada na necessidade de justificar a manutenção das desigualdades e, por conseguinte, do status social a partir do qual se beneficia²¹ (DURIEZ & VAN HIEL, 2002).

²¹ Pareto (1935), na elaboração do seu conceito de elites, estabelece que é a hierarquia de classes que as definem e lhes distinguem como tal. As classes dominantes em sua concepção são conscientes da heterogeneidade dos indivíduos em termos de distribuição desigual de diversos recursos materiais e simbólicos. Além disso, estas mesmas elites possuem clareza de seus interesses e dos condicionantes da

Sendo assim, os autores ainda alegam que o preconceito é a razão comum subjacente a ambos conceitos, e chamam atenção para as sutilezas de suas manifestações, sendo estas exibidas quando se é “seguro”, “socialmente aceitável”. As atitudes racistas, por exemplo, dos que se encontram no topo da escala social podem exercer mais influência não só porque dominam as estruturas de poder, produção de políticas públicas e recursos simbólicos diversos²², mas também possuem mais penetrabilidade e aceitabilidade na formação de opiniões de outras pessoas, não aparentam ser extremados, contrariamente ao “preconceito antiquado” dos autoritários (DURIEZ & VAN HIEL, 2002). Os autores atentam que o “fascista” dos nossos tempos não é necessariamente um fanático, podendo ser um intelectual, capaz de expressar suas visões de mundo de maneira que não apenas soam razoáveis, mas também atraentes para o público em geral.

Aqui cabe mais uma distinção. Pessoas autoritárias demonstram altos graus de deferência a autoridades, além de preconceito, discriminação e hostilidade contra membros de grupos externos (DURIEZ & VAN HIEL, 2002). Já naquilo que se refere aos que se alinham ao SDO, o desejo de manter distância vertical de grupos externos tem por finalidade reforçar o *status quo* e o status de superioridade (SIDANIUS & PRATTO, 1993). Visto desse modo, aqueles com altos níveis de SDO tendem a manter atitudes negativas em relação a uma variedade de grupos que se distinguem socialmente – e que clamam por igualdade social – como grupos étnicos, feministas e LGBTs. Os dois construtos, todavia, são correlacionados ainda que possam imprimir causas independentes de preconceito (DURIEZ & VAN HIEL, 2002). Para Duriez e Van Hiel (2002) autoritarismo é um fenômeno intragrupo, enquanto o SDO é um fenômeno intergrupo. Além disso, na perspectiva do autoritarismo o papel desempenhado pelos estereótipos é difuso, no caso da dominância social, contudo, os estereótipos têm por intento legitimar mitos como meio de justificativa para a distinção intergrupos e as lacunas sociais e econômicas entre eles. Em contraste, o autoritarismo pode ser mais alusivo a sentimentos

manutenção do poder. Pareto salienta, contudo, que a sociedade possui este elemento de instabilidade que coloca elites e não-elites sujeitas a mudanças de posição societal.

²² Para Bourdieu (1989), os sistemas simbólicos exercem poder estruturante porque são construídos a partir de uma presunção de homogeneidade. É a partir dos instrumentos de conhecimento e comunicação que se é possível forjar “consenso” ou “integração social”, que circunscrevem e reproduzem a ordem social, dando contornos à integração moral. A cultura dominante, assim, atua para garantir essas integrações, estabelecendo hierarquicamente as distinções, e funcionando como “instrumento de legitimação da dominação”, impondo que as demais culturas se situem e se definam pela sua distância em relação à cultura dominante.

afetivos negativos a membros de grupos minorizados, podendo tais atitudes ser reflexos diretos de narrativas difamatórias proferidas por figuras de autoridade contra membros de grupos externos.²³

A (in)tolerância, no decorrer da exposição do trabalho, não é tratada como um valor intrinsecamente positivo ou negativo frente ao marco democrático. Muitas vezes dentro da literatura sugere-se que a tolerância denota um princípio democrático normativo a ser desejado e perseguido. Cabe ressaltar, como exaustivamente colocado aqui, o lugar da luta por direitos de grupos historicamente diminuídos, assim, concerne diferenciar a (in)tolerância entre aqueles que valorizam a conformidade social e os que preconizam autonomia. Nesse sentido, a (in)tolerância possui carga e consequências políticas muito distintas. É possível admitir, conforme a literatura apresentada, que aqueles que valorizam a conformidade social devem apresentar atitudes mais intolerantes do que aqueles que buscam autonomia pessoal. E à medida que a percepção de riscos à conformidade social aumenta, a intolerância entre aqueles que são altamente autoritários se intensifica (FELDMAN, 2017). Com efeito, admite-se que indivíduos com perfil autoritário são altamente reativos e influenciados pela situação social (DUCKITT & FISHER, 2003).

A constatação da importância e do potencial explicativo das relações intergrupais e das hierarquias sociais – por exemplo, na constituição da percepção de ameaça – para o fenômeno da (in)tolerância, justificou então uma investigação mais detida desses fatores. Recorri a trabalhos que procuram explicar tendências e motivações subjacentes a essas percepções, e como elas podem ensejar respostas intolerantes. Nesse sentido, os estudos que se debruçam sobre lógicas e mecanismos de conformação ou integração social, dentre os quais a noção de SDO (PRATTO, SIDANIUS, LEVIN, 2006; MUTZ, 2018) se apresentou como uma interpretação particularmente útil. Busquei dar ênfase à ideia, presente nessa teoria, de que as hierarquias sociais são sustentadas por valores, concepções e “mitos” que as legitimam. Incluem-se aí estereótipos, normas morais, narrativas e outros mecanismos que justificam as diferenças de status e a desigualdade na distribuição de recursos e direitos. Destaquei que muitos estudos sugerem que os níveis de SDO aumentam à medida que as pessoas se sentem ameaçadas, e busquei qualificar este sentimento de preocupação ou ameaça.

²³ Para mais acerca de estruturas de dominação: MIGUEL, Luis Felipe (2015) Autonomia, paternalismo e dominação na formação das preferências.

De forma mais específica, expliquei que grupos que priorizam a conformidade social podem ter respostas aversivas às reivindicações e demandas de grupos tradicionalmente subalternizados. Essas respostas podem incluir tentativas de rejeitar ou controlar as possíveis ameaças à ordem social, neste ponto, busquei enfatizar que as iniciativas resultantes desse impulso produzem instâncias reais de repressão e violência aos grupos minorizados. Salientei, também, a relevância de um sentido de coesão social e de grupo na formação das preferências e coordenação das atitudes. Trata-se de entender que as respostas dos indivíduos emergem de suas interpretações das normas e códigos relativos aos grupos, e que essas normas são reiteradas ou questionadas em processos intergrupais que podem ser disruptivos, colaborativos ou coercitivos. Todos os tópicos levantados configuram eixos interpretativos que permeiam a discussão do trabalho, e, mais propriamente, voltada à importância dos grupos na definição das atitudes e comportamentos. A seção a seguir elabora melhor o tema.

1.6 Grupos alvo e o objeto da (in)tolerância

“A fronteira de um indivíduo é ao mesmo tempo um limite e uma adjacência, um modo de proximidade e até mesmo de demarcação espacial e temporal. Além disso, o aparecimento limitado e vivo do corpo é a condição de estar exposto ao outro; exposto à solicitação, à sedução, à paixão e ao dano; exposto de maneiras que nos sustentam, mas também de maneiras que podem nos destruir.”

Butler (2018)

Nas seções anteriores, já foi salientado o papel importante que os grupos desempenham na conformação de atitudes de (in)tolerância. Para Gibson (2006), a intolerância é “uma atitude social, não individual” e, por isso, é também percebida de maneira social. Isso também condiz com o fato de que as pessoas dirigem intolerância àqueles que representam ameaça particularmente a seus pares, costumes e crenças. Nesta seção, discute-se alguns estudos que se debruçam mais detidamente sobre a importância e as consequências, para a compreensão do fenômeno, da descrição e diferenciação entre grupos (in)tolerantes e (in)tolerados. São estudos que dão a ver diferentes possibilidades relativas à aplicação do princípio da tolerância em regimes democráticos, e dessa forma

exemplificam o papel condicionante exercido pelos aspectos concretos, contextuais, de quem (in)tolera a quem, e por quais motivos.

Petersen et al (2010) atenta para a importância da distinção entre grupos e para as implicações dessa distinção na interpretação dos achados acumulados ao longo dos estudos tradicionais sobre o tema. Os autores demonstram que a tolerância varia significativamente a depender dos grupos-alvo, e que o fator que apresenta maior impacto seria a forma como esses grupos são percebidos como extremos e violentos, além de indiferentes ou contrários a princípios democráticos. Argumentam que esta percepção suscita a preocupação de que os membros destes grupos não cumpram normas de reciprocidade, o que predispõe pessoas identificadas com outros grupos a defender a limitação de suas liberdades políticas. Cabe sublinhar, com base nesses achados, que parte considerável de estudos anteriores, ao se concentrarem em grupos extremos, podem estar superestimando os níveis de intolerância presentes em dadas conjunturas e/ou espaços geográficos. Diante desta perspectiva, e seguindo esta orientação teórica, é de suma relevância considerar a variação dos grupos alvo. Uma medida de (in)tolerância que não capta essa variação (“content-free measurements”)²⁴, deixa de levar em consideração um conjunto de elementos contextuais, e borra a compreensão do que motiva atitudes e comportamentos – entre eles, o desejo de limitar ações políticas de certos grupos.

Gibson (1986) apontou para importância da avaliação do contexto ao qual se inserem os grupos políticos e para os níveis “não abstratos” da (in)tolerância, para isso, segundo o autor, é necessário trazer a entendimento – para fins da pesquisa mas não só – as controvérsias sociais reais e de que maneira se configuram as disputas por liberdades civis específicas. Para o autor, sem a especificação de que grupos sociais são alvo de (in)tolerância e quais as liberdades civis que estão sob ameaça, “a questão crítica de se as atitudes de (in)tolerância importam não pode ser respondida” (p. 428). Analogamente, Sniderman, Brody e Kuklinski (1984) argumentam que, em geral, as pesquisas de opinião pública apontam que as pessoas não rejeitam (ou não declaram rejeitar) os valores democráticos, pelo contrário, majoritariamente aceitam e os defendem em abstrato, no

²⁴ Sullivan et al. (1982) em sua metodologia de “least-liked group” lançaram mão de estratégia de mensuração oposta, referida como “content-controlled”.

entanto, isso não se traduz em compromisso, tampouco em iniciativa de tomar parte em ações concretas para promover esses princípios em controvérsias específicas²⁵.

Para Brady & Sniderman (1985), por outro lado, há uma atribuição central ao papel dos grupos na organização do pensamento e da ação política, mais especificamente, ao sentimento de (des)afeição e pertencimento, o que ajuda a demarcar as atitudes, na medida em que promove a diferenciação e o distanciamento entre “o seu lado e o outro”:

Why, then, are many in the mass public able to attribute accurately attitudes to Democrats and Republicans, to blacks and whites, even to liberals and conservatives? Liberals and conservatives (and Democrats and Republicans) have, and emphasize, political identities; identities, moreover, that have been developed in contradistinction to one another (liberals vs. conservatives, Democrats vs. Republicans). Because they are competitors there are incentives—certainly, there is permission for a person who likes liberals to dislike conservatives, and the other way around. What allows citizens to simplify political calculations efficiently is this two-sided, “us vs. them” character of politics; the more attached they are to their side and the more opposed they are to the other the more they appreciate the differences between the issue positions of the two sides. What counts, then, is not how people feel toward groups, one by one; rather it is how they feel toward pairs of opposing groups. (BRADY & SNIDERMAN, 1985, p. 1075)

Além disso, Kuklinski et al. (1991) estabeleceram que tolerância política, por si só e sem qualificações, não necessariamente se traduz em fomento à democracia, em dada conjuntura social. E que, no que diz respeito à forma como pesquisas sobre o tema vêm sendo conduzidas, há pelo menos dois aspectos que cabem ser observados sobre a (in)tolerância para com grupos: o(s) grupo(s) em si, sobre cuja atuação política se deseja impor limites; e a natureza do ato de intolerância. O autor defende que identificar as características dos grupos, tanto intolerantes quanto intolerados, resulta num entendimento mais robusto de como a (in)tolerância se expressa, a quem se dirige, e o porquê. Estudos que centraram no fator “grupo”, em geral, identificaram que aqueles grupos associados a comportamentos violentos e não orientados à democracia são comumente mais intolerados. Ou seja, aqueles que representam riscos aos direitos e princípios democráticos de indivíduos e sociedades são comumente mais repreendidos através do cerceamento de direitos políticos. Essa prática intolerante seria fortemente calcada na lógica da reciprocidade (KUKLINSKI et al., 1991; ROHRSCHEIDER, 1996; PETERSEN et al, 2010; ABBARNO, 2013), a partir da admissão de que “os grupos

²⁵ “although the more educated are indeed more likely to favor the principle of racial equality, they are not in fact appreciably more likely to back efforts by government to promote racial equality. (...) When it is a matter of concrete action, however, many of them show their true colors.” (SNIDERMAN, BRODY & KUKLINSKI, 1984, p. 76)

que praticam as regras da democracia são protegidos pelas mesmas regras” (PETERSEN et al, 2010, p. 582), mesmo que estes “sejam menos gostados”.

Rohrschneider (1996), similarmente, incitou o aprofundamento da agenda investigativa sobre os motivos que levam à concessão ou a denegação de direitos políticos a determinados grupos. Buscando contribuir para o entendimento sobre a “evolução de culturas democráticas” em países do antigo bloco soviético e suas áreas de influência, o autor contrastou um modelo de “difusão”, com outro de “aprendizado institucional” de valores democráticos. Para tanto, ele examinou a perspectiva de elites políticas, e mais especificamente, de parlamentares da Alemanha oriental e ocidental pós queda do muro de Berlim, em relação à tolerância e liberdades civis. Os achados do autor apontaram que, pelo lado dos parlamentares orientais, uma postura mais (in)tolerante estava associada ao desejo de controlar grupos extremistas. Já os parlamentares ocidentais, tendo em vista seus compromissos com princípios democráticos e balizados por práticas institucionais, estendiam liberdades políticas de maneira mais ampla e difusa, mesmo a grupos extremistas. Esta segunda observação se coaduna com a maior parte dos estudos sobre liberdades civis, que propõem o comprometimento com os fundamentos democráticos como uma explicação para tolerância. Todavia, o autor promove a seguinte reflexão: ao vincular valores difusos de tolerância a “atitudes democráticas”, estudos na área podem estar superestimando o juízo de valor positivo da atitude de tolerância, e deixando de levar em conta como isso repercute nos alicerces que sustentam o sistema democrático de proteções e restrições mútuas – mesmo considerando que a atitude de tolerância se orienta por valores democráticos. Ao mesmo tempo, isso não significa dizer que a atitude de intolerância equivale a uma rejeição de valores democráticos. Por essa razão, o autor recomenda que “os analistas devem incorporar a natureza potencialmente diferente do estímulo do grupo em qualquer explicação da intolerância, a fim de compreender completamente o compromisso do público – ou a falta dele – com as liberdades civis.” (ROHRSCHEIDER, 1996, p. 441).

Gibson et al (2019), em trabalho muito recente, também salientaram a relevância dos conflitos intergrupais como conceito chave para o entendimento de fenômenos contemporâneos como o populismo. Nesse esforço, atribuem centralidade à agenda da intolerância política sob o escrutínio da natureza das desavenças (“grievances”) entre grupos. Além disso, Gibson (1989; 1992; 2008; 2017), cuja agenda de pesquisa abarca tanto o fenômeno da (in)tolerância quanto seus efeitos na participação, destaca dois

mecanismos, ambos de caráter coletivo, através dos quais a intolerância pode inibir a ação de protesto. Primeiro, a intolerância direcionada a determinados grupos, ao encontrar espaço e visibilidade enquanto expressão de “opinião pública”, gera também estímulo ou autorização para que o governo aprove legislação em detrimento desses grupos. A segunda e mais grave implicação, segundo o autor, deriva do efeito direto da intolerância pública, que desencoraja os cidadãos a expressarem visões políticas dissidentes. Uma vez suprimidas, essas visões políticas ficam mais relegadas no debate público. Nesta perspectiva, um clima político intolerante a vozes minorizadas e dissidentes, além de silenciá-las, pode estimular a replicação e amplificação dos discursos de ódio ofensivos a esses sujeitos.

O argumento central que emerge do conjunto desses estudos, e que se pretende salientar aqui, é que as causas da (in)tolerância definem as formas como ela se manifesta e também os seus efeitos sobre os grupos envolvidos, em particular, e sobre a sociedade em geral. Nesse sentido, busca-se sustentar que, para fins analíticos, é importante não pressupor esses efeitos da (in)tolerância, e não pressupor seu valor para a democracia. Ao mesmo tempo e como já discutido, as causas dessas atitudes são, por sua vez, fortemente determinadas por lógicas de identidades coletivas. Cabe compreender, por conseguinte, o que motiva esses sujeitos políticos tidos por (in)tolerantes, quem são os grupos a quem dirigem sentimentos extremados e como isto repercute em suas ações. Instituído-se que, num cenário global em que é visível o espraiamento da “precariedade induzida e suas acelerações” (BUTLER, 2018), acirram-se também os conflitos e percepções de ameaça sociais, acarretando, entre outras consequências, em predisposição ao autoritarismo (FELDMAN & STENNER, 1997).

Entendendo a (in)tolerância como um elemento chave, tanto para o cenário político como para a literatura do Comportamento Político, os esforços seguintes irão no sentido de esmiuçar o tema, explorando suas articulações com alguns outros fenômenos e conceitos. Em particular, serão discutidas as relações entre (in)tolerância e participação em protestos – teorias, análises e argumentos sobre como os dois fenômenos coexistem, afetam-se mutuamente e são afetados pelas circunstâncias conjunturais e sociais. Partindo de uma revisão da literatura sobre participação, pretende-se ampliar diálogos teóricos entre os temas e, simultaneamente, estreitar as abordagens para fins de tratamento metodológico. No curso dessa exposição, também faço incursões em debates que

ajudarão a tecer o panorama contextual específico sobre o qual a análise será feita – mais especificamente, o Brasil contemporâneo.

2 Participação política e porque protestar

“Mesmo como seres localizados, estamos sempre em outro lugar, constituídos em uma sociabilidade que vai além de nós. Isso estabelece a nossa exposição e a nossa precariedade, as maneiras pelas quais dependemos das instituições políticas e sociais para persistir.”

Butler (2018)

2.1 Origens e determinantes

Para se discutir participação política, cabe remeter brevemente às origens dos estudos sobre atitudes e comportamentos especificamente no impacto nas escolhas do eleitorado, desenvolvidos em meados do século XX. A importância dada às redes interpessoais e ao contexto social, e seus impactos na participação política, consolidaram as bases teóricas do que ficou cunhado como Revolução Behaviorista, que teve seu desenvolvimento atribuído às instituições acadêmicas de Michigan, Columbia e Chicago. Ao longo das décadas que seguiram o pós-guerra, a pesquisa social aplicada, fortalecida pelas pesquisas de *survey* e voltada sobretudo para o desenvolvimento da psicologia social, parecia interessante às agências governamentais e de mercado. Dessa forma, foram fomentadas iniciativas e experiências interdisciplinares que expandiram e fortaleceram o campo (ALMOND, 1996). Vale sublinhar que essa interdisciplinaridade teórica e metodológica, sobretudo no que tange à psicologia social, foram de suma importância para consolidação dos estudos de Columbia, para o campo do Comportamento Político e para legitimação da Ciência Política. A escola de Columbia teve Paul Lazarsfeld como um de seus fundadores, e seus estudos no desenvolvimento das teorias do comportamento eleitoral foram pioneiros e basilares para esta linha de pesquisa. Ele investigou os efeitos provocados pela mídia no impacto das campanhas eleitorais, sendo o primeiro estudo que apontava a relação associativa entre os conflitos e inconsistências sociais aos quais os indivíduos eram expostos e a decisão do voto e da participação política (MUTZ, 2006). Dessa maneira, a influência interpessoal e o pertencimento a grupos sociais, iam assumindo centralidade para a explicação do comportamento eleitoral, repercutindo mais tarde nos estudos do Comportamento Político amplamente.

Diante desta perspectiva, Huckfeldt & Sprague (1995) deram seguimento à agenda de pesquisa que traziam os fundamentos das redes interpessoais e do contexto social na explicação do comportamento eleitoral. Os pesquisadores tomaram a eleição presidencial de 1984 na região metropolitana de South Bend em Indiana a fim de lançar um olhar mais atento àquele contexto. Assim, focalizaram o argumento sobre a compreensão da influência e da comunicação social nas campanhas eleitorais, cujas estruturas são delineadas pelo “ambiente social aos quais os indivíduos residem, trabalham, vão à igreja” (p. 5). Eles caracterizam de “contágio comportamental” esse mecanismo de influência contextual, cujo processo em si é entendido como forma de aprendizagem social, os quais os cidadãos são recompensados ou punidos por posicionamentos políticos à medida que se distanciam ou se aproximam das posições políticas dos demais indivíduos pertencentes àqueles ambientes.

Seguindo a argumentação, Verba et al (1995; 2012; 2018) identificam que as estruturas inerentes às redes interpessoais reafirmam certas circunstâncias econômicas e políticas a certos grupos sociais, sendo aqueles mais abastados muito mais frequentemente recrutados para se envolver em atividades políticas. Convém salientar esse ponto basilar da argumentação dos autores de que há viés nesse processo, “em termos de serem recrutados, os pobres e aqueles com pouca educação formal, assim como os afro-americanos e latinos, são menos propensos a se envolver” (VERBA et al 1995, p. 157). Um outro dado diz respeito a quem que faz a atividade de mobilização, Verba, Brady & Schlozman observam que quanto maior a identificação racial, étnica ou pessoal maior a probabilidade de se acatar o recrutamento à ação política. Sendo assim, a maneira como os membros do grupo se organizam para recrutar, as estratégias de sensibilização e os efeitos disto, incidem também na forma como esses indivíduos são representados na esfera pública frente às suas demandas políticas. A questão, assim, não se restringe a saber quem é chamado a participar e quem faz essa atividade de engajamento, mas “quem responde positivamente a essas solicitações e a quem respondem” (VERBA et al 1995, p. 156). Dessa forma, o ato de mapear e buscar otimizar as chances de recrutamento através de redes tenderia a evidenciar os padrões já identificáveis daqueles que predominam em presença e pressão na disputa política (VERBA et al, 2018).

Segundo a tipologia desenvolvida pelos autores, ainda, a participação política distingue-se entre: o voto, trabalho e contribuição de campanha, atividades comunitárias, participar de organizações (de cunho diretamente político ou não), protesto e atividade

particularizada de contato (VERBA et al, 1995, p. 115). Naquilo que se refere ao ativismo político, os autores enumeram quatro motivações que perpassam as declarações dos ativistas: benefícios materiais seletivos, gratificações sociais, gratificações cívicas e o desejo de influenciar políticas (VERBA et al, 1995, p. 109). Tratando-se especificamente dos incentivos daqueles que são ativos em modalidades de protesto, as gratificações cívicas e o desejo de influenciar políticas aparecem predominantemente nas menções dos respondentes. Os autores ainda investigam qual a racionalidade subjacente à participação em ações coletivas, e voltam-se para os benefícios seletivos e a intensidade das preferências a fim de descortinar e dar sustentação ao “paradoxo”²⁶.

Verba et al (1995) concluem que os cidadãos se envolvem em atividades políticas balizados por *issues* – e nas modalidades que estejam razoavelmente associadas às respectivas questões – além disso, levam em conta as gratificações que esperam da natureza específica daquele ato, partindo da crença que através desta atividade eles estão fazendo a diferença. Como já apontado, aqueles que se engajam em protestos buscam gratificações cívicas, o desejo de fazer sua parte para a comunidade, e de serem influentes nos *outcomes* da política; sendo assim, o grupo de pertencimento e o que se designa sentimentos e atitudes importam, o conteúdo daquela proposição política importa.

Em obra muito recente Verba et al (2018) se dedicam a entender as motivações da participação para além das suas formas. Nesse sentido, mais fundamental do que compreender as visões políticas daqueles que se envolvem em atos políticos, é preciso saber suas circunstâncias em termos de preocupações e necessidades do que advém da política, suas dependências de benefícios do governo, e mesmo ouvir quando dizem o porquê de se envolverem. Ainda amparados em achados de que os cidadãos engajados – que apresentam alto grau de escolaridade, interesse por política e que são politicamente ativos – são também menos centristas em suas posições políticas. Os autores discutem se, seguindo este raciocínio, estariam os moderados sendo sub-representados.

The V-shaped line indicates that those who are either extremely conservative or extremely liberal are much more politically active than those in the middle who define themselves as “moderate” or “middle of the road.” In

²⁶ Na lógica da ação coletiva, Olson (1999) assente que “assim como pode se supor que os indivíduos que pertencem a uma organização ou grupo têm um interesse comum, eles também têm interesses puramente individuais, diferentes dos interesses dos outros membros do mesmo grupo ou organização” (OLSON, 1999, p. 20).

other words, public officials are hearing disproportionately from those at the extremes at the expense of moderates (VERBA et al, 2018, p. 97).

Dessa maneira, aqueles que se encontram em pontos mais extremos com relação a *issues* políticos usualmente são mais politicamente ativos, com as devidas ponderações às variáveis de escolaridade, renda dentre outras características como já elucidado. Um outro ponto de atenção é a carga de importância atribuída aos *issues* dos que mobilizam e são mobilizados à ação. O que, novamente, leva os autores a constatarem que o quanto os ativistas se importam/declaram se importar com o *issue* tem forte relevância analítica.

A constant refrain of leaders of movements that range from the Tea Party to Black Lives Matter is that their supporters must mobilize politically because no one is listening to their particular concerns. This formulation suggests that what matters is not just what activists think about the issues on the preselected menu presented in a survey but what issues they care enough about to make the subject of their activity. (VERBA et al, 2018, p. 103).

Diante desta consideração, é importante salientar que o ato político em si carrega significado, fala de seus participantes, de suas crenças e recursos. Os autores ainda destacam outro aspecto de centralidade para se pensar a mobilização coletiva nas atividades de protesto: a “discordância” (*contentiousness*²⁷). “O ato irreduzível que está na base de todos os movimentos sociais, protestos e revoluções é uma ação coletiva contenciosa ... porque é o principal e muitas vezes o único recurso que as pessoas comuns possuem contra oponentes mais bem equipados ou estados poderosos.” (TARROW, 2011 *apud* VERBA et al, 2018, p. 131, tradução nossa).

Uma interpretação possível é que o próprio intento em fortalecer, atribuir reconhecimento e apoio aos grupos que se agregam em torno de questões comuns de

²⁷ “Contentious politics occurs when ordinary people – often in alliance with more influential citizens and with changes in public mood – join forces in confrontation with elites, authorities, and opponents. Such confrontations go back to the dawn of history. But mounting, coordinating, and sustaining them against powerful opponents is the unique contribution of the social movement – an invention of the modern age and an accompaniment of the rise of the modern state. Contentious politics is triggered when changing political opportunities and constraints create incentives to take action for actors who lack resources on their own. People contend through known repertoires of contention and expand them by creating innovations at their margins. When backed by well-structured social networks and galvanized by culturally resonant, action-oriented symbols, contentious politics leads to sustained interaction with opponents – to social movements. (TARROW, 2011, p. 6)”.

cunho ideológico e identitário, que dá sustentação a mobilizações. Tarrow (2011) se refere às “pressões normativas” e “incentivos solidários” que condicionam, dão base e mesmo justificam as iniciativas da ação coletiva. Essas, por sua vez dependem de redes de cooperação e confiança que, somadas a estruturas culturais, reduzem os custos de atrair pessoas à ação, reforçam o sentimento de pertencimento, confere força e significado para suas reivindicações.

Ainda no que se refere à maneira como contestação e conteúdo se reforçam mutuamente, em obra circundada pelas manifestações do “Occupy Wall Street”, cujo propósito se voltava para a promoção de justiça social e econômica, Verba Brady & Schlozman (2012) centralizaram o argumento na variável classe social, ao menos de duas formas substanciais. Primeiramente, as variáveis que fundamentam o conceito de classe — renda, ocupação, e escolaridade — são preditoras explicativas para as desigualdades da voz política; em segundo lugar, as disparidades de classe designam o conteúdo do conflito político.²⁸ O que os autores querem chamar a atenção é que esses fossos existentes em termos de renda e escolaridade entre grupos não são dados ao acaso, e sim resultantes de processos sociais e políticos que os reforçam e que, por conseguinte, imputam consequências políticas.

Por que as pessoas protestam é uma questão que perpassa fortemente a discussão destes autores, e talvez devido à amplitude semântica deste fenômeno não há explicação dominante na literatura (DALTON, & VAN SICKLE, 2005). Dalton & Van Sickle sistematizam as correntes centrais para se pensar a questão e as definem em categorias: estruturas de oportunidades políticas, explicações culturais e queixas²⁹ / recursos. Perpassando brevemente cada um. Os esforços empíricos vêm demonstrando que atividade de protesto é significativamente maior em países com maiores níveis de recursos socioeconômicos e menores índices de desigualdade, sobrelevando os recursos materiais e organizacionais para o protesto. Quanto aos aspectos culturais, um possível promotor das incidências de protesto apontado pelos autores recai sobre a distribuição de

²⁸ “Political input through citizen voice is unrepresentative along many dimensions in addition to social class— among them, such politically relevant categories as age, gender, and race or ethnicity. As we have demonstrated, group differences in political participation— between men and women and among African Americans, Latinos, and non-Hispanic whites— are rooted in social class.” (Verba Brady & Schlozman, 2012, p. 579).

²⁹ “Grievances” (no original).

orientações ideológicas em um dado país, sobretudo diante de cenários de forte polarização, a partir disso, é possível pensar que o acirramento de disposições políticas pode refletir o aumento de atividades de protestos, sobretudo entre aqueles que exibem posicionamentos mais bem marcados ideologicamente. O terceiro pilar explicativo está calcado na *Grievance Theory*, que encara protesto como uma resposta a problemas sociais fomentadas por situação de “privação”, ou seja, quando as pessoas se sentem inferiorizadas quanto a seus direitos, que transpassam as condições econômicas, e encontram lugar também naquilo que se refere a conflitos sobre políticas de identidade.

A privação também pode servir como um gatilho que acarreta comportamentos de protestos e que, para Rapp & Ackermann (2016), está relacionada à “percepção de discrepância entre o que as pessoas querem e sentem que merecem e o que elas recebem” (p. 572). É possível estabelecer um paralelo com a noção de precariedade concebida por Butler (2018) segundo a qual precariedade é “aquilo que se dá de forma induzida, por violência a grupos vulneráveis ou ausência de políticas protetivas” (BUTLER, 2018, p. 6). A autora vai exaltar nas manifestações de protesto a reunião dos corpos em assembleia, atenuando as ações propriamente discursivas.

Quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais) eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária” (BUTLER, 2018, p. 17).

A participação por meio da manifestação dos corpos, por conseguinte, interessa quem está vocalizando as preferências e para quem. Por essa razão, aqueles que se manifestam – ou o que Butler chama de performatividade – apresenta potencialidades distintas de outras formas ditas convencionais de participação.

A discussão sobre quem são e o porquê as pessoas participam foi posta na intenção de demonstrar que existe uma vasta discussão na literatura a fim de delinear os atributos e circunstâncias que estimulam as pessoas a participarem, aqui com enfoque às atividades de protesto. Todavia, e mais especificamente buscando amarrar a relação entre (in)tolerância e participação, o estudo salienta que para a melhor compreensão dessa dinâmica é necessário olhar mais atentamente para as motivações por trás das atitudes de

intolerância e ações de protesto. Diante disso, propõe uma abordagem que separa os grupos que nutrem desafeição por outros a fim de observar como isso repercute na ação política. Um outro fenômeno que pretende-se investigar diz respeito à alocação nos extremos da (in)tolerância, se partindo dos intolerantes, por exemplo, existe maior propensão à participação à medida que se intensifica a intolerância a dado grupo, tomando por base a concepção teórica de que a intolerância pode ser entendida como um mecanismo promotor de coesão e consistência que impulsiona a ação (MUTZ, 2002; GIBSON, 2006; ABBARNO, 2013; RAPP & ACKERMANN, 2016).

2.2 Conceito e motivação

Partindo de uma conceituação da literatura cômica, participação política é compreendida como um conjunto de mecanismos ao qual os cidadãos canalizam interesses, preferências e necessidades, afim de influenciar – ou afetando diretamente – ações governamentais, pressionando para que suas questões sejam consideradas e respondidas pelos agentes políticos e instituições políticas (VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 1995). Dessa maneira, e para que haja procedimentos equânimes e justos, à forma que os fundamentos democráticos são calcados, é imprescindível que a participação se dê de maneira igual. Esse é o ponto de partida e de conflito dos autores, uma vez que “a propensão de fazer parte não é aleatoriamente distribuída entre as categorias politicamente relevantes” (VERBA et al, 1995, p. 11), há um descompasso, uma desproporcionalidade que tende a ser refletida em mais ou menos responsividade por parte dos governos. Dito de outro modo, há um viés econômico, social, cultural naqueles que participam e isso medeia à alocação de recursos que reforçam essas vantagens. É possível pensar, ainda, diferentes recursos e formas de mobilizá-los, diante disso, Verba, Schlozman & Brady (1995) investigaram as origens e distribuição desses para pensar não só o porquê das pessoas se engajarem politicamente, mas também quais são as motivações que as levam a serem ativas de maneiras específicas. O presente estudo tem por variável dependente a participação em atividades de protestos – caracterizadas pela literatura como forma não convencional de participação – a escolha se justifica por se tratar de uma forma de engajamento que envolve custos elevados e forte compromisso por parte de indivíduos e grupos que desejam influenciar o governo e os *outcomes* da política.

Norris (2002) levanta a discussão de que ainda que as organizações e formas de participação política tradicionais (convencionais) persistam, os movimentos sociais, protesto e formas análogas de expressão têm progressivamente sido notabilizados no engajamento cívico. Dalton (2005; 2013) identifica padrões de crescimento dos níveis de protesto nas democracias industriais avançadas, e mesmo em escala global. O autor se ancora em explicações relacionadas à erosão nas lealdades partidárias o que, segundo ele, tende a coexistir com mudanças nos padrões de participação política. Norris (2002) confronta o que seriam formas de influenciar o governo e a política amplamente, atentando ao anacronismo de não caracterizar essas formas de atividade como legitimamente pertencentes à esfera política, a despeito de toda relevância e consequências sociais e econômicas que desempenham, e como canais legítimos de expressão de desavenças e oposição frente a autoridades.

Protesto é, por definição, uma ação não convencional³⁰, o que também resulta em dificuldades na sua forma de mensuração ou mesmo de captação que, contrariamente às formas convencionais, não são disponibilizadas por dados oficiais. (DALTON & VAN SICKLE, 2005). De acordo com Lipsky (1968) protesto é um recurso político e, frequentemente, é mobilizado por grupos relativamente desfavorecidos, sendo particularmente interessante para aqueles que desejam influenciar o jogo político muito embora não disponham de renda ou se encontrem inferiorizados na sociedade.

Norris (2007) ainda diferencia aqueles que são mais orientados por seu papel cívico e os que são mais orientados por causas (“citizen-oriented”; “cause-oriented”). Segundo esta concepção, atividades exemplificadas por participação em votação e filiação partidária, ainda que possuam seu papel basilar para a democracia, são demasiado restritos para sua conceituação mais íntegra. As ações motivadas por causas, por outro lado, seriam mais comumente adotadas para buscar questões específicas, e para alcançar atores e instituições diversas, dentro e para além da arena eleitoral. Essa distinção se faz relevante porque comumente associa-se o cidadão participativo àquele munido de atributos cívicos, a seção seguinte discute esse pressuposto a partir da análise empírica,

³⁰ “Protest earns the label ‘unconventional’ because protesters seek to influence social and political outcomes, not through traditional channels of political participation—such as voting and campaign contributions—but rather by exerting pressure and demands from outside of traditional channels and institutions. (DALTON & VAN SICKLE, 2005).”

jogando luz sobre os sentimentos e atitudes que podem estar associados ao engajamento em protestos.

Ainda no debate sobre participação, alguns estudos apoiam a concepção de que o convívio de maior heterogeneidade entre indivíduos leva à participação (STOUFFER, 1955; SULLIVAN, PIERESON & MARCUS, 1982), enquanto há outras correntes que advogam o contrário, que a homogeneidade está mais fortemente ligada à participação política (GIBSON 1996; MUTZ, 2002, 2013).

Para os casos de homogeneidade dos grupos, a consistência ideológica advinda de uma rede mais politizada, integra mais fortemente esta rede. Dessa forma, os indivíduos são mais propensos a participar e recrutar outros indivíduos quanto mais coeso seu ambiente social e quanto mais pessoas compartilham crenças semelhantes (LEIGHLEY, 1990). Não obstante, a estrutura homogênea que compõe essas redes limita as experiências e o acesso à informação. Dos argumentos mais mobilizados na defesa da heterogeneidade está a clássica visão de que a interação gera "ciclos virtuosos" em benefício da participação: o pressuposto teórico é de que quanto mais os indivíduos interagem com outros maior sua exposição a normas sociais de comportamento político, bem como seu interesse e conhecimento sobre oportunidades de participação (VERBA et al, 1995; LEIGHLEY, 1990). Interações sociais, por conseguinte, propiciariam a participação, uma vez que fornecem informação e ampliam oportunidades.

Não obstante, há uma literatura que assume que o dissenso gera desconforto, o que, por sua vez, induz as pessoas a buscarem consensos a fim de resolver conflitos e reduzir a dissonância (ZEMBORAIN & JOHAR, 2007). Os autores sustentam que pessoas mais ambivalentes tendem a discriminar menos sobre a veracidade de um argumento, e que as atitudes serão menos resistentes à persuasão. Nessa perspectiva, centram sua argumentação nos níveis de capital social individual para explicar a importância no espiral do silêncio³¹. A teoria pressupõe que um capital social maior está relacionado a uma maior disposição para expressar opiniões, demarcar posicionamentos, uma vez que seja percebido o apoio do grupo para tal. Um inconveniente que deriva deste raciocínio é apontado por John Stuart Mill, para quem “se a opinião estiver certa, [as pessoas] são

³¹ “The key proposition of the spiral of silence theory stating that when citizens perceive that others support their opinions, they will feel more comfortable expressing their opinions (Noelle-Neumann, 1974, *apud* Dalisay et al, 2012, p. 338).

privadas da oportunidade de trocar o erro pela verdade; se errados, perdem o benefício quase tão grande, a percepção mais clara e a impressão mais viva da verdade produzida por sua colisão com o erro”³² (MILL [1859] 1956 *apud* MUTZ & MARTIN, 2001).

Da mesma forma que propus uma revisão inicial sobre o tema da (in)tolerância, considere que uma discussão sobre as relações entre (in)tolerância e participação exigia uma investigação preliminar desse outro fenômeno. Assim, com o objetivo de estabelecer essas articulações e viabilizar as operacionalizações analíticas, dediquei uma seção à apresentação da literatura e dos aspectos mais relevantes da participação política e, mais especificamente, da participação em protestos. Nessa exposição, focada também na área do Comportamento Político, os grupos voltam a assumir centralidade, agora no papel das redes interpessoais e da importância dos contextos e condições sociais para o recrutamento dos indivíduos, para o engajamento e para a conformação das decisões políticas. Verba et al (1995; 2012; 2018) identificam que essas redes produzem motivações para a ação política através da identificação entre os participantes, muitas vezes baseada em preocupações e vivências comuns. Ao mesmo tempo, as oportunidades de participação são distribuídas desigualmente entre os grupos conformados por essas redes, com consequências relevantes: as desigualdades na participação reforçam os mesmos processos que as produzem.

Uma consequência nociva a este pressuposto é apontada por Dahl (1971). Para o autor, a distribuição de recursos impacta na adesão e crença ao regime democrático, e a crença na legitimidade das instituições e processos democráticos está intimamente ligada à sobrevivência deste regime. Dessa maneira, porque protestar — ou porque incentivar a contestação pública —, atravessa a compreensão da importância do regime poliárquico (DAHL, 1971). Democracias inclusivas podem impor aos representantes a necessidade de adaptação a demandas de grupos políticos diversos, ampliando a possibilidade de serem inseridas na política³³. Além disso, democracias regulam conflitos e coíbe

³² “If the opinion is right, [people] are deprived of the opportunity of exchanging error for truth; if wrong, they lose what is almost as great a benefit, the clearer perception and livelier impression of truth produced by its collision with error” (Mill [1859] 1956, 21 *apud* MUTZ & MARTIN, 2001).

³³ “se os negros libertados tivessem podido participar do sistema de contestação pública, no Sul, acredito que eles não poderiam ter sido submetidos à repressão sistemática pela coerção e pelo terror pois compunham uma minoria numericamente muito expressiva. Foi somente com sua exclusão forçada da poliarquia que o sistema de coerção e terror pôde ser mantido no Sul. E foi precisamente na mesma medida em que a população negra foi excluída que a poliarquia não foi plenamente inclusiva nos Estados Unidos. Ela foi, com efeito, menos inclusiva do que a maioria das outras poliarquias posteriores à Primeira Guerra Mundial pois, acompanhando a adoção generalizada do sufrágio universal, nenhum outro país com um

violações de direitos, à medida que o custo político da supressão ou violação desses direitos são percebidos como muito mais altos nesses regimes. Dahl considera que as consequências produzidas pela adesão às normas democráticas são significativamente vantajosas, já que garantem:

Oportunidades de exercer oposição ao governo, de formar organizações políticas, manifestar-se sobre questões políticas sem temer represálias governamentais, ler e ouvir opiniões alternativas, votar secretamente em eleições em que candidatos de diferentes partidos disputam votos e depois das quais os candidatos derrotados entregam pacificamente os cargos ocupados aos vencedores etc. (Dahl, 1971, p. 41)

Neste ponto do texto, quis chamar a atenção para aspectos basilares que fundamentam o trabalho: é preciso compreender os motivos que levam os indivíduos à participação; como são forjadas as preferências; qual o papel dos grupos e redes na estruturação das atitudes de (in)tolerância e nos processos participativos; e como se relacionam com princípios e normas democráticas. Até aqui, os tópicos e argumentos apresentados ensejam essas assimilações, a relação mais direta entre (in)tolerância e participação aparece no próximo tópico.

2.3 (In)tolerância e participação

"To become involved with politics is to become involved with others."

Sniderman (1975)

Como apresentado nas seções anteriores, existe um amplo leque de discussões sobre os efeitos da (in)tolerância política nas relações entre grupos e, mais amplamente, na democracia. Essas discussões sugerem uma variedade de possibilidades, a depender de pressupostos contextuais, mas segundo Abbarno (2013), "a pesquisa empírica ainda não

regime poliárquico (com exceções de Suíça e a poliarquia transitória na Argentina) continha um grupo excluído de dimensão comparável. (Não seria inteiramente despropositado definir poliarquia como um regime exigindo um grau de inclusividade maior do que o atingido nos Estados Unidos; neste caso, este país teria de ser classificado como quase-poliarquia.)" (DAHL 1971, p. 48)

ofereceu respostas conclusivas sobre diferentes asserções a respeito de como, e em que medida, a tolerância importa” (p. 26). O autor reconhece que muitos trabalhos se dedicam a investigar esses pressupostos contextuais da tolerância, assim como as formas como ela se configura e se manifesta. No entanto, um volume muito menor de pesquisas se dedica a apurar as consequências políticas da tolerância. Isso se aplica também às possíveis associações entre tolerância e participação:

Se por um lado, há uma literatura volumosa dedicada a investigar os determinantes, o caráter e a distribuição de atitudes associadas à tolerância entre os públicos na democracia, os efeitos políticos da tolerância são muito menos conhecidos. Isso é particularmente verdadeiro em se tratando da relação entre tolerância e participação. (ABBARNO, 2013, p. 26, tradução nossa).

Os apontamentos de Abbarno indicam que, para além dos esforços de articulação teórica entre os dois fenômenos, ainda persiste uma quantidade relativamente pequena de estudos sobre essa relação. Nesta seção, abordo alguns desses estudos, e a as possibilidades que eles permitem entrever.

Na literatura cânone do Comportamento Político, sustenta-se que indivíduos com maior grau de escolaridade tendem a ser mais abertos e mais envolvidos em mudanças sociais e, dessa maneira, tendem a ser mais tolerantes e participativos (INGLEHART & WELZEL, 2005; NORRIS, 2002)³⁴. Todavia, e como busca-se salientar aqui, é possível identificar estudos recentes demonstrando que tolerância e participação não são necessariamente covariantes numa mesma direção, podendo estar relacionados em orientações conflitantes. Se por um lado a tolerância aparece como uma atitude flexível que geralmente não produz comportamentos consistentes (GIBSON 1998; MARCUS et al, 1995), a intolerância impulsionaria a ação, atribuindo coesão e vigor às atitudes dos intolerantes. “Tolerantes e intolerantes diferem não só em termos de recursos que determinam quais ações eles podem tomar, mas também sobre as dimensões atitudinais que condicionam as ações que eles estão dispostos a tomar” (ABBARNO, 2013, p. 55).

Assim, enquanto uma tradição clássica estabelece correlações positivas entre tolerância política e ativismo político (STOUFFER, 1955; SULLIVAN et al, 1979), estudos mais recentes advogam que a tolerância pode exercer um “efeito supressor” sobre

³⁴ Sullivan e Transue (1999) caracterizou como as duas ondas principais que definiram participação e comportamento político, sendo a primeira centrada nas atitudes políticas (ALMOND & VERBA, 1963); e a segunda relativa à cultura política (INGLEHART 1977, 1990, 1997; PUTNAM, 1993).

o engajamento político (MUTZ, 2002; ABBARNO, 2013; RAPP & ACKERMANN, 2016), sobretudo a partir da perspectiva analítica de grupos. Sullivan et al. (1982), ainda, consideram que a relação entre participação e tolerância tende a ser espúria, uma vez que ativistas políticos são em geral mais tolerantes porque dispõem de outras características relevantes e distintas, por assim dizer, em comparação àqueles considerados apáticos politicamente.

Abbarno (2013) examinou os efeitos da tolerância na participação, associando-a a diferentes vias de ação política. Especificamente, o autor categorizou padrões de participação entre tolerantes e intolerantes, e identificou que a concessão de direitos de liberdade de expressão a grupos dos quais os indivíduos discordam, reforça a percepção desses indivíduos de que eles são livres para comunicar suas próprias opiniões políticas. Assim sendo, as pessoas tendem a ser tolerantes (relativamente a grupos que "não" toleram) quando se trata de ações que envolvem altos riscos, por medo de que as atitudes de cerceamento possam recair sobre si próprias. A extensão de direitos a determinados grupos, por parte de indivíduos tolerantes, é então uma forma de se garantir o exercício de "seus próprios direitos à expressão política".

Rapp & Ackermann (2016) investigaram como a intolerância, no nível individual e no nível contextual, está relacionada com comportamento de protestos caracterizados como não-violentos dirigidos a grupos étnicos, religiosos e culturais diversos. O marco teórico e conceitual, do qual as autoras partem, caracteriza-se por uma definição de intolerância social que está atrelada à rejeição geral da diversidade étnica e cultural de grupos que compõem dada sociedade. Rapp e Ackermann demonstram que a intolerância social a nível nacional diminui a participação política, ao passo que, ao nível individual, a intolerância aumenta a participação.

Ampliando a discussão sobre como a intolerância gera participação, e contrariando algumas das correntes dominantes do Comportamento Político, Gibson (1996) afirma que existe uma correlação tênue entre o apoio à democracia e a tolerância política. O que é observável, efetivamente, é que aqueles indivíduos que aceitam as normas e premissas das instituições democráticas não são necessariamente tolerantes com seus "inimigos políticos" (GIBSON, 1996). Com efeito, pesquisas argumentam que o estado "natural" das pessoas é ser intolerante (MARCUS et al, 1995; PEFFLEY & ROHRSCHEIDER, 2001).

Para Gibson (1992), (in)tolerância tem a ver com custos políticos, ou seja, a disposição para tolerar o outro está atrelada à crença de que os custos das posições e ações desse outro são inócuos – ainda que delas se discorde; Dahl (1971) já apontara para a percepção dos custos da (in)tolerância como um elemento que assegurava e dava prosseguimento ao jogo democrático. Contudo, à medida que essa chave muda e os indivíduos passam a se perceber ameaçados, a propensão ao engajamento político cresce, juntamente com a sensação potencial de perda. É pertinente reforçar que as ameaças percebidas podem ser mais difusas e abstratas do que ações concretas apresentadas por qualquer grupo específico. E nesta perspectiva, as mudanças sociais, demográficas, políticas, a ampliação da diversidade nos acessos e espaços na sociedade podem ser fatores que ensejam um estado de alerta para estes grupos. A percepção subjetiva e coletiva de ameaça, por sua vez, comumente exerce papel exaustivo nesse quesito, e pode potencializar a ação política de forma muito efetiva.

Mutz (2018) demonstrou o fenômeno empiricamente, com base nas eleições presidenciais norte-americanas de 2016³⁵. A autora sustenta que a ansiedade em relação a grupos externos àquele de pertencimento (“anxiety toward out-groups”) é uma forma de reação àquilo que é estranho, alheio, e, portanto, intimidador. “Quando os membros de um grupo dominante experimentam um sentimento de ameaça a essa posição, seja ela o status de Americanos no mundo em geral ou o status de brancos em uma América multiétnica, a mudança no senso que as pessoas têm sobre posição relativa de seu grupo produz insegurança”³⁶ (MUTZ, 2018, p. 3). No entanto, para que um grupo dominante se perceba ameaçado por um grupo externo, este grupo precisa ser percebido como poderoso. Dessa maneira, à medida que cresce o empoderamento (e a percepção deste) de grupos geralmente colocados em situação subalterna na sociedade, dissemina-se a sensação de que o status de grupos dominantes está sendo desafiado (MUTZ, 2018), o que impulsiona a atitude intolerante e, por conseguinte, estrutura a mobilização. A coesão dos grupos e as narrativas que neles predominam, portanto, são importantes porque

³⁵ “The 2016 election was a result of anxiety about dominant groups’ future status rather than a result of being overlooked in the past. In many ways, a sense of group threat is a much tougher opponent than an economic downturn, because it is a psychological mindset rather than an actual event or misfortune.(...) The 2016 election, in contrast, was an effort by members of already dominant groups to assure their continued dominance and by those in an already powerful and wealthy country to assure its continued dominance” (Mutz, 2018).

³⁶ “When members of a dominant group experience a sense of threat to their group’s position, whether it is the status of Americans in the world at large or the status of whites in a multiethnic America, change in people’s sense of their group’s relative position produces insecurity” MUTZ, 2018, p.3).

organizam o entendimento das pessoas. No limite, os discursos produzidos não só evidenciam as preferências políticas dos grupos, mas também as orientam à ação³⁷.

Nesse sentido, Mutz (2006) abordou o papel e o impacto das redes políticas na participação política. Segundo a autora, existe uma relação complexa nas redes mais heterôgenas, que desencorajam o envolvimento em causas políticas devido ao constrangimento e custos sociais que se impõem especialmente àqueles que são avessos ao conflito. A força motriz que melhor impulsionaria o engajamento, sob essa perspectiva, seria o ambiente no qual os indivíduos encontram-se cercados por outros que compartilham, defendem e reforçam suas visões políticas. Essas condições teriam implicação direta no cultivo e promoção do ativismo político. A autora quer chamar atenção para o argumento segundo o qual “o tipo de rede que incentiva uma sociedade aberta e tolerante não é necessariamente o mesmo tipo que produz uma entusiástica cidadania participativa.” (MUTZ, 2006, p. 125). O que é mais notável, a partir de sua observação empírica, é que aqueles que se mostram mais motivados e dispostos a desfrutarem dos mecanismos de participação são os indivíduos cujos posicionamentos são mais extremados.

Ainda no que se refere a (in)tolerância e participação, Abbarno (2013) elenca duas perspectivas que, grosso modo, podem ser atribuídas à literatura, e cujos fundamentos não se alinham a noção de que a participação está diretamente ligada à tolerância. De acordo com a primeira concepção, os cidadãos tolerantes podem não ser mais propensos a participar da política do que os cidadãos intolerantes, uma vez que a associação positiva (entre tolerância e participação) deve-se a uma série de atributos que aumentam simultaneamente e independentemente a tolerância e o potencial para a ação política³⁸. A segunda visão postula que indivíduos intolerantes são mais propensos ao engajamento político, e que as explicações podem ser atribuídas às disparidades nos atributos atitudinais de tolerância e intolerância.

Em contrapartida e em geral, a relação positiva entre tolerância e participação sugere que algumas habilidades cívicas podem ser aprendidas à medida que os indivíduos

³⁷ Pode-se identificar que as lutas políticas são frequentemente sobre grupos oprimidos que reivindicam direitos a melhores condições de vida, mais iguais em relação a grupos de status privilegiados (MUTZ, 2018).

³⁸ “The relationship is thus doubly conditional. It requires the right constellation of individual-level traits, which in turn can develop only in contexts where democratic values and institutions are sufficiently rooted in Society” (ABBARNO, 2013, p.29).

participam regularmente da política. A tolerância política poderia ser um desses atributos, argumento que é articulado teoricamente em termos de “aprendizado democrático” (PATEMAN, 1975). A literatura participacionista endossa esse pressuposto, segundo o qual a participação política teria a incumbência de ensinar aos cidadãos sobre barganha e acomodação de diferentes pontos de vista, além do compromisso com as liberdades civis – especialmente com relação à liberdade de expressão e de associação (SULLIVAN, PIERESON & MARCUS, 1982). Portanto, nos fundamentos da teoria participacionista, o ativismo evocaria múltiplos ganhos sociais, uma vez que o interesse dos cidadãos em assuntos públicos impulsionaria sua proatividade, gerando tolerância social, confiança interpessoal e reciprocidade generalizada (NORRIS, 2007). E nesse sentido, a tolerância tem sido frequentemente qualificada como um valor aprendido.

A literatura tem muitas vezes discutido o tema do engajamento cívico associado a estruturas institucionalizadas, deliberação e associativismo ligados à esfera pública. Todavia, chama-se a atenção para como as interações da vida cotidiana e os diversos tipos informais de sociabilidade prestam papel primordial para o envolvimento político e social (PUTNAM, 2000)³⁹.

Qualquer medida de capital social precisa levar em conta simultaneamente as dimensões estruturais e culturais, isto é, a força das redes sociais (medidas em termos de pertencimento a uma ampla gama de grupos associativos e movimentos sociais) e as normas culturais (medidas por sentimentos de confiança social). Ele também precisa avaliar um sentimento informal de pertencer, bem como a adesão formal. (...) Comunidades com múltiplas e densas redes sobrepostas são aquelas em que esperamos encontrar a mais forte cultura de respeito mútuo, tolerância e cooperação, bem como engajamento cívico. (NORRIS, 2002, tradução nossa)⁴⁰

Assim, embora parte significativa das correntes do Comportamento Político associe a participação a um conjunto de características individuais provenientes de acesso

³⁹ Putnam categorizou diferentes tipologias de capital social, podendo ser de caráter formal ou informal, com base no tipo de atividade associativa; capital social “vinculante” (*bonding*) “de pontes” (*bridging*), tomando por critério a forma como os indivíduos estabelecem redes de reciprocidade; capital social interno ou externo promovendo o interesse dos membros de um grupo específico ou interesse público de modo mais geral, estaria ligada à ideia de confiança individualizada ou generalizada.

⁴⁰ Any measure needs to take account of both structural and cultural dimensions of social capital simultaneously, that is, the strength of social networks (measured in terms of belonging to a wide range of associational groups and social movements), and the cultural norms (measured by feelings of social trust). It also needs to gauge an informal sense of belonging as well as formal membership. (...) Communities with multiple and dense overlapping networks are the ones where we would expect to find the strongest culture of mutual respect, tolerance and cooperation, as well as civic engagement. (NORRIS, 2002)

e extensão de recursos, as redes interpessoais condicionam pessoas de baixos recursos a terem acesso a outros. Diante desta perspectiva, capital social (redes de associativismo) é formado por atitudes recíprocas de cooperação e confiança que fomentam redes sociais em busca de interesses comuns. “... Uma vez que os indivíduos tenham recursos suficientes, pessoais ou sociais, eles participarão. Nesse caso, a interação social seria apenas outro recurso que torna a participação mais provável. (...) Isso implica que não devemos pensar em recursos simplesmente em termos de ‘quanto’, mas também em termos de ‘que tipo’.” (MCCLURG, 2003, p. 8)⁴¹. Esses incentivos coletivos gerados horizontalmente, muitas vezes são traços identitários compartilhados que enaltecem o sentimento de pertencimento (como lugares de origem, experiências de imigração, etnia, classe, crença religiosa, ou mesmo afinidade ideológica) e estreitam os vínculos de solidariedade. Desse modo, os grupos socialmente integrados, que compartilham identidades, se valem disso como formas de resistência e engajamento políticos, sobrevivência econômica, e meios de canalizar demandas e ofertas de serviços públicos. No limite, o acesso ao “capital” que provém destas práticas é decisivo para a qualidade de vida dos sujeitos (FIELD, 2008).

Estruturei essa seção apresentando os diagnósticos mais tradicionais sobre os fenômenos da (in)tolerância e da participação em protestos, e os questionamentos que têm sido feitos sobre a relação entre eles. Recorri também a trabalhos que tensionam as concepções mais tradicionais sobre o tema, estabelecidas pela literatura cânone da área. Estudos mais recentes têm frequentemente reavaliado as correlações positivas entre atitudes tolerantes e participativas – que este trabalho reproduz, ao buscar pôr em questão as suposições sobre a relação direta entre (in)tolerância e participação. Para Sullivan et al (1982), cuja abordagem subsidia parcela relevante da elaboração deste trabalho, as correlações entre tolerância e ativismo são tênues. Assim, a ideia de que a (in)tolerância por si só não constitui um fator determinante na ação política constitui a questão norteadora da pesquisa. Além disso, a pesquisa se situa e tem por contribuição a importância dos grupos de pertencimento e dos grupos alvo aos quais se dirigem (des)afeição e (in)tolerância como elemento central na propensão de participar em atividades de protesto.

⁴¹ “...Once individuals get enough resources, personal or social, they will participate. In this case, social interaction would merely be another resource that makes participation more likely. (...) This implies that we must not think of resources simply in terms of ‘how much’ but also in terms of ‘what type’.” (MCCLURG, 2003, p. 8).

2.4 Elaborando as hipóteses

Marcus et al (1995) sustentam que indivíduos intolerantes são mais propensos a agir de acordo com suas crenças, sobretudo ao passo que a intensidade de sua intolerância aumenta. Gibson (1987) considera que, tanto para indivíduos tolerantes quanto intolerantes, o comportamento de (in)tolerância, que pode levar à participação, varia em função (i) da saliência da questão, (ii) de atributos decorrentes de alta escolaridade e baixo dogmatismo, (iii) da expectativa de violência nas manifestações. Conclui-se, portanto, que as atitudes intolerantes tendem, não raro, a estimular os indivíduos a tomarem parte em ações diretas para limitar os direitos de grupos alvos – e, alternativamente, para sair em defesa desses grupos aos quais pertencem, exigindo ações que os protejam.

Em essência, as pessoas odeiam o grupo, não querem que ele espalhe sua mensagem, então fazem o que puder para impedir que o grupo defenda sua doutrina odiada. A tolerância, no entanto, é diferente. O componente comportamental da tolerância é muitas vezes considerado inerentemente passivo: não tomaremos medidas para impedir que o grupo faça o que lhe é legalmente permitido fazer. (MARCUS et al. 1995, 205, tradução nossa).

A tese de que a tolerância não possui um “componente comportamental” específico que favoreça o engajamento em ações políticas diretas – componente que a intolerância, em contraste, pode possuir – é central para a construção das hipóteses deste trabalho. Propõe-se, num primeiro momento, que a tolerância tomada a nível individual não necessariamente estimula ou conduz a ações políticas. Aqui, sigo a aceção anteriormente exposta de que “a tolerância não é um constructo global”, mas importa a quem, o que e em que circunstância são demandas a atitude de tolerar.

Nesse sentido, os trabalhos descritos até aqui sugerem, com diferentes graus de ênfase, o papel central dos grupos e redes associativas como instâncias mediadoras do comportamento político. Os grupos condicionam identificações, valores, discursos, e estabelecem modos de interpretação e ação com relação à realidade política. Inclui-se aí suas atitudes de (in)tolerância com relação a outros grupos e outras identidades. Por isso, a importância fundamental dada ao escrutínio de quem são os (in)tolerantes e os (in)tolerados, verificando por desagregação dos grupos de desafeição a quem se dirigem a intolerância política e como isso motiva a ação política.

Num segundo momento do estudo, e considerando que a intensidade do desejo de limitar a ação política de determinados grupos repercute de forma importante no comportamento (GIBSON, 1996; MONDAK & SANDERS, 2003), o que se espera observar é que a intolerância — por ser internamente consolidada — é mais propensa a produzir um comportamento consistente com atitudes específicas. Nesta segunda abordagem, pretende-se focar na intolerância a partidos políticos⁴². O esforço analítico se concentrará sobre a distinção a respeito de quais grupos dirigem atitudes (in)tolerantes a quais outros grupos, e em que medida as posições mais aos extremos da (in)tolerância se correlacionam com o engajamento.

Mas antes de proceder à operacionalização analítica dos conceitos até aqui explorados, é de grande utilidade compreender, através da literatura, formas como eles se manifestam em realidades políticas mais concretas (SNIDERMAN, BRODY KUKLINSKI, 1984; GIBSON, 1986). Na próxima seção, abordo uma série de trabalhos sobre polarização política, para melhor entender como essas dinâmicas se apresentam em contextos de forte dissenso e acentuada divisão ideológica entre grupos de uma mesma sociedade. Em seguida, exploro estudos que diagnosticam e buscam explicar o aumento da polarização e da intolerância no Brasil, em anos recentes. Dessa forma, será possível construir um entendimento mais refinado dos cenários que, no Brasil, compõem o pano de fundo sócio-histórico da análise que virá a seguir.

2.5 Polarização, intolerância e participação

“affect can be a quite efficient way of encoding and storing what is after all the most vital political information: who and what one is for or against.”

Brady & Sniderman (1985)

⁴² Essa escolha se deve a constrangimentos metodológicos e a discussão será desenvolvida em passos seguintes da pesquisa.

As seções seguintes, que antecedem a análise empírica do trabalho, foram pensadas no intuito de formar um pano de fundo – cuja estratégia parte de uma análise mais global e afunila até as particularidades do caso brasileiro – sugerindo indícios contextuais que impactam nas transformações do engajamento político e atos contestatórios recentes. Assim, início por meio de uma discussão preliminar mais macro, cujo fenômeno central é a polarização.

Como discutido em seções anteriores deste trabalho, a investigação das motivações para o protesto nas ruas atravessa fortemente a literatura do Comportamento Político. Essa análise também encontra lugar nas reflexões e estudos que se debruçam sobre a polarização política, mas com a especificidade de um contexto de acirramento dos conflitos políticos. A polarização é um fenômeno de especial interesse para o presente estudo, porque esse acirramento de conflitos se manifesta na inflexão dos indicadores de (in)tolerância (RIBEIRO & BORBA, 2020), e à medida que a pesquisa também busca identificar se atitudes mais extremadas de (in)tolerância política levam a um maior grau de participação em protestos. Sendo assim, esta seção busca traçar um panorama de conjuntura que se alastra nas democracias contemporâneas.

Verba, Brady e Schlozman (2018) investigam se ativistas políticos tendem a assumir posições mais extremas, e se, por essa razão, se fazem mais representados na arena política. Os autores concluem que, depois de ponderadas determinadas variáveis socioeconômicas, como escolaridade, renda e interesse por política, aqueles indivíduos que se encontram nas extremidades com relação a *issues* políticos são mais politicamente ativos e, portanto, participam mais de atividades contestatórias, como protestos. Considerando categorias que atribuíam posições num contínuo ideológico — variando de indivíduos extremamente liberais até extremamente conservadores —, os autores identificaram uma distribuição “em forma de V” na relação entre o posicionamento dos indivíduos e sua atividade política, estando os moderados, assim, subrepresentados em suas demandas e preferências na arena política. Os autores fazem ponderações metodológicas ao assinalar que as posições que os indivíduos assumem sobre determinado tema — e que são frequentemente avaliadas em *surveys* —, são relativamente menos importantes, em comparação a quais temas e questões parecem suficientemente relevantes para levar esses indivíduos à ação política. Nessa perspectiva,

é pertinente levar em conta a mobilização dos grupos em torno de *issues*: tópicos contenciosos que emergem e declinam, não raro, mediante variações no contexto político.

Similarmente, Alan Abramowitz (2010) observa, no crescente contexto de polarização dos Estados Unidos, que os cidadãos mais engajados politicamente são menos centristas em suas posições e preferências políticas. Dessa forma, ele descreve uma distribuição bimodal — ou seja, concentrada nos extremos — do eleitorado engajado, enquanto o centro congrega o *cluster* dos menos interessados, menos informados e menos ativos politicamente. Na visão do autor, entretanto, não há que se pressupor conflito entre esse tipo de configuração na sociedade e a democracia. Abramowitz argumenta que, além de ser mais participativo e interessado politicamente, constituindo a principal base eleitoral de seu partido, o cidadão localizado no extremo do espectro expressa importantes fundamentos e perspectivas ideológicas presentes na sociedade. A polarização partidária se legitima, dessa forma, como reflexo da própria democracia. Abramowitz encara essa dinâmica como resultado de um processo extenso de "polarização ideológica partidária", através do qual as preferências ideológicas do eleitorado são reforçadas mutuamente no sistema político, e em conformidade com a intensificação também do conflito entre as elites políticas.

Na contramão dessas interpretações, em obra que avalia a ascensão de Donald Trump e o enfraquecimento gradual das instituições e normas políticas, Levitsky & Ziblatt (2018) argumentam que a polarização extrema pode comprometer fatalmente sistemas democráticos. Segundo eles, “as democracias funcionam melhor – e sobrevivem por mais tempo – onde as constituições são reforçadas por normas democráticas não escritas.” Essas normas, voltadas às elites políticas, são as de tolerância mútua e de *forbearance* — termo que descreve as restrições, moderação e comedimento exercido por atores institucionais, a despeito das prerrogativas de seus cargos. A polarização, em contrapartida, corrói ambos os alicerces à medida que dá lugar a visões exclusivas, exacerbando divisões e por conseguinte o sentimento de ameaça mútua. Tolerância e *forebearance* deixam de ser elementos norteadores da elite política na disputa, e o objetivo de “vencer a todo custo”, ainda que isso implique a rejeição das normas democráticas, passa a ensejar o fortalecimento de atitudes e grupos anti-sistema.

Graham & Svobik (2020), em consonância, salientam os riscos que a polarização pode representar para a estabilidade democrática. Especificamente, os autores identificam, por meio de experimentos, quão propensos a flexibilizar seus princípios e preferências democráticas os cidadãos dos Estados Unidos se encontram, em favor de outras considerações como ideologia e lealdade partidária. Diferentemente de Levitsky & Ziblatt, contudo, o enfoque recai sobre a polarização no público (e não nas elites políticas) identificando como diante de antagonismos significativos, o público deixa de punir políticos que subvertem e minam o processo democrático, desde que suas preferências e desavenças ideológicas sejam correspondentemente acomodadas. Sendo assim, atitudes hostis direcionadas à oposição são usualmente aceitas e exaltadas (IYENGAR et al, 2018). Conceitualmente, os autores atentam para distintas definições de polarização – que pode sobrevir no nível individual, representada por preferências extremas e/ou intensas; no nível eleitoral, em que a distribuição sobreleva os extremos e demonstra alta correlação entre as preferências do eleitorado com relação a *issues* e afiliação partidária; e, por fim, a polarização entre as elites, cujos candidatos se encontram significativamente distantes entre si, e também no que se refere às suas agendas programáticas.

Iyengar et al (2018) avaliam o fenômeno como um desencadeamento comum às identidades de grupos, mas que tem sido fortemente exacerbado por condições políticas e midiáticas recentes. Lançam luz sobre a polarização afetiva, que, segundo os autores, difere da noção de posições político partidárias opostas no sentido em que, à medida que as identidades partidárias e ideológicas tornaram-se mais evidentemente convergentes outras identidades sociais, a exemplo dos grupos que se firmam em torno de questões de raça e religião, também se juntam a partidos e plataformas partidárias. Não obstante, os autores concordam que a polarização afetiva e a hostilidade com os *out-party* (*out-group*) motivam a ação política (IYENGAR et al, 2018; IYENGAR & KRUPENKIN, 2018).

Iyengar & Krupenkin (2018), atribuem peso analítico à forma como indivíduos partidários estigmatizam grupos externos. Identificam que, gradativamente, a identidade partidária torna-se central na demarcação da distância e desconfiança que devem ser observadas com relação a membros externos, superando outras clivagens sociais. Com efeito, os autores caracterizam esse partidarismo como catalisador de um sistema de crenças. A intensificação dos sentimentos positivos dirigidos ao próprio grupo, e da hostilidade a grupos externos, são aspectos basilares do fenômeno de polarização e,

segundo os autores, têm modificado significativamente o comportamento dos americanos em tempos recentes e constituído “a força motriz por trás da participação política. Mais recentemente, no entanto, é a hostilidade em relação à parte externa que torna as pessoas mais inclinadas a participar.” (p.202), o que leva à advertência:

when citizens’ support for a candidate stems primarily from their strong dislike for the opposing candidate, they are less subject to the logic of accountability. Their psychic satisfaction comes more from defeating and humiliating the outgroup, and less from any performance or policy benefits that might accrue from the victory of the in-party. For this group of voters, candidates have every incentive to inflame partisan negativity, further entrenching affective polarization. (p. 212)

Singer (2016) compreende o fenômeno como um movimento de diferenciação entre partidos e suas respectivas posições políticas. Dessa maneira, a distinção teria efeito benéfico à qualidade da representação e ao debate, vinculando-os mais estritamente a *issues*. No contexto da ascensão dos governos de esquerda na América Latina, período sobre o qual o estudo se debruça, a polarização operaria como um fator estruturante para a orientação ideológica e partidária, auxiliando também os eleitores em suas demandas e reivindicações em torno de *issues* e delineando identidades políticas de grupo. O autor entende o fenômeno de forma otimista, dando ênfase ao aumento da capacidade de movimentos populares e democráticos pautarem suas questões mais firmemente. O presente trabalho tem por objetivo investigar também se a contrapartida dessa possibilidade encontra respaldo na atualidade, ou seja, em que medida a polarização pode conferir solidez e impulso mobilizador a movimentos antidemocráticos, excludentes e intolerantes. Embora parte relevante das correntes teóricas abordadas aqui tenha se dedicado à compreensão do fenômeno da polarização como atributo do contexto, nas seções empíricas mais à frente, serão testadas hipóteses específicas sobre intolerância a partidos e participação política no nível individual, a fim de identificar se eventos e movimentos de intolerância podem ser resultados desse acirramento em torno da polarização ideológica partidária.

2.6 O caso brasileiro e os protestos contemporâneos

“Uma coisa é pôr ideias arrançadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... Tanta gente – dá susto de saber – e nenhum se sossega (...)”

Guimarães Rosa (1956)

No Brasil, o tema da (in)tolerância vem adquirindo crescente relevo – como objeto de estudo acadêmico e como questão central para os debates que se desenrolam em cenas públicas e privadas, e que projetam os rumos políticos do país. Multiplicaram-se as instâncias, a visibilidade e as implicações da intolerância no cenário político, mas também vêm se transformando os comportamentos e grupos que são alvo de intolerância. Esse fenômeno produz efeitos importantes sobre a disputa política e o jogo democrático, uma vez que a perda de respeito por dissidentes constitui um risco grave para a liberdade política e para a preservação das normas e da própria ordem democrática (GIBSON, 1992).

Os fenômenos que conferem renovadas facetas à intolerância conectam-se a circunstâncias do contexto global, que também incidem nas configurações políticas a nível nacional. Essas circunstâncias mais amplas incluem transformações recentes em padrões de sociabilidade e de engajamento político, ou seja: como os sujeitos se compreendem, discutem e agem politicamente. No Brasil, no campo do Comportamento Político, para além da perspectiva da tolerância política (RIBEIRO & FUKS, 2019), a produção acadêmica contemporânea frequentemente tem investigado tais mudanças de padrões a partir dos prismas teóricos da polarização, dos sentimentos (anti)partidários e do antipetismo (RIBEIRO, CARREIRÃO & BORBA, 2016; BORGES & VIDIGAL, 2018; TATAGIBA & GALVÃO, 2019). Esta seção explora, em diálogo com essa produção recente, alguns indícios de contexto que podem ajudar a delinear a relação entre o fenômeno da (in)tolerância e padrões emergentes de engajamento político no país.

Antes de prosseguir nesta análise, todavia, cabe considerar brevemente apontamentos que a literatura clássica na área do Comportamento Político oferece sobre os temas da participação e da (in)tolerância. Nessa perspectiva, e de maneira ampla, a tolerância e a confiança interpessoal, ambas calcadas na ideia de reciprocidade, são postuladas como atributos que determinam a propensão dos sujeitos ao envolvimento em ações coletivas (PUTNAM, 1993; 2000). Assim, o bom funcionamento da democracia, ou “uma estrutura política democrática”, é correlacionado com a existência de uma cultura cívica, ou “uma cultura participante” caracterizada pelo apreço a valores democráticos (ALMOND & VERBA, 1963). Tendo em vista o caso brasileiro, contudo, a análise deve sopesar as particularidades que atravessam a história recente do país, olhar mais atentamente para os indivíduos que têm se engajado em atividades de protesto, e

conceber que o *protester* mediano da realidade atual não necessariamente carrega os atributos cívicos preditos na literatura clássica.

A fim de justificar a pertinência do caso em questão e para apreender como se articulam os fenômenos da (in)tolerância e participação no caso brasileiro, será necessário situá-los à luz de alguns eventos de sua história recente. As Jornadas de Junho de 2013 são o marco histórico temporal mais frequentemente mobilizado pela literatura que busca compreender a inflexão que se verifica em processos políticos institucionais e comportamentais recentes. Segundo Tatagiba e Galvão (2019), o padrão de protesto que se deflagra nesse período segue duas dinâmicas fundamentais: a polarização política em torno do PT e a heterogeneidade de atores e reivindicações, fortemente calcados nos conflitos de classe e cada vez mais evidentemente organizados em torno de pertencimentos identitários. As manifestações ensejaram, além disso, questionamentos sobre o grau de consolidação da democracia brasileira. Alguns autores defendem que, em termos práticos, as relações entre atores e grupos no Brasil não se organizam em estruturas sólidas de cultura política, e tampouco apresentam consistência com os alicerces de uma democracia, em sua caracterização mais plena (MOISÉS, 2010; BAQUERO et al, 2018). Nessa perspectiva, as manifestações ajudaram a expor graves falhas e insuficiências do arranjo político brasileiro.

As Jornadas de Junho, assim como outras mobilizações resultantes ou subsequentes, se caracterizam por uma série de novidades, que vão dos precedentes motivacionais e de organização, à forma como estabelecem demandas e pautam a atividade política institucional. Essa seção explora algumas dessas novidades, sem pretender, no entanto, exauri-las, interessa considerar, entre esses elementos que revelam o ineditismo das Jornadas de Junho no curso da história democrática recente, a participação massiva dos mais distintos atores no espectro ideológico. A “sobreposição entre espontaneidade e organização, que viabiliza sua singularidade e a potencializa” (FABRINO, 2018, p. 9), também abre espaço para que um leque notavelmente diverso de movimentos se incorpore às demonstrações, promovendo agendas e preferências discrepantes. A polarização política e as frequentes demonstrações de intolerância, por parte de grupos e participantes que estabelecem entre si diferentes eixos de antagonismo, passam a demarcar um novo e incógnito marco da participação política no país.

Tem-se, então, um cenário de manifestações de grande escala, que sugerem alto grau de hostilidade e intolerância envolvendo campos de disputa política/ideológica que

são distintos, porém não muito bem delineados. Isso chamou a atenção para os perfis desses indivíduos participativos, e para o pouco que se sabia sobre eles. Nessa perspectiva, chama a atenção, que “os protestos de junho de 2013 parecem ter produzido mudanças no contexto político, o qual, por sua vez, impactou a dinâmica do ativismo em duas direções principais: fortalecimento dos setores oposicionistas à direita e estímulo à participação de indivíduos não organizados” (TATAGIBA & GALVÃO, 2019, p. 84).

Apesar de difuso, esse cenário sugere acirramento, e estabelece alguns parâmetros de uma disputa que migra para os polos do espectro ideológico, culminando com o processo de impeachment da presidente Dilma Roussef (2015 - 2016). A partir daí, Tatagiba e Galvão identificam que as manifestações de rua ganham novo fôlego e maior difusão territorial, além de contornos ideológicos mais demarcados. Tendo por pano de fundo a crescente polarização do eleitorado, amplia-se a agenda investigativa sobre identidades e sentimentos partidárias (RIBEIRO, CARREIRÃO & BORBA, 2011; RIBEIRO, CARREIRÃO & BORBA, 2016; BORGES & VIDIGAL, 2018). Ribeiro, Carreirão e Borba (2016), no período que compreende os anos de 2002 a 2014, apontam para o declínio acentuado e generalizado dos sentimentos positivos dirigidos aos partidos políticos brasileiros, com especial ênfase ao Partido dos Trabalhadores. Sob uma outra ótica, porém, Borges e Vidigal (2018) sopesam que em dadas circunstâncias a migração aos polos tende a reforçar as identidades partidárias, à medida que o esforço de diferenciação de um grupo reconhecidamente externo (identificação negativa) – e nesse caso especificamente legendas adversárias –, tende a aumentar o sentimento de pertencimento interno do grupo (identificação positiva).

O agravamento dos sentimentos negativos, por seu turno, traz avaliações sobre os impactos nas atitudes negativas. Os estudos sobre (in)tolerância no país, de maneira mais detida, passam a ser mais fortemente pautados na literatura do Comportamento Político muito recentemente (FUKS, RIBEIRO & BORBA, 2017; RIBEIRO & FUKS, 2019; RIBEIRO & BORBA, 2019). Fuks, Ribeiro & Borba (2017) foram pioneiros no desenvolvimento desta agenda de pesquisa na conjuntura nacional recente. Ancorados na ideia de que existe consistência entre os custos de protestar e os compromissos atitudinais que a tolerância demanda, os autores aventam a hipótese de que os indivíduos mais tolerantes têm maior inclinação a participarem em protestos. Uma alternativa analítica, ou uma outra forma de pensar consistência, é delineada neste trabalho: ao invés de pensar a confluência da atitude irrestrita de tolerância como um compromisso frente à

democracia, sugere-se pensar a defesa da democracia propriamente. Nesse sentido, a restrição dos direitos políticos de grupos iminentemente perniciosos ao regime democrático (ou o desejo de restringi-los) é possivelmente mais cara à participação e à própria democracia. A maneira de trazer este debate, e que encontra respaldo na abordagem empírica do trabalho, salienta a importância central da distinção dos grupos nas atitudes de (in)tolerância e atividades contestatórias, e serão melhor exploradas em seções subsequentes.

Ribeiro & Fuks (2019) reconhecendo a importância da distinção dos grupos e seguindo os pressupostos teóricos e metodológicos de Sullivan, Piereson e Marcus (1982) identificaram similaridades e distinções em relação aos achados dos precursores da metodologia do *least-liked group*. Os autores a fim de testar efeitos de variáveis clássicas da literatura, e à maneira como condicionam atitudes (in)tolerantes na realidade recente do país, evidenciaram a importância da distinção dos grupos alvos da (in)tolerância, levando em consideração suas bases demográficas e atitudinais, especificamente as relacionadas à idade, à religiosidade, à adesão à democracia e ao interesse por política. Ribeiro e Borba (2019), a partir da verificação em série histórica – que compreende o ano de 2007 até 2014–, identificaram que os indicadores de tolerância têm declinado nos anos recentes, no Brasil. Os autores recorrem a dados do LAPOP (Latin American Public Opinion Project) e empregam indicadores atitudinais de tolerância para mostrar que, apesar de os brasileiros se mostrarem predominantemente tolerantes, todos os grupos testados apresentaram queda na pesquisa de 2014 – a última na série histórica analisada. Para fazer essa mensuração, o estudo assim interpela os entrevistados: em que medida direitos políticos – de manifestação, voto, ocupação de cargos – devem ser concedidos ou negados àqueles que se opõem à forma de governo? Em complemento, o estudo adiciona à análise outro grupo alvo: os homossexuais. Como os próprios autores reconhecem, enquanto objeto ou alvo de intolerância, a constituição desses grupos é bastante genérica, e a validade dessa *proxy* é passível de questionamento, uma vez que o grupo ao qual a (in)tolerância se dirige é de fundamental importância, como reiteradamente afirmado aqui. Não obstante as limitações, o estudo indica uma tendência em direção à intolerância.

À luz dessas considerações, é razoável apontar uma dupla tendência: as manifestações de intolerância em assuntos políticos se tornam mais notórias e centrais no curso recente no país; por outro lado, são coordenadas por grupos cada vez mais distanciados, concorrentes e antagônicos, no que se refere a preferências políticas. As

jornadas de junho de 2013, como já exposto, denunciavam esses acirramentos de ânimos e de preferências ideológicas. Não obstante, “se, nas ruas, episódios de intolerância política foram registrados, o ambiente virtual proporcionado pelas redes sociais (...), potencializou ainda mais as atitudes de negação da pluralidade de ideias e projetos políticos.” (RIBEIRO & BORBA 2019, p. 641). E aqui emerge outro elemento novo e característico das Jornadas de Junho, que as distingue de grandes mobilizações do passado: a presença determinante das tecnologias de redes e mídias sociais, que figuram nos processos de informação, mobilização e recrutamento à ação política. A literatura passa então a concentrar atenção e esforços investigativos nas correntes que atribuem papel central às mídias sociais, como essa instância decisiva e inédita até então, como recurso de intermédio e interlocução, além do espaço prevaletente para a organização política (RUEDIGER, et al., 2014; BAQUERO et al, 2018).

A possibilidade de se ampliar a participação por meio da inclusão digital foi, muitas vezes, encarada com entusiasmo⁴³, e admite-se que tenha agregado novos atores à política – pessoas e grupos cujo envolvimento era antes afetado por uma estrutura desigual de custos e de acesso à participação, incluindo a falta de canais (VERBA et al, 2018, p. 114):

The networking capacities of the Internet are also suited to facilitate forming political groups, recruiting adherents and sympathizers, and mobilizing them to take political action—either on- or offline. Moreover, the Internet provides a wealth of political information and opportunities for political interaction, discussion, and position taking.

Existem poucos estudos que avaliem os impactos que esses ambientes de interação/informação produzem nos níveis mais gerais de confiança interpessoal e institucional, e mesmo na atribuição de legitimidade ao sistema político (GIL DE ZÚÑIGA et al, 2019). Baquero et al (2018), ao avaliarem os efeitos que esses dispositivos digitais têm sobre a participação e a (in)tolerância no contexto brasileiro recente, concluem que eles vêm contribuindo para o enraizamento de uma cultura política intolerante, e acrescentam que não existe clareza sobre as consequências que “essa nova

⁴³ “We, too, were initially hopeful that digital technologies, if more and more widely accessible, might act as the trip wire disrupting participatory inequality.” (VERBA et al, 2018, p. 113).

modalidade de construção de identidade coletiva” pode acarretar para a dinâmica política entre sociedade e Estado.

O período pós 2013 no Brasil, passa a refletir de maneira mais clara um cenário de polarização e acirramentos, que opõe grupos em torno de *issues* que definem mais prementemente suas preferências ideológicas, além disso, a agenda de interesse de grupos ampliou a participação política inclusive daqueles que a princípio não tinham envolvimento político preexistente (TATAGIBA & GALVÃO, 2019). Como já discutido neste trabalho, a percepção de ameaça, suposta ou real, pode ensejar não somente a intensificação da intolerância, mas também a tendência ao autoritarismo (FELDMAN, 2017). Apesar do ônus para a sociedade e para fruição da democracia, esses condicionantes podem beneficiar aqueles que flertam, defendem ou buscam (re)construir cenários autoritários.

Nesta seção, busquei apontar alguns elementos que, na última década, ocasionaram um ponto de inflexão nos padrões de comportamento e atitudes dos indivíduos politicamente ativos no Brasil contemporâneo. Discuti os indícios de que, nesse período, um novo perfil de indivíduo engajado passa a compor o cenário de movimentos de protesto; e de que parte das implicações disso na participação política, contrariamente às correntes teóricas mais otimistas, tem sido frequentemente impulsionada por sentimentos, valores e atitudes que dificilmente se compatibilizam com os fundamentos democráticos.

Vários elementos da estrutura socioeconômica da sociedade brasileira figuram na formação do sistema de crenças políticas e da cultura política (BORBA, 2005; MOISÉS 2010). Moisés (2010) caracterizou a concepção da democracia para os brasileiros, e identificou que ela se enraizava em noções de rigor, transparência e funcionalidade institucional, e de liberdade. Nesse sentido, essa concepção majoritária passava ao largo da dimensão social, ou seja: ignorava, ou mesmo percebia negativamente, a inclusão e participação de grupos desfavorecidos e minoritários, e os esforços pela transformação das relações sociais. Isso, para o autor, afeta diretamente a qualidade e estabilidade da democracia brasileira. A valorização da democracia e de suas instituições é, naturalmente, imprescindível para sua vigência, mas também o é uma cultura política calcada na tolerância, na pluralidade e na convivência (BAQUERO et al, 2018).

Novamente, é importante frisar que os indícios contextuais apontados aqui não são subsídios exaustivos para uma análise robusta sobre protestos no Brasil. Na verdade, qualquer investigação científica trata de uma redução da realidade, possuindo, portanto, limitações que se estendem às suas análises, técnicas e desenhos de pesquisa. As seções a seguir, buscam trazer elementos empíricos que contribuam mais fortemente com as hipóteses e argumentos levantados pelo estudo, porém, assim como declara Gibson (1992, p.338) espera-se que a “a força dos argumentos apresentados aqui seja julgada de forma mais justa pelo quadro cumulativo que emerge, não pelos resultados dos testes de hipóteses individuais”.

3 Desenho de pesquisa e resultados

A literatura e os exemplos mobilizados até aqui permitem identificar possíveis atributos individuais e de contexto e as relações entre eles. Para testar, descrever e melhor compreender essas relações é necessário sistematizá-las, de maneira que os atributos, como (in)tolerância e participação, serão finalmente incorporados enquanto variáveis. Desse modo, as seções seguintes buscam identificar como indivíduos (in)tolerantes podem ser distinguidos a partir da identificação dos grupos aos quais pertencem e a quem dirigem sentimentos e atitudes de (in)tolerância, além disso, como esses fatores afetam a participação em protestos. Pretende-se verificar que os grupos aos quais se tem (des)afeição e se dirigem atitudes de (in)tolerância são preditores mais determinantes (do que a (in)tolerância propriamente) na participação em atividades de protesto. Esta seção combina análise descritiva e análise inferencial dos dados do Lapop, que dispõe de análise comparativa em 34 países da América Latina há mais de duas décadas, e cujo recorte compreende as duas mais recentes ondas do *survey* (2016-2017; 2018-2019), e dados do Datafolha (2019) tendo por enfoque o caso brasileiro. As hipóteses do trabalho são resumidas no quadro a seguir:

Quadro 1– Resumo das hipóteses

Hipótese 1	No Brasil contemporâneo, a participação em protesto está associada aos grupos de pertencimento e a quem se dirige a (in)tolerância, sendo a atitude de (in)tolerância, tomada isoladamente, insuficiente para explicar participação em protestos.
Hipótese 2	A chance de participação em protesto aumenta à medida que os indivíduos se localizam mais próximos dos extremos da (in)tolerância.
Hipótese 3	As orientações e preferências democráticas característicos dos grupos impactam no grau de (in)tolerância e na participação em protesto, ou seja, quanto mais orientados por preferências democráticas são os grupos e seus membros, mais tolerantes e mais participativos.

Elaboração própria

As hipóteses centralizam o grupo de pertencimento e o grupo alvo da (in)tolerância como fatores determinantes na variável resposta (participação em protestos), dessa forma, a atitude de (in)tolerância isoladamente perde o poder explicativo. A participação em protestos também seria afetada pela localização nos extremos da (in)tolerância, o que significa que quanto mais distante de um posicionamento moderado no espectro da (in)tolerância está um indivíduo maiores são as chances de tomar parte em atividades de protestos, denotando, portanto, que a intensidade

da atitude importa. Por fim, as orientações e preferências democráticas que caracterizam um grupo definem o grau de (in)tolerância com membros externos ao grupo e também impactam na participação; em outras palavras, quanto mais orientados e assentados em pressupostos democráticos são os indivíduos e seus grupos de pertencimento, mais tolerantes e mais participativos em atividades de protestos. A seguir, tem-se um esquema que apresenta a lógica subjacente aos pressupostos teóricos e elementos que irão compor os modelos empíricos.

Figura 1 - Resumo esquemático das variáveis



Elaboração própria

A figura acima representa as relações e dinâmicas das principais variáveis aqui adotadas, ou seja, apresenta preliminarmente⁴⁴ de que maneira tais fatores explicativos afetam as chances de participação em protestos. Segundo o resumo, as orientações e preferências democráticas dos sujeitos determinam o grupo de pertencimento e o grupo alvo da (in)tolerância que, por sua vez, determinam o grau de (in)tolerância política – inclui-se aqui a localização nos extremos da (in)tolerância – que afeta as chances de participação em protestos.

3.1 Seção empírica Lapop (2016-2017)

3.1.1 Análise descritiva

⁴⁴ O resumo, no entanto, não define ou exaure as explicações dos testes adotados a seguir, uma vez que esses não envolvem uso de modelos de mediação.

O material empírico que compõe a pesquisa, e por meio do qual as hipóteses serão testadas, divide-se em três conjuntos diferentes de dados. São as duas ondas mais recentes do Lapop, de 2016-2017 e 2018-2019 e, adicionalmente, dados de *survey* do Instituto Datafolha de dezembro de 2019. As variáveis e relações a serem testadas manifestam-se de maneiras distintas em cada um desses conjuntos de dados e, portanto, cada um deles oferece possibilidades analíticas diferentes. As ondas do Lapop, por exemplo, estabelecem recortes específicos para mensurar (in)tolerância, participação, graus e grupos de desafeição, incluindo perguntas sobre questões e grupos distintos. A pesquisa Datafolha, por sua vez, não enuncia explicitamente categorias que representem participação em protesto, por exemplo, no entanto, traz uma descrição atualizada de preferências democráticas, (in)tolerância dirigida a instituições e processos democráticos e preferências partidárias – inclusive o PSL, que adquiriu lugar de centralidade na última disputa presidencial. As peculiaridades dos dados de cada *survey* incitam a uma descrição detalhada e escolhas cuidadosas, para que as hipóteses possam ser adequadamente testadas. Mas também, a partir dessas diferenças, o estudo pode enriquecer-se substancialmente. Os resultados da análise de cada *survey* podem ser cotejados, complementados e aprofundados, à medida que a integração das observações resultantes apresenta respostas mais completas e nuançadas às hipóteses deste trabalho.

Nesta primeira etapa empírica, apresento uma das ondas mais recentes do LAPOP (2016-2017) que dispôs da inclusão de perguntas sobre (in)tolerância a partir da metodologia desenvolvida por Sullivan, Piereson e Marcus (1982) – *least-liked group* – e replicada para o contexto brasileiro. Como já explicado anteriormente, os autores propuseram uma mensuração de tolerância política a partir da identificação dos grupos de maior desafeição, num primeiro momento; estimando-se o quanto os respondentes se opunham a direitos políticos desse grupo “menos gostado”, num segundo momento.

Para o caso específico da bateria do Lapop, foram apresentados aos entrevistados cinco grupos para que informassem o quanto gostam ou desgostam de cada um, atribuindo uma nota de 1 a 10, sendo 1 (desgosto muito) e 10 (gosto muito), dentre os listados havia: comunistas; pessoas que defendem a legalização do aborto; pessoas que defendem o regime militar; PSDBistas/simpatizantes do PSDB; PTistas/simpatizantes do PT. Em seguida, o entrevistador era designado a perguntar, novamente numa escala de 1 a 10, a qual 1 representa desaprove fortemente e 10 aprovo fortemente, quanto o respondente

aprovava direitos relativos ao voto, direito de discursar em público e de concorrer a cargos públicos destas pessoas pertencentes ao grupo declarado como menos gostado.

Quadro 2 – Variáveis de (In)tolerância

Questões da bateria sobre (In)tolerância (Lapop, 2016 – 2017)	
Falando de alguns grupos de pessoas, poderia informar o quanto gosta ou desgosta dos listados abaixo. Usaremos agora uma escala de 1 a 10, na qual 1 significa "desgosto muito" e 10 significa "gosto muito".	<ul style="list-style-type: none"> a) Pessoas que defendem a legalização do aborto b) Pessoas que defendem o regime militar c) Comunistas d) Petistas/ Simpatizantes do PT e) PSDBistas/ Simpatizantes do PSDB
Falando do grupo de pessoas que o(a) sr./sra menos gosta... Em uma escala de 1 a 10, na qual 1 significa "desaprova fortemente " e 10 significa "aprova fortemente "...	<ul style="list-style-type: none"> a) O quanto o sr./sra. aprova o direito dessas pessoas de votar? b) O quanto o sr./sra. aprova o direito dessas pessoas de fazer um discurso público? c) O quanto o sr./sra. aprova o direito dessas pessoas de concorrer a um cargo público?

Elaboração própria

A partir das atitudes em relação à disponibilidade do entrevistado em anuir o exercício desses direitos políticos ao grupo de maior desafeição, formou-se a medida agregada para designar (in)tolerância política com base na proposição metodológica de Fuks, Ribeiro & Borba (2017)⁴⁵. O Índice de Tolerância Política (ITP) foi constituído a partir do somatório das três variáveis referentes a direitos políticos. Dessa maneira os respondentes poderiam variar entre 3 e 30 na escala do índice, a depender da nota que atribuíam a aprovação dos direitos relativos a voto, direito de discursar em público e direito de concorrer a cargos públicos daqueles que elegiam ser o grupo que sustentavam maior desafeição. Cabe ressaltar que, para alguns casos, identificou-se indivíduos cuja menor nota foi dada para mais de um grupo, quando isso ocorreu foi utilizado o critério de atribuição aleatória para a associação da concessão (ou não) de direitos a um dos

⁴⁵ “Existe uma forte tendência de respostas semelhantes as questões sobre os três direitos entre os componentes da amostra nacional. Com isso, procedemos o cálculo de um índice somatório que denominamos de Índice de Tolerância Política (ITP).” (Fuks, Ribeiro & Borba, 2017, p. 16).

grupos menos gostado⁴⁶.

Uma vez que também é intento deste trabalho focalizar no grupo de intolerantes, ou seja, naqueles que se encontram mais ao extremo na escala, um índice com intervalo de 3 a 19⁴⁷ – formado a partir do ITP– foi gerado para identificar de maneira mais detalhada a constituição deste grupo. O recorte para se definir tolerantes e intolerantes foi feito através da mediana do Índice de Tolerância Política (mediana = 19). Salienta-se que, à maneira como foi delineado, quanto menor o valor no índice mais intolerante o indivíduo.

Quadro 3 - Frequência da escala de intolerância

	Frequência	Percentual	Porcentagem Válida
3,00	74	4,8	9,6
4,00	20	1,3	2,6
5,00	35	2,3	4,5
6,00	26	1,7	3,4
7,00	31	2,0	4,0
8,00	28	1,8	3,6
9,00	49	3,2	6,3
10,00	29	1,9	3,7
11,00	25	1,6	3,2
12,00	67	4,4	8,7
13,00	60	3,9	7,8
14,00	63	4,1	8,1
15,00	64	4,2	8,3
16,00	51	3,3	6,6
17,00	44	2,9	5,7
18,00	53	3,5	6,8
19,00	55	3,6	7,1
Total	774	50,5	100,0
Missing	724	47,3	
System	34	2,2	
Total	758	49,5	
Total	1532	100,0	

Elaboração própria

⁴⁶ A técnica utilizada para esta atribuição foi desenvolvida por Fuks, Ribeiro & Borba (2017) e foi gentilmente cedido o script no R para replicação.

⁴⁷ Foi feita uma redução no valor dos pontos da escala do ITP para se considerar apenas aqueles considerados intolerantes (estabelecendo um recorte pela mediana do ITP), a fim de testar também uma escala de intensidade da intolerância.

**Quadro 4 - Estatística
descritiva da variável
Intolerantes**

N	Valid	774
	Missing	758
Média		11,7171
Mediana		13
Moda		3

Elaboração própria

Aqui cabem uma observação teórica e uma metodológica para justificar o recorte dos intolerantes e a opção por uma escala de intensidade de intolerância. Gibson (1996) postulou que parte relevante da explicação para presumir a ação política dos indivíduos recairia na intensidade aos quais esses sustentavam crenças e atitudes, além disso, o autor assentia que a intolerância era um atributo de intensidade maior relativa à tolerância. No que se refere à opção metodológica por uma escala de intensidade da intolerância, a forma de mensuração da variável permite observar nuances, essas mesmas nuances são carregadas de sentido, apenas dicotomizar a variável pode vir a limitar a interpretação.

À medida que é analiticamente relevante identificar a que grupos se dirigem os sentimentos negativos para a compreensão do que motivaria e separaria os indivíduos (in)tolerantes, algumas tabelas descritivas foram criadas para entender a interação entre os (in)tolerantes, seus grupos de desafeição, preferências democráticas e como se distribuem mediante o engajamento em atividades de protesto. A seguir apresenta-se como se distinguem quando cotejados os grupos de tolerantes e de intolerantes quanto aos seus respectivos grupos de maior desafeição:

Quadro 5 - Tabulação cruzada: Grupo de desafeição e (in)tolerância

Grupo de desafeição	Intolerante	Tolerante	Total
Comunistas	142 48,14%	153 51,86%	295
Pessoas que defendem a legalização do aborto	222 49,33%	228 50,67%	450

Pessoas que defendem o regime militar	69 41,57%	97 58,43%	166
PSDBistas	112 44,62%	139 55,38%	251
PTistas	143 53,96%	122 46,04%	265
Total	688	739	1427

Fonte: Lapop, 2016-2017.

Elaboração própria.

Pode-se verificar que os valores são tecnicamente iguais na distribuição do grupo de maior desafeição relatados para os que desgostam de comunistas e pessoas que defendem a legalização do aborto. Porém, se diferenciam de forma mais notória os que desgostam mais de pessoas que defendem o regime militar, PSDBistas e PTistas. Mais detidamente, para os que desgostam mais de pessoas que defendem o regime militar e PSDBistas e são tolerantes, apresentam cerca de 17 e 11 pontos percentuais, respectivamente, a mais comparativamente aos intolerantes; com efeito são os grupos tolerantes que superam o percentual dos intolerantes de forma mais significativa. Essa elucidação se faz importante para perceber que as orientações democráticas, que tendem a delinear grupos de pertencimento, e também a quem se dirige sentimentos negativos, podem ser elementos distintivos na distribuição dos que se engajam em atividades de protestos.

Quadro 6 - Tabulação cruzada: Grupo de desafeição e preferências democráticas

Grupo de desafeição	Preferências democráticas		Total
	Antidemocrático	Democrático	
Comunistas	67 31%	146 69%	213
	102	203	305

Pessoas que defendem a legalização do aborto	33%	67%	
Pessoas que defendem o regime militar	22 17%	110 83%	132
PSDBistas	73 42%	101 58%	174
PTistas	64 36%	113 64%	177
Total	328	673	1001

Fonte: Lapop, 2016-2017.

Elaboração própria.

Afim de avaliar os grupos perante suas preferências democráticas⁴⁸, foi produzido um índice seguindo a proposição metodológica de Fuks & Casalecchi (2019), e nesse primeiro diagnóstico foi possível observar que relativo à distribuição pelos grupos de desafeição, todos os grupos são predominantemente democráticos. Porém, notabiliza-se o valor referente ao posicionamento pró-democracia daqueles que têm por grupo de desafeição pessoas que defendem o regime militar (83%). Outro apontamento interessante é de que aqueles que têm por grupos partidários maior desafeição são os que têm sentimentos pró-democracia menos expressivos.

Quadro 7 - Tabulação cruzada: (In)tolerância e preferências democráticas

(In)tolerância	Preferências democráticas		Total
	Antidemocrático	Democrático	
Intolerante	180 37,11%	305 62,89%	485
Tolerante	162 29,24%	392 70,76%	554
Total	342	697	1039

Fonte: Lapop, 2016-2017.

Elaboração própria.

⁴⁸ Índice de preferências democráticas - Sintaxe SPSS: if((jc10 = 1) or (jc13 = 1) and (ING4 < 4)) prefsdems2021 = 0. if((jc10 = 2) or (jc13 = 2) and (ING4 > 4)) prefsdems2021 = 1. As variáveis componentes do índice estão nos anexos do trabalho.

Ao comparar os indivíduos categorizados como tolerantes ou intolerantes em relação a suas preferências democráticas, em valores absolutos, os grupos aparentam equilíbrio em suas distribuições. No entanto, comparando as proporções a partir do teste de qui-quadrado, usando o coeficiente de correlação de Pearson, ou seja, ao se cotejar as frequências observadas e esperadas no cruzamento das variáveis e ocorrência de dado evento, foi possível observar que há associação entre as variáveis de (in)tolerância e preferências democráticas⁴⁹, sendo os antidemocráticos mais associados a atitudes intolerantes, e os democráticos a atitudes mais tolerantes.

Quadro 8 - Tabulação cruzada: Preferências democráticas e participação em protestos

Preferências democráticas	Protestos		Total
	Não	Sim	
Antidemocrático	296 86%	50 14%	346
Democrático	595 85%	104 15%	699
Total	891	154	1045

Fonte: Lapop, 2016-2017.

Elaboração própria.

Quando olhamos para a participação em protestos⁵⁰, novamente, as proporções dos que participam e dos que não participam são muito similares quando associados aos designados aos grupos democráticos e antidemocráticos. Aqui, todavia, os valores absolutos para os distintos quadrantes são bastante discrepantes, e demonstram que o número isolado de respondentes democráticos é quase o dobro dos antidemocráticos; e que os que não participam mais que o quádruplo com relação aos que participam. Dessa forma, os democráticos que não participam correspondem ao quadrante que reúne o maior

⁴⁹ O teste de qui-quadrado de Pearson mostrou uma associação de $X^2(1) = 7,256$ e $p\text{-valor} = 0,007$. As tabelas com os testes e cruzamentos encontram-se nos anexos do trabalho.

⁵⁰ A questão utilizada para a variável de participação em protesto é: PROT3. Nos últimos doze meses, o(a) sr./sra., participou de alguma manifestação ou protesto público? (1) Sim (2) Não.

volume de pessoas, efetivamente são superiores a soma de todas as demais combinações entre as variáveis.

Quadro 9 - Tabulação cruzada: (In)tolerância e participação em protestos

(In)tolerância	Protestos		Total
	Não	Sim	
Intolerante	642 89,54%	75 10,46%	717
Tolerante	641 82,28%	138 17,72%	779
Total	1283	213	1496

Fonte: Lapop, 2016-2017.

Elaboração própria.

Aqui se avalia a relação cruzada direta entre as principais variáveis de interesse do estudo. É interessante notar que os valores absoluto e proporcional dos que não participam em atividades de protestos em ambos os grupos (intolerante e tolerantes) são bem similares. Por outro lado, embora exista um equilíbrio numérico entre os grupos considerados intolerante e os tolerantes de modo geral, proporcionalmente, aqueles que são tolerantes e tomam parte em atividades de protestos são aproximadamente o dobro dos que protestam e são intolerantes.

Quadro 10 - Tabulação cruzada: Grupos de desafeição e participação em protestos

	Grupo de desafeição					Total	
	Comunistas	Pessoas que defendem a legalização do aborto	Pessoas que defendem o regime militar	PSDBistas	PTistas		
Protesto	Não	252 85%	392 87%	124 75%	223 87%	236 89%	1227 85%
	Sim	44 15%	61 13%	42 25%	32 13%	30 11%	209 15%
Total	296	453	166	255	266	1436	

Fonte: Lapop, 2016-2017.

Elaboração própria.

O quadro delinea mais propriamente quais são os grupos menos gostados, primeira etapa de identificação para se aferir a quem se dirigem a (in)tolerância, que é central para a análise, e como se distribuem com relação à participação em protestos. Nele, fica evidenciado que na amostra de estudo os indivíduos majoritariamente não são politicamente engajados em atividades de protesto (a média de respondentes participativos fica em torno de 15%). Contudo, mais uma vez aqui chama-se atenção para os indivíduos que declaram desgostar mais fortemente de pessoas que defendem o regime militar, comparativamente aos demais, esse grupo tem aproximadamente o dobro de respostas alegando ter participado de alguma manifestação ou protesto público nos últimos doze meses.

Numa avaliação mais geral, alguns achados descritos acima são particularmente interessantes. Pode-se constatar que os indivíduos, em sua maioria, não são engajados em atividades de protesto, são também predominantemente democráticos, e na relação direta entre a (in)tolerância e participação em protestos, não são significativamente distintos. Chama-se a atenção, no entanto, para a distribuição por grupos menos gostados: notou-se, por exemplo, que aqueles que têm por grupo de desafeição pessoas que defendem o regime militar são expressivamente superiores nas métricas de orientações pró-democracia, mais tolerantes e mais participativos; por outro lado, os respondentes que apresentaram desafeição partidária (tanto ao PSDB quanto ao PT) foram os que demonstraram sentimentos pró-democracia menos expressivos. Ademais, os indivíduos tidos como democráticos que não participam de protestos constituem o volume mais expressivo na amostra dos dados analisados. As implicações e segmentação analítica desses elementos serão melhor discutidas em seções subsequentes.

3.1.2 Análise inferencial

A natureza da variável e sua forma de mensuração orienta as escolhas metodológicas ora empreendidas, dessa maneira, a regressão logística binomial, cujos testes são adequados no tratamento de variáveis dependentes categóricas (dicotômicas), é a técnica multivariada adotada para a verificação estatística das hipóteses de trabalho. Antes de passar para a análise dos dados da pesquisa seguindo o desenho metodológico, é adequado justificá-lo e explicá-lo, mesmo que brevemente.

O modelo de regressão logística analisa o *logit*, ou seja, o logaritmo natural da razão de chance. A razão de chance é um cálculo que leva em consideração as chances de um resultado (*outcome*) em um nível da variável independente, relativo às chances de outro resultado num outro nível da variável independente. Dessa maneira a variável dependente se torna *logit(y)*, e a equação da regressão é representada da seguinte forma:

$$\text{Logit}(y) = a + b_1x_1$$

a = constante ou intercepto

b = “slope”

x1 = variável independente

As razões de chance são calculadas e interpretadas como uma mudança nas chances à medida que se aumenta uma unidade na variável independente. Para o caso das variáveis independentes dicotômicas, é a comparação daqueles no grupo "1" para aqueles no grupo "0". No caso das variáveis independentes contínuas, a relação é da mudança na chance para o aumento de uma unidade na variável independente (OSBORNE, 2015).

Assim, a razão de chance é usada na regressão logística para representar a proporção da probabilidade condicional do resultado em um nível de X, em relação às chances condicionais de o resultado em outro nível de X; sendo, portanto, a probabilidade de um evento acontecer dividido pela a probabilidade do evento não acontecer. Chama-se a atenção que probabilidade e razão de chance são conceitos distintos, e esses pressupostos, se não esclarecidos, tornam difícil a interpretação de forma acurada dos resultados, além disso, pode induzir a uma compreensão que superestima os efeitos da relação entre as variáveis.

O objetivo aqui é identificar o grupo ao qual o indivíduo pertence perante um conjunto de variáveis explicativas (independentes) métricas ou não métricas previamente selecionadas pela pesquisadora seguindo balizas teóricas. Dessa maneira, é inferida a chance de um indivíduo cair numa categoria ou em outra – para o caso da regressão logística binomial – e é desejável que as variáveis independentes expliquem ou prevejam as chances disso acontecer (HAIR et al, 2005).

Com o intuito de verificar com maior robustez as hipóteses levantadas, e como elucidado acima, foram elaborados modelos de regressão logística binomial, os quais

tiveram por variáveis independentes os (in)tolerantes; e para composição das variáveis de controle foram selecionadas: escolaridade, variável para representar recursos; associativismo, para caracterizar as redes de mobilização; interesse por política, para corresponder a engajamento psicológico; e uma medida de preferência democrática ao qual o indivíduo considera a democracia como melhor forma de governo. Tais variáveis foram selecionadas mediante escrutínio da pesquisadora para fins de controle, por serem importantes preditores na explicação da participação⁵¹.

Tabela 2 - Regressão Logística – (In)tolerantes e protesto

	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
(In)tolerantes	0,404	0,164	6,048	0,014	1,498
Escolaridade	0,737	0,218	11,473	0,001	2,090
Associativismo	0,168	0,04	17,986	0,000	0,846
Interesse por política	0,485	0,078	38,778	0,000	0,615
Democracia melhor forma de governo	0,022	0,043	0,251	0,617	1,022
Constante	0,249	0,535	0,216	0,642	1,282

Total de observações: 1430

Fonte: Lapop, 2016-2017.

Elaboração própria.

A tabela acima usa uma medida dicotômica da variável de (in)tolerantes, construída a partir da proposição metodológica de Fuks, Ribeiro & Borba (2018). Os autores padronizaram o somatório das variáveis que concedem direitos políticos para uma escala de 0 a 10 e estabeleceram um corte pela média no intuito de dicotomizar a variável entre tolerantes e intolerantes, sendo aqueles que apresentassem valor maior igual a 6 designados para o grupo de tolerantes, e os que apresentassem valor inferior, ao grupo de intolerantes. Trata-se de um modelo geral com as variáveis de controle que, conforme a literatura, explicam participação.

⁵¹ A especificação da composição de cada variável utilizada está nos anexos deste documento.

Neste primeiro modelo⁵² toma-se os indivíduos que declararam não ter participado de protestos nos últimos doze meses como categoria de referência. Observa-se que é de 49,8% o efeito de ser tolerante sobre as chances de ser designado ao grupo que participa de protestos, tomando os indivíduos intolerantes como categoria de referência, essa relação se mostra significativa no nível $p \leq 0,01$, o que denota que, a partir da análise da amostra em questão, temos um intervalo de confiança de 90% de que essa relação se sustenta. A associação entre ter ensino médio e as chances de ser designado ao grupo que participa de protestos é de 109%, e é estatisticamente significativa (no nível $p \leq 0,001$). Para o índice de associativismo percebe-se que quanto maior a frequência em reuniões de organizações e/ou associações maiores são as chances de ser designado para o grupo de participação em protestos, em 15,4%, a relação se mostra altamente significativa ($p < 0,000$). Há também uma associação positiva e fortemente significativa ($p < 0,000$) entre interesse por política e participação em atividades de protestos, sendo de 38,5% em razão de chance. Existe evidência tênue e não significativa, porém, de que aqueles que consideram a democracia a melhor forma de governo participam mais de protestos.

Levando em consideração de que o intento deste estudo é identificar o impacto que a (in)tolerância e, principalmente, a quem se dirige a (in)tolerância, exerce na participação em protestos, apresentamos a seguir modelos que desagregam os indivíduos a partir dos grupos aos quais eles dirigem maior desafeição.

Tabela 3 - Regressão Logística – (In)tolerantes e protesto pelo grupo de desafeição: Comunistas

	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
(In)tolerantes	0,265	0,389	0,464	0,496	1,303
Escolaridade	0,637	0,495	1,656	0,198	1,891
Associativismo	0,209	0,084	6,2	0,013	0,811
Interesse por política	0,602	0,179	11,272	0,001	0,548
Democracia melhor forma de governo	0,008	0,097	0,007	0,934	1,008
Constante	1,452	0,979	2,2	0,138	4,271

⁵² Para interpretar a razão de chance para o β , utilizou-se o cálculo: $(exp\beta - 1) * 100$.

Total de observações: 281

Fonte: Lapop, 2016-2017.

Elaboração própria.

Tabela 4 - Regressão Logística – (In)tolerantes e protesto pelo grupo de desafeição: pessoas que defendem a legalização do aborto

	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
(In)tolerantes	0,237	0,3	0,626	0,429	1,268
Escolaridade	1,218	0,432	7,946	0,005	3,382
Associativismo	0,081	0,077	1,094	0,296	0,922
Interesse por política	0,531	0,147	13,043	0,000	0,588
Democracia melhor forma de governo	0,015	0,085	0,03	0,862	1,015
Constante	0,049	0,987	0,002	0,961	1,05

Total de observações: 430

Fonte: Lapop, 2016-2017.

Elaboração própria

Tabela 5 - Regressão Logística – Intolerantes e protesto pelo grupo de desafeição: pessoas que defendem o regime militar

	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
(In)tolerantes	0,876	0,444	3,899	0,048	2,401
Escolaridade	0,905	0,47	3,71	0,054	2,472
Associativismo	0,093	0,111	0,711	0,399	0,911
Interesse por política	0,339	0,195	3,023	0,082	0,713
Democracia melhor forma de governo	0,135	0,108	1,551	0,213	1,144
Constante	-0,812	1,339	0,367	0,544	0,444

Total de observações: 158

Fonte: Lapop, 2016-2017.

Elaboração própria

Tabela 6 - Regressão Logística – (In)tolerantes e protesto pelo grupo de desafeição: PSDBistas/ Simpatizantes do PSDB

	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
(In)tolerantes	0,617	0,437	1,998	0,158	1,854
Escolaridade	0,666	0,689	0,935	0,334	1,946
Associativismo	0,311	0,111	7,874	0,005	0,733
Interesse por política	0,326	0,212	2,364	0,124	0,722
Democracia melhor forma de governo	-0,177	0,116	2,336	0,126	0,837
Constante	2,083	1,19	3,064	0,08	8,027

Total de observações: 239

Fonte: Lapop, 2016-2017.

Elaboração própria

Tabela 7 - Regressão Logística – (In)tolerantes e protesto pelo grupo de desafeição: Petistas/ Simpatizantes do PT

	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
(In)tolerantes	0,061	0,41	0,022	0,882	1,063
Escolaridade	0,09	0,618	0,021	0,884	1,094
Associativismo	0,202	0,1	4,087	0,043	0,817
Interesse por política	0,357	0,206	3,02	0,082	0,700
Democracia melhor forma de governo	0,128	0,124	1,066	0,302	1,136
Constante	0,195	1,228	0,025	0,874	1,215

Total de observações: 255

Fonte: Lapop, 2016-2017.

Elaboração própria

As tabelas acima têm os entrevistados que declararam não ter participado de protestos nos últimos doze meses e os indivíduos intolerantes como categoria de referência. De maneira geral, verifica-se que a associação entre ser tolerante sobre as chances de ser designado ao grupo que participa de protestos não se mostre robusta nem

significativa para os indivíduos cujo grupo de desafeição são: os comunistas, os que defendem a legalização do aborto, PSDBistas/ Simpatizantes do PSDB e Petistas/ Simpatizantes do PT. Desse modo, apenas os que têm por grupo de desafeição as pessoas que defendem o regime militar exibem associação positiva entre a condição de ser tolerante sobre as chances de ser designado ao grupo participativo de protestos, as chances são aumentadas em 140% e se mostra significativa (no nível $p < 0,05$). Chama-se a atenção que o modelo que considera os indivíduos que têm PSDBistas/ Simpatizantes do PSDB como grupo de maior desafeição, todavia, apresenta 85,4% de chance de ser tolerante e participar em protestos, a uma significância de aproximadamente $p < 0,1$ – não atingindo, porém, os níveis convencionais de significância estatística.

Outro resultado interessante está no efeito e significância no índice de associativismo e na variável de interesse por político na maior parte dos modelos. Os que têm por grupo de desafeição os comunistas apresentam 18,9% em razão de chance no engajamento em protestos à medida que participam de reuniões de organizações e/ou associações (significância no nível $p < 0,01$), ademais, interessar-se por política também eleva a razão de chance de participar de protestos em 45,2% (significância no nível $p < 0,001$); pessoas que têm quem defende a legalização do aborto como grupo de maior desafeição e que alegam possuir interesse por política mostram alta significância (no nível $p < 0,000$) e 41,2% em razão de chance de serem designados ao grupo que participa; Quanto àqueles cujos grupos de maior desafeição são os partidários do PSDB e do PT, o índice de associativismo se mostra a única variável significativa (ambos no nível $p < 0,05$) sendo os que possuem desafeição pelos PSDBistas/ Simpatizantes do PSDB apresentando um efeito de razão de chance em participação de protesto de 26,7%; e os que desgostam de Petistas/ Simpatizantes do PT revelando efeito de 18,3% em razão de chance.

Escolaridade, neste caso categorizada dicotomicamente por aqueles que acessaram ou não ensino superior, também se mostra um preditor robusto na explicação em atividades de protesto, sendo significativa para os que dirigem desafeição às pessoas que defendem o regime militar, em razão de chance 147% (significativa no nível $p < 0,05$), e para os que desgostam mais de pessoas que defende a legalização do aborto, em razão de chance 238% (significativa no nível $p < 0,05$).

Conforme a literatura contemporânea do Comportamento Político aponta, os fenômenos do antipartidarismo e da polarização têm sido uma regularidade empírica em tempos recentes e vêm sendo acompanhados por agitações de massas em protestos de rua.

Sendo os partidos políticos canalizadores de um sistema de crenças (IYENGAR & KRUPENKIN, 2018) e as preferências e identidades partidárias reforços para as distâncias e conflitos entre grupos concorrentes que muito frequentemente motivam a ação política (ABRAMOWITZ, 2010; IYENGAR et al, 2018; IYENGAR & KRUPENKIN, 2018), os testes a seguir visam a averiguar se a intolerância para com partidos políticos tem impulsionado a participação na modalidade de protesto.

Tabela 8- Regressão Logística – Intolerantes e protesto pelo grau de (In)tolerância - grupo de desafeição PSDBistas/ Simpatizantes do PSDB

	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
(In)tolerantes	-0,019	0,069	0,075	0,784	0,981
Escolaridade	1,549	0,977	2,514	0,113	4,709
Associativismo	0,343	0,179	3,679	0,055	0,710
Interesse por política	0,329	0,38	0,75	0,387	0,720
Democracia melhor forma de governo	-0,288	0,205	1,976	0,160	0,750
Constante	2,948	2,184	1,821	0,177	19,065

Total de observações: 119

Fonte: Lapop, 2016-2017.

Elaboração própria

Tabela 9 - Regressão Logística – (In)tolerantes e protesto pelo grau de (In)tolerância - grupo de desafeição: Petistas/ Simpatizantes do PT

	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
(In)tolerantes	-0,049	0,056	0,767	0,381	0,952
Escolaridade	-0,342	1,166	0,086	0,769	0,71
Associativismo	0,267	0,139	3,683	0,055	0,766
Interesse por política	0,221	0,313	0,498	0,48	0,802
Democracia melhor forma de governo	0,197	0,168	1,373	0,241	1,218
Constante	0,58	1,845	0,099	0,753	1,786

Total de observações: 142

Fonte: Lapop, 2016-2017.

Elaboração própria

O modelo acima tem os indivíduos que declararam não ter participado de protestos nos últimos doze meses como categoria de referência. O que é interessante notar é que o efeito de ser intolerante no engajamento em protesto muda a direção, o quer dizer que quanto mais intolerante o indivíduo, maiores as chances do engajamento em atividades de protestos. Assim, o incremento de uma unidade nos valores do índice (quanto maior o número na escala do índice menos intolerante o indivíduo) acarreta em um efeito de redução nas chances de participação em protestos em 1,9% para os que não toleram PSDBistas/ simpatizantes do PSDB; e de 4,8% para quem não tolera petistas/ simpatizantes do PT. Novamente atenta-se pra a significância do efeito do pertencimento a associações, sendo no caso dos que não toleram PSDBistas de 29% (relação significativa no nível $p < 0,05$); e dos que não toleram petistas de 23,4 % em razões de chance a mais de protestar (em significância a nível $p < 0,05$). O efeito, porém, é fraco e não significativo, o que estimula a uma observação. Os testes de inferência estatística, e aqui mais especificamente o que nos indica o p-valor, é que a partir desta amostra de estudo não é possível generalizar os resultados para a população, e que não há evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula. Reforça-se, no entanto, que este indicador de significância estatística é altamente afetado por atributos como o tamanho, ou mesmo a adequação da amostra retirada da população especificada na hipótese (HENKEL, 1976)⁵³.

3.1.3 Discussão dos resultados

Em discussão preliminar dos resultados, e em conformidade com Verba et al (1995), observamos que o envolvimento em atividades de protesto é fortemente associado ao interesse declarado por política e ao pertencimento a redes de recrutamento. Fuks, Ribeiro & Borba (2018) corroboram a relevância desses preditores, muito embora o argumento dos autores se filie à corrente da psicologia social que sobreleva a consistência cognitiva entre atitudes e comportamentos nos custos observados tanto nas atitudes de tolerância, quanto nos custos de exposição ao conflito, o que reproduziria consistência

⁵³ HENKEL, Ramon E. Tests of significance. Newbury Park, CA: Sage. 1976.

interna e estimularia os indivíduos à participação política. Todavia, cabe ponderar que consistência interna de grupo bem como disposição ao conflito e riscos, frequentemente são associados a atitudes de intolerância (TARROW, 2011; MUTZ, 2002; GIBSON, 2006), o que tenderia a impulsionar a ação em atividades contestatórias.

A partir dos resultados dos modelos, é central pontuar que a tolerância se apresenta como um atributo forte na predição de envolvimento em protestos apenas quando o grupo de desafeição são pessoas que defendem o regime militar. Essa constatação se encontra em consonância com os atributos cívicos esperados daqueles que prezam pela democracia os quais, na concepção de Gibson et al (1992), está associada a uma “dose saudável” de tolerância política e confiança interpessoal, elementos fundamentais para formação de grupos que, no que tange ao engajamento cívico, coordenam e impulsionam a participação política. Além disso, observou-se que aqueles que elegeram PSDBistas/Simpatizantes do PSDB como grupo menos gostado também apresentaram chances maiores de ser tolerantes e tomar parte em protestos, com índices aproximadamente significativos. Os argumentos expostos pelas correntes teóricas que enaltecem os efeitos da diferenciação entre os grupos alvo (KUKLINSKI et al., 1991; ROHRSCHEIDER, 1996; PETERSEN et al, 2010; ABBARNO, 2013) são pertinentes para fins desse estudo uma vez que ao desagregar a análise por grupos aos quais se dirigem atitudes de (in)tolerância é possível identificar diferentes resultados na relação (in)tolerância e participação. No sentido em que, no quesito da tolerância, apenas aqueles que têm por grupo de desafeição os indivíduos que apoiam o regime militar possuem chances significativas de participarem de atividades de protestos. O porquê de que isso acontece pode encontrar respaldo naquilo defendido pela literatura supracitada — o princípio das normas de reciprocidade, o argumento da consistência cognitiva, e de que valores difusos de tolerância não são exaustivos para compreensão do fenômeno, pois deixa de captar elementos contextuais e como repercutem para os fundamentos da democracia.

O achado referente a como o grau de intensidade da intolerância impulsiona as ações de protesto para grupos que nutrem desafeição por partidos e partidários, estimulam a reflexão de que mesmo que os antipartidários mais radicais tendam a atitudes mais negativas com relação à consolidação e extensão dos princípios democráticos, não quer dizer que não se usem de práticas características de uma democracia para alcançar seus objetivos. Gibson (1992) defendeu que as crenças e atitudes oriundas das bases da democracia, no longo prazo, poderiam consolidar uma cultura política democrática. A

ponderação que se coloca é, e se as crenças e atitudes forem conflitantes, ou seja, se os indivíduos se utilizarem de mecanismos democráticos, como atividades de protesto, mas não necessariamente forem orientadas pelos seus valores tampouco para seus fins? Desse modo, fica a provocação se seria possível pensar participação e tolerância como fatores que não necessariamente variam na mesma direção.

Em razão das considerações expostas, à intolerância importa identificar a quem se dirige os sentimentos de desejo de restrição, variando significativamente a depender das orientações e princípios democráticos tanto daqueles que não toleram quanto dos que não são tolerados.

Os esforços seguintes irão no sentido de cotejar os dados oriundos das duas ondas do Lapop (2016 - 2017; 2018 - 2019), recorte interessante a este estudo. A bateria de 2018-2019, todavia, não lança mão da metodologia do *least-liked-group*. Diante desta perspectiva, pretende-se observar – além de medidas de (in)tolerância tradicionalmente adotadas –, em que medida a (in)tolerância a partidos, que se apresentou como um caminho profícuo de análise, tem incentivado a participação em protestos, levando em conta suas repercussões no tempo e nas circunscrições contextuais do caso de estudo.

3.2 Seção empírica Lapop (2018 – 2019)

Dando seguimento à análise da onda seguinte do Lapop (2018 - 2019), esta seção busca identificar a relação da (in)tolerância política e a participação em protestos entre os brasileiros. O Lapop é o banco de dados mais mobilizado por quem lida com esta agenda de pesquisa, todavia, cabe esclarecer que a metodologia empregada na onda anterior (*least-liked*) – que discernia a atribuição de direitos políticos aos grupos de maior desafeição –, sofreu alterações e impôs desafios metodológicos para o trato dos dados mais recentes do *survey*. Em vista disso, essa segunda parte da análise empírica, se dedica à compreensão do fenômeno da (in)tolerância e da participação em protesto sob três perspectivas: i) levando em consideração a medida mais genérica de (in)tolerância a pessoas que falam mal da forma de governo ii) a (in)tolerância a homossexuais; e iii) a (in)tolerância a partidos políticos (PT, PSDB, MDB).

3.2.1 Análise descritiva

Antes de passar propriamente para os testes que avaliam como as variáveis de estudo se relacionam, a descrição dos dados nos auxilia na compreensão da composição da amostra a partir da identificação e caracterização dos respondentes. Porém, como já esclarecido, a última bateria do Lapop (2018 - 2019) apresentou possibilidades analíticas distintas das adotadas anteriormente, a mudança na metodologia prejudicou a averiguação mais detida à distinção aos grupos aos quais se dirigem sentimentos e atitudes de (in)tolerância. A pergunta da onda anterior (2016-2017), que dispunha da metodologia do *least-liked group* (SULIVAN, PIERESON & MARCUS, 1982), era de grande interesse para o escopo do estudo, uma vez que a mensuração de (in)tolerância política era calcada na identificação dos grupos de maior desafeição para posteriormente se estimar concessão a direitos políticos a esse grupo “menos gostado”.

O questionário que antes identificava os grupos de desafeição (comunistas; pessoas que defendem a legalização do aborto; pessoas que defendem o regime militar; PSDBistas/simpatizantes do PSDB; PTistas/simpatizantes do PT) e partindo disso, perguntava ao entrevistado até que ponto eles concordavam com os direitos políticos (votar, discursar em público, concorrer a cargos públicos) do grupo menos gostado; na onda atual, passou a mensurar desafeição apenas partidária, e o questionamento sobre direitos políticos (votar, manifestar, concorrer a cargos públicos e discursar) passa a se dirigir a um “grupo genérico” – de pessoas que falam mal da forma de governo – e homossexuais. Ribeiro & Borba (2019) a fim de investigar os efeitos da (in)tolerância no contexto brasileiro e na América Latina, lançaram mão dessas variáveis, reconhecendo primeiramente a relevância de se debruçar sobre o entendimento do fenômeno, a despeito da inadequação dos dados, uma vez que ainda há poucos estudos; e assumindo também a fragilidade dessas medidas, dado que os autores assentem a importância central da designação do grupo alvo o qual a (in)tolerância se dirige. Diante disso, foram apresentados aos entrevistados as seguintes questões no intuito de se mensurar (in)tolerância política:

Quadro 11 – Variáveis de (In)tolerância

Questões da bateria sobre (In)tolerância (Lapop, 2018 – 2019)

<p>Agora vamos mudar para outro cartão. Este novo cartão tem uma escala de 10 pontos, que vai de 1 a 10, sendo que o 1 indica que o(a) sr./sra. desaprova fortemente e o 10 indica que aprova fortemente. Vou ler uma lista de algumas ações ou coisas que as pessoas podem fazer para atingir suas metas e objetivos políticos. Quero que me diga o quanto o(a) sr./sra. aprovaria ou desaprovava as seguintes ações:</p>
<p>D1. Existem pessoas que sempre falam mal da forma de governo do Brasil, não somente do governo atual, mas sim da forma de governo. O quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova o direito de votar dessas pessoas?</p>
<p>D2. O quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que estas pessoas, que sempre falam mal da forma de governo, realizem manifestações pacíficas com o propósito de expressar seus pontos de vista?</p>
<p>D3. O quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que estas pessoas, que sempre falam mal da forma de governo do Brasil, possam candidatar-se para cargos públicos?</p>
<p>D4. O quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que estas pessoas, que sempre falam mal da forma de governo, apareçam na televisão para discursar?</p>
<p>D5. E agora, mudando de assunto e pensando nos homossexuais, o quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que estas pessoas possam candidatar-se para cargos públicos?</p>
<p>D6. O quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que casais homossexuais tenham o direito de se casar?</p>
<p>BRAPARAP2. Até que ponto o(a) sr./sra. aprova o direito do PSDB de concorrer nas eleições para presidente do Brasil?</p>
<p>BRAPARAP3. Até que ponto o sr./sra. aprova o direito do MDB, antigo PMDB, de concorrer nas eleições para presidente do Brasil?</p>
<p>BRAPARAP1. Até que ponto o sr./sra. aprova o direito do PT de concorrer nas eleições para presidente do Brasil?</p>

Fonte: Lapop, 2018-2019.

Elaboração própria

Reiterando a importância da distinção dos grupos a quem são dirigidas atitudes de (in)tolerância e sentimentos de (des)afeição, a identificação desses grupos manteve conformidade com o *survey* anterior apenas na dimensão partidária. Seguindo o postulado por Iyengar e Krupenkin (2018) (des)afeto partidário se constitui como um sistema de crenças. Todavia, e como também apontaram os autores, ainda que seja possível traçar paralelos entre identidades partidárias e identidades sociais – “cada vez mais correlacionada com gênero, raça, idade e identidade religiosa e cultural” (p. 215) –, é complexo agrupar parâmetros empíricos que definam identidade e pertencimento de grupo. Não obstante, e sob essa perspectiva, aqui também se adota a estratégia de identificar como se distribuem os (des)afetos partidários, seguindo o entendimento de que tanto a afeição partidária quanto a desafeição partidária orientam o senso de identidade social (IYENGAR E KRUPENKIN, 2018; IYENGAR ET AL, 2018).⁵⁴

⁵⁴ O quadro que apresenta as preferências partidárias da onda anterior (Lapop 2016 - 2017) se encontra nos anexos do trabalho

Quadro 12 - preferência partidária

Partido	Frequência	Porcentagem
PT	126	45%
PMDB	19	6,8%
PSDB	21	7,5%
PSB	2	0,7%
DEM	3	1,1%
PC do B	4	1,4%
PPS	1	0,4%
PTB	1	0,4%
PSOL	8	2,9%
PP	2	0,7%
PV	1	0,4%
PDT	3	1,1%
PSL	55	19,6%
NOVO	10	3,6%
Outro	24	8,6%
Total	280	100%

Fonte: Lapop, 2018-2019.

Elaboração própria

Ainda que a escala de (in)tolerância partidária tenha sido designada apenas aos partidos políticos PT, MDB e PSDB, é interessante notar como os partidários do PSL despontam na atual onda. O PT se mantém como partido de maior adesão, ao passo que o MDB e o PSDB apresentam menor relevância. A escala de (in)tolerância partidária é gerada a partir de questões que aferem até que ponto o entrevistado aprova ou não aprova o direito do PT, MDB e PSDB de concorrerem nas eleições presidenciais. A escala vai de 1 a 10, cujo ponto 1 representa que o respondente desaprova fortemente e o ponto 10 que aprova fortemente. A seguir são representados em tabela cruzada como se distribuem os indivíduos mediante a (in)tolerância aos diferentes partidos e o engajamento em atividades de protesto.

Quadro 133 - Tabulação cruzada: (in)tolerância partidária e participação em protestos

Participação em protestos			Escala de (in)tolerância										Total
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
PT	Sim	Nº	66	4	7	4	10	6	4	5	9	37	152
		%	43,4%	2,6%	4,6%	2,6%	6,6%	3,9%	2,6%	3,3%	5,9%	24,3%	100%
	Não	Nº	487	85	61	70	137	74	53	65	57	218	1307
		%	37,3%	6,5%	4,7%	5,4%	10,5%	5,7%	4,1%	5,0%	4,4%	16,7%	100%

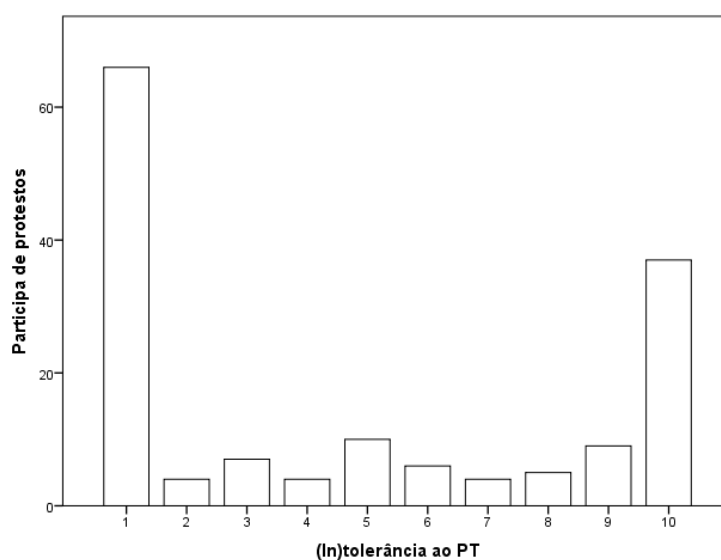
PSDB	Sim	Nº	47	7	4	10	23	18	5	8	9	21	152
		%	30,9%	4,6%	2,6%	6,6%	15,1%	11,8%	3,3%	5,3%	5,9%	13,8%	100%
	Não	Nº	249	90	87	96	247	101	109	79	55	161	1274
		%	19,5%	7,1%	6,8%	7,5%	19,4%	7,9%	8,6%	6,2%	4,3%	12,6%	100%
MDB	Sim	Nº	51	6	10	10	22	15	8	5	3	21	151
		%	33,8%	4,0%	6,6%	6,6%	14,6%	9,9%	5,3%	3,3%	2,0%	13,9%	100%
	Não	Nº	277	102	81	126	257	118	81	55	52	128	1277
		%	21,7%	8,0%	6,3%	9,9%	20,1%	9,2%	6,3%	4,3%	4,1%	10,0%	100%

Fonte: Lapop, 2018-2019.

Elaboração própria

Os números chamam a atenção pela concentração nos extremos negativos. É pertinente observar que embora o PT seja o partido que exiba a maior taxa de intolerância, é também o que apresenta o maior valor no extremo positivo da escala (24,3%), dos quais os outros dois partidos obtêm desempenhos muito baixos (ambos os casos em torno de 13%). Além disso, o PT se distingue mais notoriamente ao longo da escala, onde o PSDB e MDB demonstram resultados mais similares.

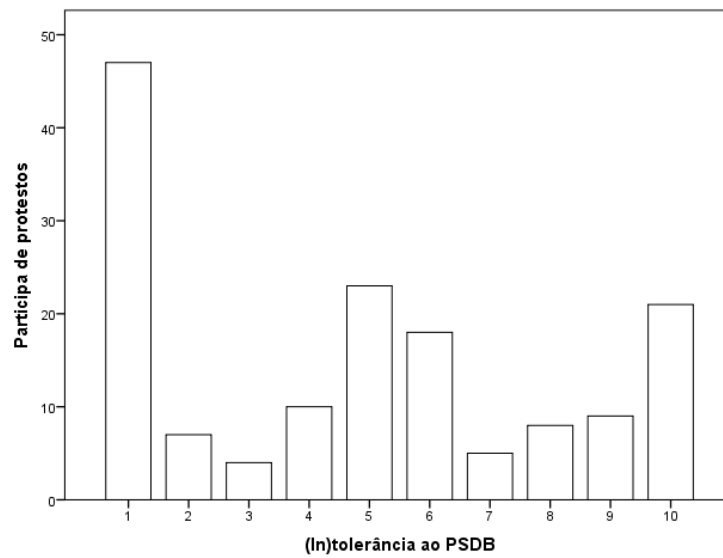
Gráfico 1 - Escala de (in)tolerância ao PT e participação em protesto



Fonte: Lapop, 2018-2019.

Elaboração própria

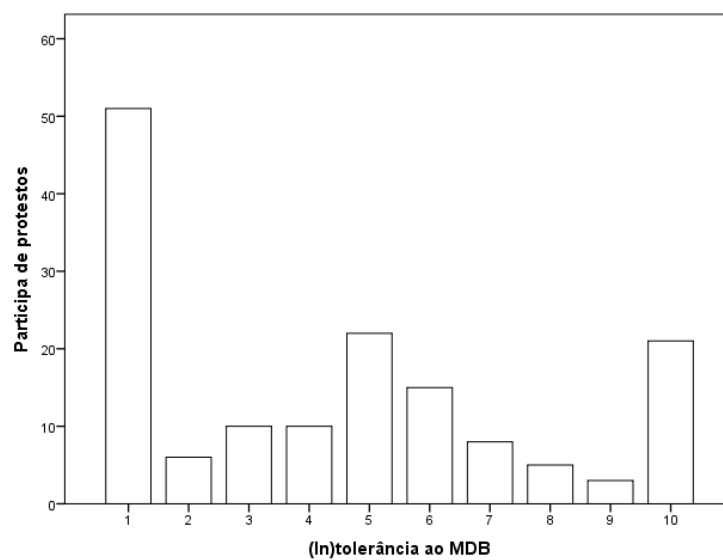
Gráfico 2 - Escala de (in)tolerância ao PSDB e participação em protesto



Fonte: Lapop, 2018-2019.

Elaboração própria

Gráfico 3 - Escala de (in)tolerância ao MDB e participação em protesto



Fonte: Lapop, 2018-2019.

Elaboração própria

A avaliação da participação em protesto no Brasil, de maneira geral, é baixa e tem exibido tendência declinante, quando cotejadas com resultados das últimas décadas (RIBEIRO & BORBA, 2015). Com efeito, a amostra em questão, cujo total de

respondentes é de 1498, no que se refere ao número de participantes em protestos corresponde a apenas cerca de 10%.

Quadro 144 - Participação em protestos nos últimos doze meses

	Nº absoluto	Porcentagem
Sim	154	10,3%
Não	1343	89,7%
Total	1497	100%

Fonte: Lapop, 2018-2019.

Elaboração própria

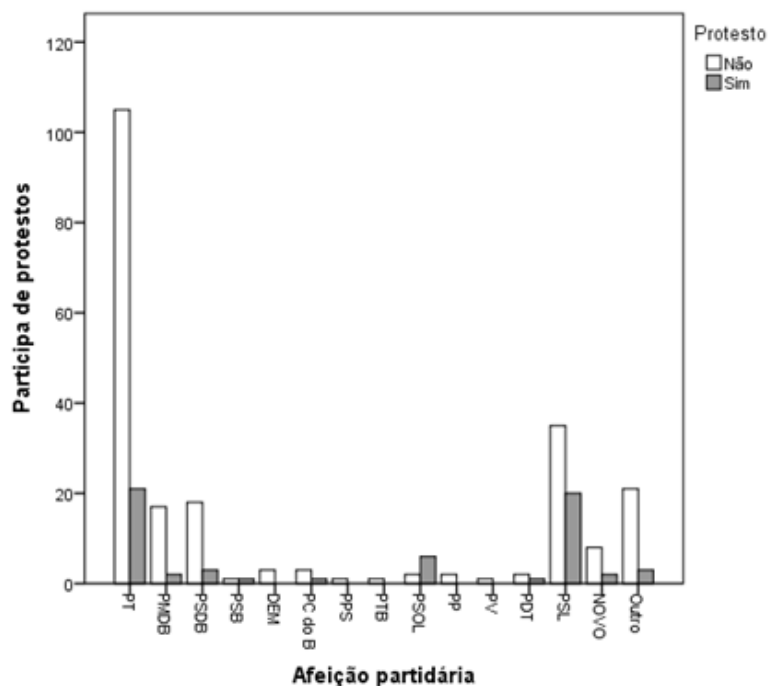
Quando se avalia os que declaram ter preferência partidária⁵⁵ – que representam 18,7% da amostra –, a proporção dos que também declaram ter participado de protestos⁵⁶ mais que dobra (21,4%). Diante desse cenário, destacam-se em números os simpatizantes do PT e do PSL, que juntos representam 68,3% do total de partidários participantes. Já no que se refere à proporção dentre os partidários, o PT apresenta 16,6% de respondentes que participam de protestos, enquanto que no PSL 36,3% participam de protestos. O PSOL, com efeito, é o único partido da amostra cuja proporção de participantes de protestos (75%) supera os de não participantes.

Gráfico 4 – Preferência partidária⁵⁷ e participação em protesto

⁵⁵ A pergunta, cuja resposta é espontânea, é redigida da seguinte forma: Com qual partido o(a) sr./sra. simpatiza?

⁵⁶ A tabela completa com a tabulação cruzada entre os partidários e os que declaram ter participado de protestos nos últimos doze meses se encontra nos anexos do trabalho.

⁵⁷ Os dados do eixo Y estão em valores absolutos.



Fonte: Lapop, 2018-2019.

Elaboração própria

Não obstante a limitação do recorte que focaliza aqueles que protestam, fica evidenciado que os sentimentos partidários – negativos e positivos – têm influenciado o perfil dos participantes. Além disso, os dados demonstram que embora na amostra analisada os indivíduos predominantemente não sejam participativos em atividades de protesto, existem distinções características do grau de (in)tolerância aos distintos grupos que se apresentam e, principalmente, padrões distintos de participação que variam a depender de quais são seus grupos de (des)afeição e a quem são dirigidas atitudes de (in)tolerância.

3.2.2 Análise inferencial

A seguir, são apresentados modelos de regressão logística binomial, cuja variável dependente é a participação em protestos, e cujos indivíduos que declararam não ter participado de protestos nos últimos doze meses são tomados por categoria de referência. As variáveis explicativas principais são tomadas por medidas (in)tolerância a partidos (PSDB, MDB e PT); de (in)tolerância nas modalidades de aprovação do direito de voto,

de manifestar pacificamente, de concorrer a cargo público, e de discursar em público para as pessoas que falam mal da forma de governo; e ainda foram utilizadas as variáveis que se referem à provação do direito de concorrer a cargos públicos para homossexuais e do casamento homossexual.

Tabela 10 - Regressão Logística – (In)tolerância política e protesto

	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
Voto	-,038	,062	,380	,537	,963
Manifestação pacífica	,156	,069	5,116	,024	1,169
Cargo	,105	,068	2,386	,122	1,111
Discurso	-,110	,065	2,819	,093	,896
Cargo/ Homossexuais	,059	,060	,984	,321	1,061
Casamento/ Homossexuais	-,074	,047	2,532	,112	,928
(In)tolerância ao PSDB	-,037	,083	,201	,654	,963
(In)tolerância ao MDB	-,055	,083	,436	,509	,947
(In)tolerância ao PT	,054	,048	1,294	,255	1,056
Escolaridade	1,454	,365	15,827	,000	4,279
Associativismo	,135	,083	2,648	,104	,874
Interesse por política	,671	,144	21,658	,000	,511
Democracia melhor forma de governo	,028	,091	,097	,756	1,029
Constante	-2,550	1,186	4,627	,031	,078

Total de observações: 638

Fonte: Lapop, 2018-2019.

Elaboração própria

Na tabela, nota-se que das variáveis independentes testadas a que possui efeito mais relevante é a tomada por medida de (in)tolerância a pessoas que falam mal da forma de governo na modalidade de manifestação pacífica, o que denota que a cada elevação na medida, nesse caso de tolerância, produz aumento de mais de 16,9% na chance de participar em protestos, a uma significância de $p \leq 0,05$. Ainda apresenta resultado

pertinente a medidas de (in)tolerância, designada ao mesmo grupo, no direito de discursar em público (10,4% de impacto negativo), com significâncias em torno de $p \leq 0,1$. As medidas de (in)tolerância partidária chama a atenção pela direção da relação. Quando se trata do PT, o aumento no índice de tolerância impacta positivamente na razão de chance de participar em protestos. Todavia, para os casos do PSDB e do MDB a intolerância passa a ser um componente mais definidor (que a tolerância) para a participação em protestos; as medidas não atingem, contudo, níveis consideráveis de significância estatística. As variáveis de (in)tolerância ao casamento e à ocupação de cargos públicos por homossexuais também não se apresentaram como importantes preditoras na amostra para a atividade de protesto.

No que se refere às variáveis de controle, preditoras relevantes da variável dependente, identifica-se que a associação entre ter ensino médio e as chances e de ser designado ao grupo que participa de protestos é bastante robusta – 327,9%, e é fortemente significativa ($p \leq 0,000$). Para o índice de associativismo percebe-se que uma maior frequência em reuniões de organizações e/ou associações ainda que positivamente associada à participação em protesto não é de magnitude nem significância relevantes – 12,6% a razão de chance de participação em protestos. Há também uma associação positiva e fortemente significativa ($p < 0,000$) entre interesse por política e participação em atividades de protestos, sendo de 48,9% em razão de chance. Não têm impacto relevante, no entanto, os resultados para aqueles que consideram a democracia a melhor forma de governo e participação em protestos.

É pertinente para este trabalho, como exaustivamente repetido, identificar as atitudes e sentimentos dirigidos aos distintos grupos e os impactos na participação em protestos, assim, a análise a seguir focaliza os grupos de (des)afeição, buscando identificar essa relação pelo escrutínio dos grupos “menos gostado”.

Tabela 11 - Regressão Logística – (Des)afeição partidária e protesto

	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
(Des)afeição ao PT	0,504	0,297	2,871	,090	1,655
(Des)afeição ao PSDB	0,014	0,367	0,001	,970	1,014
(Des)afeição ao MDB	-0,297	0,371	0,638	,424	0,743

Escolaridade	1,419	0,348	16,58	,000	4,133
Associativismo	0,122	0,079	2,4	,121	0,885
Interesse por política	0,678	0,14	23,283	,000	0,508
Democracia melhor forma de governo	0,048	0,089	0,29	,590	1,049
Constante	-2,158	1,164	3,439	,064	0,116

Total de observações: 658

Fonte: Lapop, 2018-2019.

Elaboração própria

Aqui foi estabelecido um corte pela mediana na escala de (des)afeição, transformando-a em uma medida dicotômica. A mediana cujo valor para as três medidas de (des)afeição partidária foi de 3, possibilitou identificar aproximação com os achados de que à participação em protesto importa a quem/ que grupos são atribuídos a desafeição. Embora a medida de (in)tolerância, propriamente, neste modelo tenha ficado comprometida, a partir dele é possível cotejar mais especificamente os grupos alvo. Aqui, quanto mais se gosta do PT, ou seja, a cada elevação na medida de afeição pelo partido, produz um aumento de mais de 65,5% nas chances de participar em protestos, a níveis $p \leq 0,1$ em significância estatística. O sentimento de (des)afeição pelo PSDB e pelo MDB, por outro lado, não gerou efeitos significativos nas chances de participação em protestos. Para o caso do PSDB, o efeito da afeição ainda que positivo foi ínfimo e não obteve significância; para o MDB a afeição representou uma redução de 25,7% em chance de participação em protestos, porém não alcançou níveis relevantes de significância. Das variáveis de controle, novamente, prevalecem os efeitos da escolaridade e do interesse por política, sendo o efeito de 313,3% e de 49,2% em razão de chance, respectivamente, à significância $p < 0,001$. Participação frequente em organizações e/ou associações torna a exibir efeitos tímidos (11,5%), enquanto que preferência pela democracia mais uma vez é o preditor menos expressivo do modelo.

3.2.3 Discussão dos resultados

Apesar da alteração na metodologia referente à mensuração da (in)tolerância na mais recente onda do Lapop, os dados e variáveis aqui considerados reforçam os padrões e o diagnóstico mais geral observados na onda anterior. De maneira geral, os achados corroboram a importância de se discernir atitudes de (in)tolerância e o sentimento de (des)afeição perante grupos, na maneira como afetam a participação em protestos.

Os valores quando cotejados com os dados da onda anterior mantêm a associação entre ter ensino médio e as chances participar de protestos em alta magnitude e a níveis elevados de significância, confirmando a escolaridade como um preditor importante na conexão com atitudes e comportamentos cívicos (VERBA et al, 1995; STOUFFER, 1955). Para o índice de associativismo, nota-se que a frequência em reuniões de organizações e/ou associações aumentam as chances de participação em protestos, porém, diferentemente do que se verificou na onda anterior, a variável não alcançou níveis consideráveis de significância estatística. Interesse por política persiste como uma importante preditora na participação em atividades de protestos, e com alta significância estatística, ao nível $p \leq 0,001$. Novamente, constata-se que há evidência tênue e não significativa quanto aos indivíduos que consideram a democracia a melhor forma de governo e as chances de participarem de protestos.

Se confirmam nas duas ondas que a relação entre a (in)tolerância e a participação em protestos são melhor apreendidas desde que se leve em consideração a quem a atitude se designa. Para os dados e variáveis testados nesta seção, notabiliza-se que das variáveis explicativas principais a que possui efeito mais expressivo alude à medida de (in)tolerância na modalidade de manifestação pacífica. Nela, pode-se observar que, as pessoas que são mais tolerantes, ou seja, que mais apoiam o direito de se manifestar pacificamente, são mais propensas a protestarem. Esse argumento se sustenta uma vez que se institui a reciprocidade como conceito central: a maneira como membros de grupos são percebidos como ameaças e/ou não orientados pelos valores democráticos, incide no medo de que não sejam cumpridas normas de reciprocidade nos direitos políticos que competem a todos (PETERSEN et al, 2010; ABBARNO, 2013), logo, aqueles que mais participam defendem o direito à manifestação pacífica.

Novamente, escolaridade e interesse por política correspondem aos controles com resultados mais robustos; associativismo e participação em protesto persistem com níveis baixos de associação; e não há impacto relevante, na participação em protestos, considerar

a democracia a melhor forma de governo. Com relação a este último achado, aponta-se duas observações: uma vai na crítica à consistência a respostas cujos “estímulos nominais diretos”, sugerem multiplicidade de sentidos, e podem denotar “sentimentos contraditórios ou ambíguos a respeito de normas, procedimentos e regras que caracterizam as instituições democráticas” (MOISÉS 2010, p. 271); e, mais uma vez, para a concepção e valor que a democracia representa para os brasileiros (BORBA, 2005; MOISÉS 2010), e como suas práticas características – atos de protesto – podem não ser motivadas ou orientadas para sua defesa.

Na escala de (des)feição partidária, em ambos os *surveys*, a intensidade e a diferenciação relativa ao sentimento pelos partidos, apresentaram variações significativas no efeito de tomar parte em atividades de protestos. O foco recai na concentração nos extremos da (in)tolerância e da (des)afeição e o impacto que incide na participação (VERBA et al, 2018; MUTZ, 2006). Diante dessas apurações, é possível indicar que os resultados conduzem a uma perspectiva positiva, à medida que os princípios que alicerceiam a democracia têm motivado mais a participação em protestos.

3.3 Seção empírica Datafolha (2019)

3.3.1 Análise descritiva

Essa seção consiste em um esforço investigativo e empírico que possa traçar um panorama mais conformado à conjuntura política atual – que apresentou drástica mudança após as últimas eleições presidenciais –, o foco recai, portanto, sobre a relação entre a preferência/afeição partidária e a (in)tolerância política. Sob a ótica partidária, como ficou evidenciado no conjunto de dados anteriores, o PT se manteve como partido de maior relevância à medida que o PSL (Partido Social Liberal) passa também a ter preponderância, uma vez que o candidato Jair Bolsonaro se filia ao partido e é eleito à presidência da república, em outubro de 2018. Dessa maneira, utilizando dados do instituto Datafolha⁵⁸ de dezembro de 2019, cuja pesquisa se concentrou na avaliação do primeiro ano da gestão

⁵⁸ DATAFOLHA-2019-AVALIAÇÃO DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO 1 ANO- CESOP-DATAFOLHA/BRASIL/BR19.DEZ-04698. In: Banco de Dados do CESOP/DATAFOLHA. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/pror/banco_de_dados/v/4551>. Acessado em junho de 2020.

do presidente Jair Bolsonaro, esta seção busca aferir em que medida ter preferência pelo PSL ou pelo PT⁵⁹ incide na (in)tolerância à repressão de direitos políticos⁶⁰.

As perguntas relativas à (in)tolerância política, são voltadas às instituições, e não aos indivíduos como no *survey* do Lapop, além disso, as perguntas dizem respeito ao direito do governo brasileiro na intervenção de direitos que incidem em outras instituições. Esse modelo de *survey* também foi mobilizado por Moisés (2010) a fim de examinar *os significados da democracia segundo os brasileiros*. O autor parte da concepção de que “um regime democrático só está consolidado quando uma forte maioria da opinião pública acredita que os procedimentos e as instituições democráticas constituem o modo mais apropriado de governar a vida coletiva numa sociedade” (LINZ & STEPAN, 1996, p. 6 *apud* MOISÉS, 2010 p. 271). À medida que esses pressupostos também perpassam a investigação, e possibilitam identificar a (in)tolerância à repressão de direitos políticos, lançamos mão dessas variáveis para o exame mais recente da realidade do caso, conforme demonstra o quadro:

Quadro 15 – Variáveis de (In)tolerância

Vou ler algumas frases e gostaria que você dissesse de cada uma se você concorda ou discorda que o governo brasileiro deva ter o direito de:	
a. Proibir greves?	a) Concorda totalmente
b. Intervir nos sindicatos?	
c. Proibir a existência de algum partido?	b) Concorda em parte
d. Censurar jornais, TV e rádio?	
e. Fechar o Congresso Nacional?	c) Nem concorda nem discorda
f. Prender suspeitos de crimes sem a autorização da Justiça?	
g. Torturar suspeitos para tentar obter confissões ou informações?	d) Discorda em parte
h. Controlar o conteúdo das redes sociais?	e) Discorda totalmente

Fonte: Datafolha, 2019.

Elaboração própria

Trate-se, portanto, de uma variável em escala Likert, cuja medida visa a identificar o nível de concordância, indiferença ou discordância a uma dada proposição, as repostas são dadas em cinco níveis, como é usual em pesquisas de opinião. Para fins dessa

⁵⁹ Devido a conjuntura política que seguiu as eleições presidenciais de 2018, o PT e o PSL, adversários no pleito de segundo turno, passaram a representar a disputa polarizada em torno dos (des)afetos partidários.

⁶⁰ No banco de dados não contam questões relativas à participação em protestos.

pesquisa, que tem por objetivo identificar a disposição em conceder ou reprimir direitos políticos, a resposta central foi retirada da análise. Assim, as variáveis independentes foram recodificadas e atribuídas à categoria de i) intolerantes – àqueles que concordam totalmente e em parte com a supressão de direitos políticos –; e ii) tolerantes – àqueles que discordam totalmente e em parte com a supressão de direitos políticos.

A variável dependente é a preferência partidária. A análise, todavia, se constitui pela separação entre aqueles que têm o PSL ou o PT como partido de maior afeição, uma vez instituído o PSL como um partido central na disputa eleitoral, e o PT ainda consolidado como o partido mais relevante dentro do sistema partidário brasileiro. Além disso, o contexto do acirramento ideológico, reforçado pelo segundo turno entre o candidato petista Fernando Haddad e Jair Bolsonaro pelo PSL, demarcou mais fortemente os polos do espectro, e do qual o antipetismo foi um componente demarcador na disputa. O quadro a seguir exhibe a distribuição das preferências partidárias da amostra:

Quadro 16 - preferência partidária

Partido	Frequência	Porcentagem
PMDB/MDB	57	1,9%
PT	515	17,5%
PSDB	57	1,9%
PDT	28	1%
PSOL	37	1,3%
PSL	66	2,2%
Nomes e referências	179	6,1%
Nenhum/ não tem	1837	62,3%
Outro partido	172	5,8%
Total	2948	100%

Fonte: Datafolha, 2019.

Elaboração própria

Ainda foram mobilizadas variáveis de controle similares às utilizadas nos modelos anteriormente testados com dados do Lapop. No quesito escolaridade, manteve-se a divisão entre aqueles que cursaram pelo menos o ensino médio; também foi incluída uma pergunta que identifica a democracia como melhor forma de governo; interesse por

política tomou-se por *proxy* uma variável que mede conhecimento sobre fatos políticos⁶¹. Não foram identificadas variáveis que representassem associativismo.

Quadro 17 - Tabulação cruzada: (In)tolerância e preferência partidária (PT - PSL)⁶²

(In) tolerância política	Partido	Concorda totalmente	Concorda em parte	Nem concorda nem discorda	Discorda em parte	Discorda totalmente	Não sabe	Total
Proibir greves	PT	70	39	1	67	336	2	515
	%	14%	8%	0%	13%	65%	0%	100%
	PSL	10	9	0	13	32	1	65
	%	15%	14%	0%	20%	49%	2%	100%
Intervir nos sindicatos	PT	75	64	4	73	286	14	516
	%	15%	12%	1%	14%	55%	3%	100%
	PSL	17	17	1	5	21	4	65
	%	26%	26%	2%	8%	32%	6%	100%
Proibir a existência de algum partido	PT	87	40	4	94	277	12	514
	%	17%	8%	1%	18%	54%	2%	100%
	PSL	20	6	0	16	23	1	66
	%	30%	9%	0%	24%	35%	2%	100%
Censurar jornais, TV e rádio	PT	50	47	3	64	342	9	515
	%	10%	9%	1%	12%	66%	2%	100%
	PSL	11	4	0	18	33	0	66
	%	17%	6%	0%	27%	50%	0%	100%
Fechar o Congresso Nacional	PT	83	31	9	87	291	14	515
	%	16%	6%	2%	17%	57%	3%	100
	PSL	15	8	1	12	30	1	67
	%	22%	12%	1%	18%	45%	1%	100%
Prender suspeitos de crimes sem a autorização da Justiça	PT	97	54	2	63	296	4	516
	%	19%	10%	0%	12%	57%	1%	100%
	PSL	15	11	0	13	27	0	66
	%	23%	17%	0%	20%	41%	0%	100%
Torturar suspeitos para tentar obter confissões ou informações	PT	48	29	1	66	363	7	514
	%	9%	6%	0%	13%	71%	1%	100%
	PSL	7	7	0	8	43	1	66
	%	11%	11%	0%	12%	65%	2%	100%
Controlar o conteúdo das redes sociais	PT	103	74	6	64	260	8	515
	%	20%	14%	1%	12%	50%	2%	100%

⁶¹ Há nos anexos um quadro onde constam as perguntas utilizadas.

⁶² Há nos anexos um quadro que consta a tabulação cruzada da (in)tolerância e todos os partidos políticos compreendidos na amostra.

	PSL	18	11	0	10	27	0	66
	%	27%	17%	0%	15%	41%	0%	100%

Fonte: Datafolha, 2019.

Elaboração própria

Uma avaliação preliminar e geral dos dados, indica que aqueles que têm preferência pelo PT se apresenta mais tolerante em todas as categorias quando comparados aos que têm o PSL por partido de preferência. Observa-se também uma tendência ao posicionamento aos extremos da escala da (in)tolerância, o ponto central (nem concorda nem discorda) exibiu valores ínfimos e os menores em todas as categorias analisadas. Além disso, o posicionamento que denota maior tolerância foi predominante em todas as categorias para ambos os partidos. Esses achados se encontram em consonância com os do Lapop avaliados em seções anteriores. Chama-se a atenção para as distâncias das proporções para algumas respostas, a exemplo dos referentes à intervenção nos sindicatos pelo governo brasileiro, enquanto as categorias concordam totalmente e concorda em parte somaram 27% para os que têm afeição pelo PT, para os partidários do PSL esse valor foi de 52%, aproximadamente o dobro. A proibição da existência de algum partido na categoria concorda totalmente também ficou em torno do dobro de respondentes do PSL, quando cotejado com os do PT (17% e 30%, respectivamente).

Essas considerações, todavia, são limitadas e insuficientes se olhadas apenas por essa perspectiva empírica. Assim, afim de identificar de forma mais detida as atitudes entre os indivíduos dos grupos, mais especificamente, se há distinções significativas na propensão do desejo de coibir ou conceder direitos garantidos pelas instituições democráticas elencadas, a depender do grupo de afeição (partidário), passamos para uma abordagem que permite fazer observações com mais rigor.

3.3.2 Análise inferencial

A pesquisa nacional do Datafolha contou com uma amostra de 2.948 respondentes. Muito embora, a partir das escolhas metodológicas empreendidas, a amostra analisada conta com o total de 524 dos respondentes (cerca de 18%). O modelo

de regressão logística binomial, cuja variável dependente é afeição partidária pelo PT ou PSL, toma os que declararam ter o PSL por partido de preferência por categoria de referência. As variáveis independentes principais são tomadas por medidas de (in)tolerância política no referente à proibição de greves, intervenção em sindicatos, proibição de partidos políticos, censura a meios de comunicação, fechamento do Congresso Nacional, prisão sem autorização da justiça, tortura e controle de conteúdos em redes sociais.

Tabela 12 - Regressão Logística – (In)tolerância política e afeição partidária (PT - PSL)

	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
Proibir greves	0,082	0,357	0,052	,819	1,085
Intervir nos sindicatos	1,255	0,326	14,789	,000	3,509
Proibir a existência de algum partido	0,378	0,326	1,348	,246	1,46
Censurar jornais, TV e rádio	-0,137	0,391	0,122	,727	0,872
Fechar o Congresso Nacional	0,197	0,331	0,354	,552	1,218
Prender suspeitos de crimes sem a autorização da Justiça	0,177	0,322	0,303	,582	1,194
Torturar suspeitos para tentar obter confissões ou informações	0,057	0,392	0,021	,885	1,059
Controlar o conteúdo das redes sociais	-0,021	0,33	0,004	,950	0,98
Democracia melhor forma de governo	-0,246	0,34	0,522	,470	0,782
Interesse por política	0,111	0,149	0,555	,456	1,118
Escolaridade	-0,766	0,313	5,969	,015	0,465
Constante	0,031	1,57	0,000	,984	1,032

Fonte: Datafolha, 2019.

Elaboração própria

Com base na análise da tabela, são notórios o efeito e significâncias advindos da variável tomada por medida de (in)tolerância na intervenção em sindicatos, os indivíduos mais intolerante à supressão deste direito têm 250,9% a mais de chances de ter o PT por partido de preferência, a uma alta taxa de significância de $p \leq 0,000$. Efetivamente, ser intolerante à supressão de direitos políticos institucionais apresenta a direção mais

associada às chances de se ter preferência pelo PT na maior parte das categorias elencadas, salvo quando a supressão de direitos está associada à perda de “liberdade de expressão” de meios de comunicação e das redes sociais, nesse caso o efeito de ser intolerante à supressão desse direito e as chances de ter o PSL por partido de preferência estão mais associados, cabe ressaltar que não há significância estatística para a maior parte das categorias, a amostra, portanto, não sustenta essas hipóteses .

As variáveis de controle, contrariamente aos modelos testados com os dados do Lapop, não se apresentam como preditoras relevantes da variável dependente – ter preferência pelo PT ou PSL. Identifica-se, contudo, que a associação entre ter ao menos o ensino médio e as chances de ser designado ao grupo que tem o PT como partido de preferência são reduzidas em 53,5%, e é a que apresenta significância mais expressiva (estando o p-valor em torno de 0,01). As demais variáveis não demonstraram efeito e significância relevantes na razão de chance de ter o PT ou o PSL como partido de preferência.

3.3.3 Discussão dos resultados

Esta seção buscou focalizar as preferências/afeição partidária e a relação com (in)tolerância política, propriamente voltada à atuação das instituições democráticas no contexto brasileiro recente. À medida que a confiança nas instituições e a preferência pela democracia vão sofrendo queda⁶³, e os valores, as atitudes e comportamentos dos cidadãos brasileiros vão apresentando mudanças, é importante explorar os elementos que compõem este quadro conjuntural. Aqui, estas concepções foram verificadas sob a perspectiva da variação dos grupos ao quais os indivíduos se identificam e as instituições e processos democráticos aos quais dirigem (in)tolerância.

A partir desta avaliação, observou-se que aqueles que têm o PT por partido de preferência quando comparados com os que preferem o PSL, em geral, são menos escolarizados, e estão mais associados (ainda que com significância insuficiente) a atitudes tolerantes na maior parte das categorias, salvo as que dizem respeito à censura de jornais, TV e rádio e ao controle de conteúdo das redes sociais. Esse resultado é particularmente interessante à medida que aqueles que têm preferência/afeição pelo PSL,

⁶³ A Cara da Democracia no Brasil: satisfação com a democracia e conjuntura política no Brasil. Relatório de divulgação de pesquisa nacional realizada pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) – Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (2018).

de saída já apresentam propensão à anuência/concordância com o atual governo, ainda assim, no requisito referente às liberdades de imprensa e de expressão, percebe-se a objeção às suas repressões. Novamente aqui, é pertinente identificar as preferências democráticas distintas de cada grupo, à medida que o compromisso com as instituições e os processos democráticos são reconhecidamente basilares para atitudes políticas tolerantes, bem como para este tipo de regime (SULLIVAN, PIERESON & MARCUS, 1982; GIBSON, 2002; GIBSON et al, 1992; DAHL, 1971).

3.4 Análise geral dos resultados

“History doesn’t repeat itself. But it rhymes.”

Levitsky & Ziblatt (2018)

A despeito das distintas abordagens e limitações das análises empíricas, os resultados mais gerais da pesquisa validam a importância de se avaliar a distinção dos grupos no que se refere ao sentimento de (des)afeição perante outros grupos, e às orientações e princípios democráticos que os regem. Dessa maneira, foi possível observar padrões distintos no grau de (in)tolerância e na participação. A concentração nos extremos da (in)tolerância e da (des)afeição são condizentes com o postulado por Verba et al (2018), cujo argumento legitima que indivíduos localizados nos extremos com relação a *issues* políticos – aqui concebendo os partidos políticos como esses canalizadores de preferências políticas – são mais engajados e participativos em atividades contestatórias. As orientações democráticas que situam os diferentes grupos também incidiram na propensão à participação e nas atitudes de (in)tolerância. Tendo em vista esse panorama mais geral, chama-se a atenção para o argumento de Levitsky & Ziblatt (2018) de que em realidades polarizadas, verifica-se o enfraquecimento gradual de instituições e normas políticas, uma tendência de rejeição de normas democráticas, associada a divisões exacerbadas e percepções de ameaça, que enfraquecem a tolerância mútua.

No primeiro bloco de dados, foi possível conferir, respaldado pela metodologia do “least-liked group” (SULLIVAN, PIERESON E MARCUS, 1982), que ao se discernir os indivíduos pelos grupos de desafeição, que também incide no grupo de pertencimento do respondente, emergem padrões distintos no grau de (in)tolerância e de participação. Os testes empregados mostraram que aqueles que declararam desgostar mais de pessoas que

defendem o regime militar exibem padrões de atitudes e comportamentos muito mais orientados por princípios democráticos, sendo assim, significativamente mais tolerantes e participativos. Na segunda seção dos testes empíricos, em razão da alteração da metodologia para a bateria de (in)tolerância, buscou-se investigar se os extremos da escala de (in)tolerância e (des)afeição a partidos políticos geravam impactos mais observáveis nas chances de participação em protestos.

Nos blocos empíricos analisados como um todo, foi possível observar que embora majoritariamente os indivíduos tenham atitudes tolerantes com atores e instituições, eles não são politicamente engajados em atividades de protestos, admitindo aproximação teórica com autores que tomam a tolerância como um atributo supressor sobre o engajamento político (GIBSON, 1996; MUTZ, 2002; ABBARNO, 2013). A análise demonstrou que quando cotejada a relação direta e indistinta entre a (in)tolerância e participação em protestos com os testes desagregados por grupos de desafeição, o efeito da (in)tolerância se apresentou muito limitado. A separação por grupos menos gostados, dessa maneira, se mostrou útil na identificação dos padrões distintos no grau de (in)tolerância e na participação. Essas observações estão em consonância com postulados teóricos importantes mobilizados ao longo do trabalho, tanto pela perspectiva teórica que preconiza a diferenciação entre os grupos alvo da (in)tolerância; quanto pelo argumento de que valores difusos de tolerância deixam de considerar elementos importantes do ponto de vista do contexto e de normas democráticas compartilhadas (GIBSON, 1986; KUKLINSKI et al., 1991; ROHRSCHEIDER, 1996; PETERSEN et al, 2010; ABBARNO, 2013).

Observou-se que embora as instituições, a exemplo dos partidos políticos, sejam tidas como indispensáveis à fluidez da democracia, frequentemente a desafeição e a intolerância a essas estruturas e agentes geraram mais engajamento do ponto da participação em protestos; como pontuou Moisés (2010), a democracia brasileira existe permeada por esses paradoxos. Os partidos políticos, por outro lado, exercem papel estruturador na canalização de demandas e no estabelecimento de redes de mobilização política, o que também pode incidir na participação: “redes sociais ativas melhoram ainda mais as perspectivas de participação política de um indivíduo” (MUTZ, 2006, p. 95). Sob a ótica da (des)afeição a partidos políticos, os sentimentos extremos foram mais definidores para as chances de participação em protestos. Este achado é consoante aos postulados teóricos sobre polarização afetiva (IYENGAR E KRUPENKIN, 2018;

IYENGAR ET AL, 2018) onde o movimento de distanciamento partidário, que opera no nível dos indivíduos e das elites, afeta o comportamento político e a participação política, e que, além disso, mais fortemente do que a afeição é a hostilidade dirigida ao partido adversário que tem sido a força motriz da participação. Contudo, para o caso do Partido dos Trabalhadores, como se verificou na segunda seção empírica, a tolerância teve magnitude e significância relevantes, o que não se confirmou para os demais partidos analisados.

Essas apurações, bem como parte importante dos esforços do trabalho, buscaram delinear a constituição, motivação e atuação dos grupos políticos que emergem da história recente do país. Salientando, adicionalmente, que os pressupostos e processos da democracia são mediados pela forma como ela é entendida e significada na cultura política a qual ela se insere (SULLIVAN & TRANSUE, 1999). Diferentes orientações dos significados da democracia, para os diversos grupos que ela comporta, atribuem diferentes pesos e urgências ao comportamento e às normas democráticas, e são fortemente permeados pela percepção que se tem do contexto político. No volume de dados analisados, esta distinção teve peso determinante nas chances de participação em protestos. As ameaças ao regime democrático, atribuídas aos apoiadores do regime militar, exemplifica bem como o grupo que dirigia desafeição por este segmento antidemocrático confluía suas motivações, atitudes e práticas.

A ameaça ao grupo de pertencimento também se mostrou como recurso que impulsiona a ação política, e aqui a ênfase é dada aos (des)afetos partidários. A base formada por sujeitos que tinham afeição ao PT, como explicado, se mostrou mais participativa e mais tolerante (comparativamente aos que tinham afeição por outros partidos políticos), e isto especialmente quando envolviam questões que ameaçavam as práticas e a existência do partido, ou perseguição a grupos políticos adversários ao governo. Com efeito, os achados contemplam uma concordância mais geral onde se admite que “em uma democracia, uma função central dos partidos políticos, especialmente os partidos de esquerda, é a mobilização dos cidadãos comuns.” (VERBA et al, 2018, p. 141, tradução nossa). Não obstante, compreender aquilo que define e separa grupos adversários foi um aspecto central apontado neste trabalho, dando lugar à reflexão de como o sentimento de ameaça parece bifurcar os sujeitos políticos entre aqueles que prezam pela conformidade social, e que em geral apresentam atitudes mais intolerantes, e aqueles que reivindicam autonomia pessoal (FELDMAN, 2017).

Outro ponto central enfatizado no estudo estabelece que a tolerância política por si só não resulta em democracia (KUKLINSKI et al, 1991), e decorre desta assertiva o foco deste trabalho em identificar os grupos de pertencimento, os grupos de (des)afeição aos quais são dirigidos as atitudes de (in)tolerância, como se situam em relação aos princípios democráticos e como impactam na participação em protesto. A tolerância tomada como medida isolada não foi um bom preditor para a maior parte dos modelos testados, a separação por grupos – de pertencimento e de (des)afeição –, se mostrou um caminho analítico mais pertinente para o escopo do trabalho, seguindo a baliza teórica de Sullivan, Piereson & Marcus (1982) de que a (in)tolerância pressupõe uma objeção política a um grupo. Esses achados, em parte, contrastam com o postulado por McClosky (1964) e Prothro & Grigg (1960), cujas balizas teóricas presumem que os tolerantes regem as regras e processos de uma democracia, neutralizando os efeitos políticos da intolerância. O argumento sublinhado aqui se alia mais à noção de que um ambiente político orientado para práticas tolerantes e democráticas não necessariamente produz uma sociedade fortemente envolvida com a ação política (GIBSON, 1996; MUTZ, 2002). Essa combinação é ainda mais frágil quando se refere à participação em protestos, à medida que as dimensões atitudinais que levam ao engajamento político, somadas às motivações e constituições distintas dos grupos, indica que a relação entre tolerância e participação em protestos não pressupõe associação direta (MUTZ, 2002; ABBARNO, 2013).

No que se refere aos controles adotados para os modelos, a estratégia foi selecionar variáveis concorrentes, comumente utilizadas no campo, na explicação da participação política. Sendo assim, foram incorporadas variáveis que representavam recurso, redes de mobilização, engajamento psicológico e preferência democrática. Em linhas gerais, as duas ondas do Lapop exibiram resultados bem associados, sendo os efeitos do associativismo, interesse por político e escolaridade preditores de alta magnitude e significância para a maior parte dos modelos. As evidências no quesito preferência democrática, um dos preditores mais fortes da tolerância para parte importante da literatura mobilizada no trabalho (SULLIVAN, PIERESON & MARCUS, 1982; PROTHRO & GRIGG, 1960; MCCLOSKEY, 1964), no entanto, se mostraram insuficientes e não significativas nas chances de participação em protestos. Na terceira seção as variáveis de controle não foram preditoras relevantes na designação das preferências pelo PT ou PSL. Os resultados mais significativos da pesquisa indicam a importância do grupo no qual e com o qual os indivíduos pertencem e participam, assim

como o conteúdo das questões (*issues*), o que coadunam com Verba et al (1995; 2018) que concluem que, à medida que as pessoas possuam recursos apropriados, elas participam em protestos motivadas, principalmente, por gratificações cívicas, pelo desejo de influenciar políticas e de receber os benefícios resultantes do engajamento, e também de fazer parte de sua comunidade.

Embora muitos esforços de pesquisa venham sendo empreendidos na compreensão do eleitor afeito ao bolsonarismo, por exemplo, não fica claro, com base nos testes feitos, que atributos distinguem esses sujeitos. O trabalho buscou apresentar indícios contextuais e possíveis relações entre o fenômeno da intolerância, polarização e padrões emergentes de engajamento político, o atual contexto de acirramento dos conflitos políticos nas democracias, porém, exige um esforço investigativo (mas não só) que preconize as crenças nos procedimentos e nas instituições democráticas. Graham & Svulik (2020) afirmam que, nesses cenários, atitudes hostis direcionadas à oposição são crescentemente aceitas e recompensadas pelas elites e bases partidárias extremas que, cada vez mais, pautam a disputa política.

Ainda foi intento da pesquisa discutir quais as implicações dessas dinâmicas conferidas ao caso brasileiro para a democracia, que não deve ser “tomada por dada” (STOUFFER, 1955). A participação em protestos estando mais corroborável aos grupos situados nos extremos da (des)afeição a grupos e da (in)tolerância entrevê consequências incertas. Não obstante, ainda que seja observável um acirramento de atitudes e distanciamento de identidades conflitantes, é interessante pensar como isso pode se ramificar e produzir cenários que não sejam incompatíveis com a democracia, pois, “democracias exigem negociação, compromisso e concessões. Os contratemplos são inevitáveis, as vitórias sempre parciais.” (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 77).

4 Conclusão

Como todo tipo de narrativa, o relato que abre este trabalho, sobre a invasão das ilhas Chatham e o subsequente massacre sofrido pelo povo Moriori, é incompleto e dá espaço a diferentes interpretações possíveis. A decisão de não reagir à violência dos invasores expõe uma dessas reflexões, segundo a qual os princípios pacifistas são um valor absoluto em si. Para os Moriori, esses princípios não representaram um instrumento a garantir sua sobrevivência.

Neste trabalho busquei explorar a compreensão da (in)tolerância enquanto valor e enquanto instrumento. Não existe, aqui, a expectativa de oferecer respostas exaustivas, mas de subsidiar a discussão sobre em que medida a tolerância deve ser compreendida como um bem em si, ou, mais propriamente, como um meio de se garantir a proteção a direitos, liberdades e de se promover uma sociedade democrática e justa. O argumento é que a (in)tolerância está relacionado a seus custos e efeitos – os quais só podem ser compreendidos quando entendemos quais grupos e comportamentos são tolerados ou não, por quais grupos e por quais motivos. Se a (in)tolerância pode apresentar fins pragmáticos, é inevitável discutir as bases de sua aplicação, entendendo que, numa democracia, a tolerância deve ser indissociável da preservação das regras, normas e instituições voltadas para a proteção da pluralidade, da autonomia e dos direitos individuais e coletivos.

O estudo esteve voltado para a compreensão da relação entre a (in)tolerância e a participação em protestos, mais especificamente tomando por foco o caso brasileiro. Diante das manifestações políticas recentes, marcadas por forte polarização entre grupos políticos antagônicos, no qual a hostilidade dirigida a grupos rivais aparece como elemento marcante em muitas instâncias de engajamento político, notabiliza-se também um quadro de descrédito a agentes e instituições democráticas tradicionais. Se a demanda pela supressão da atividade política de grupos rivais passa a figurar no engajamento dos indivíduos, em seus discursos e ações, deparamo-nos com um contexto preocupante de intolerância. Ao longo do trabalho, argumentei que a intolerância constitui uma dupla ameaça – ela coloca em risco a ordem democrática que protege direitos, assim como os direitos que sustentam a legitimidade da ordem democrática.

As diferentes manifestações de atitudes (in)tolerantes e de engajamento político – mais especificamente, da participação em protestos – esteve condicionada aos grupos

(in)tolerantes e (in)tolerados. Sendo assim, minha contribuição para o campo, pode-se identificar nesses pilares argumentativos, que orientaram o percurso teórico e analítico do trabalho. Primeiro, a necessidade de uma qualificação contextual da (in)tolerância, ou seja, uma concepção de (in)tolerância como um princípio condicionado por outros elementos; segundo a importância dos grupos em processos de criação de identidades políticas, conseqüentemente, dos efeitos que exercem no engajamento político, nas atitudes e princípios norteadores. Assim, avaliando a compreensão das relações que a (in)tolerância estabelece com a participação política, e também de seus efeitos na manutenção da democracia. Segui, dessa forma, os argumentos de Gibson (1992, p.350) “por que as pessoas diferem em seus níveis de intolerância e quais são as conseqüências não pode ser bem compreendido conceitualizando o indivíduo em isolamento social”. E, adicionalmente, que “o desafio da pesquisa sobre intolerância política é demonstrar a relevância cultural das crenças antidemocráticas” (p. 340).

Além disso, a pesquisa estabeleceu alinhamento, teórico e metodológico, aos estudos de Sullivan, Piereson e Marcus (1982), que, ao se alinhar a noção de que medidas de (in)tolerância devem estar associados aos grupos ao qual são dirigidos desafeição (“least-liked group”) oferece uma vertente analítica mais adequada para a compreensão da (in)tolerância em processos de participação, que são inerentemente coletivos e permeados pela relação de confiança, reciprocidade e cooperação entre membros de grupos. Os autores também atribuem peso à percepção de ameaça na constituição da intolerância, e descrevem como esta percepção frequentemente diz respeito ao bem-estar e ao status do grupo de pertencimento, associando-se a ansiedades frente a possíveis mudanças da ordem e das hierarquias sociais. Além disso, introduzem medidas relevantes relacionadas a crenças, valores e compromissos democráticos.

Admitindo-se as limitações das escolhas e constrangimentos que envolvem uma pesquisa científica, considero a continuidade desta agenda de pesquisa importante. O uso de dados de *survey* se apresentou adequada para esta proposta, e o seguimento às coletas que dê atenção aos eixos temáticos mobilizados aqui, possibilita estudos longitudinais que acompanhem a evolução e compreensão do fenômeno. Encoraja-se fortemente o uso de desenhos multimétodo que permitam captar as nuances de contexto, repetidamente salientada como central ao longo do trabalho. Além disso, espera-se que o estudo possa ampliar as reflexões sobre o tema, e ainda que não seja de todo replicável para outros contextos, apresenta ganhos por seu potencial comparativo. Para desdobramentos de

pesquisa futuros, e seguindo a assertiva de que os efeitos da (in)tolerância variam significativamente a depender de elementos contextuais e da percepção de ameaça sociotrópica, investigar quais são os mecanismos sociais mais determinantes para a sua ativação ou neutralização, ou mesmo questionar sua centralidade na relação com protestos, podendo funcionar como um agravador dos efeitos próprios de grupo de pertencimento e grupo alvo da intolerância, podem ser caminhos promissores de investigação.

Busquei argumentar que a ação política tomada em sua expressão mais exacerbada pode sugerir consequências desastrosas quando pensada a curto prazo para uma democracia; entretanto, construir e consolidar um regime democrático acarreta um percurso de práticas e apreço por elas. A democracia e suas instituições medeiam, regulam e propiciam a acomodação de interesses conflitantes, próprias das sociedades plurais, sendo assim, fundamentais na promoção da tolerância. Parte relevante da literatura admite que ativistas, líderes de opinião, “os segmentos mais articulados da população” exerçam impactos mais observáveis nos regimes democráticos e nos *oucomes* da política, entretanto, as crenças das camadas excluídas são de suma importância para a legitimidade da democracia, à medida que podem ser ativadas ocasionalmente (DAHL, 1971; GIBSON, 1992; MCCLOSKEY 1964; PROTHRO & GRIGG 1960). Muitas vezes, o compromisso com a democracia não condiz com a legitimação, ou ato de equalizar, todo e qualquer comportamento e/ou grupo político. Os custos da (in)tolerância traz a reflexão de que certas atitudes, comportamentos e crenças podem se chocar com direitos garantidos pelo regime democrático. Os riscos que a (in)tolerância traz às democracias contemporâneas justificam a proposta e reflexões do estudo e, principalmente, justificam as urgências de se balizar os comportamentos e normas que regem essas sociedades pelos fundamentos desse regime político.

Referências bibliográficas

ABBARNO, Aaron. **The behavioral consequences of political tolerance**. 2014. Tese de Doutorado. University of Pittsburgh.

ABRAMOWITZ, Alan. **The disappearing center: Engaged citizens, polarization, and American democracy**. Yale University Press, 2010.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião pública**, v. 11, n. 1, p. 147-168, 2005.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 24, n. 1, p. 53-89, 2018.

BOURDIEU, Pierre et al. O poder simbólico. 1989.

BRATTON, Michael; MATTES, Robert. Support for Democracy in Africa: intrinsic or instrumental?. **British Journal of Political Science**, p. 447-474, 2001.

BRADY, Henry E.; SNIDERMAN, Paul M. Attitude attribution: A group basis for political reasoning. **The American Political Science Review**, p. 1061-1078, 1985.

BROWN, Wendy. **Regulating aversion: Tolerance in the age of identity and empire**. Princeton University Press, 2009.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Editora José Olympio, 2018.

BUTLER, Judith. Performative acts and gender constitution: An essay in phenomenology and feminist theory. **Theatre journal**, v. 40, n. 4, p. 519-531, 1988.

CARSON, Donald A. **The intolerance of tolerance**. Wm. B. Eerdmans Publishing, 2012.

CLAASSEN, Christopher; GIBSON, James L. Does intolerance dampen dissent? Macro-tolerance and protest in american metropolitan areas. **Political Behavior**, v. 41, n. 1, p. 165-185, 2019.

COHEN, Dov; NISBETT, Richard E. Self-protection and the culture of honor: Explaining southern violence. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 20, n. 5, p. 551-567, 1994.

CROIZET, Jean-Claude; CLAIRE, Theresa. Extending the concept of stereotype threat to social class: The intellectual underperformance of students from low socioeconomic backgrounds. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 24, n. 6, p. 588-594, 1998.

DAHL, Robert Alan; LIMONGI, Fernando; PACIORNIK, Celso. **Poliarquia: participação e oposição**. Edusp, 1997.

DALISAY, Francis et al. Social capital and the spiral of silence. **International Journal of Public Opinion Research**, v. 24, n. 3, p. 325-345, 2012.

DALTON, Russell J.; VAN SICKLE, Alix. The resource, structural, and cultural bases of protest. 2005.

DALTON, Russell J. **The apartisan American: dealignment and changing electoral politics**. CQ Press, 2013.

DELICAN, Mustafa. Elite theories of Pareto, Mosca and Michels. **Sosyal Siyaset Konferansları Dergisi**, n. 43-44, 2000.

DUCKITT, John; FISHER, Kirstin. The impact of social threat on worldview and ideological attitudes. **Political Psychology**, v. 24, n. 1, p. 199-222, 2003.

DURIEZ, Bart; VAN HIEL, Alain. The march of modern fascism. A comparison of social dominance orientation and authoritarianism. **Personality and Individual Differences**, v. 32, n. 7, p. 1199-1213, 2002.

FELDMAN, Stanley. Authoritarianism, threat, and intolerance. **At the forefront of political psychology: Essays in honor of John L. Sullivan**. New York, NY, USA: Routledge, 2017.

FELDMAN, Stanley; STENNER, Karen. Perceived threat and authoritarianism. **Political Psychology**, v. 18, n. 4, p. 741-770, 1997.

FUKS, Mario; RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Polarização, Antipartidarismo e tolerância política no Brasil. 2018. Acesso em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-3/gt-31/gt05-29/11147-polarizacao-antipartidarismo-e-tolerancia-politica-no-brasil/file>

FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel. El contexto político importa: El legado democrático como condicionante de los efectos de la educación sobre el compromiso democrático de los latinoamericanos. **América Latina Hoy**, 83, pp. 117-131. 2019.

GIBSON, James L. Homosexuals and the Ku Klux Klan: A contextual analysis of political tolerance. **Western Political Quarterly**, v. 40, n. 3, p. 427-448, 1987.

GIBSON, James L. The political consequences of intolerance: Cultural conformity and political freedom. **The American Political Science Review**, p. 338-356, 1992.

GIBSON, James L.; DUCH, Raymond M.; TEDIN, Kent L. Democratic values and the transformation of the Soviet Union. **The Journal of Politics**, v. 54, n. 2, p. 329-371, 1992.

GIBSON, James; CLAASSEN, Christopher; BARCELÓ, Joan. Deplorables: Emotions, political sophistication, and political intolerance. **American Politics Research**, v. 48, n. 2, p. 252-262, 2020.

GRAHAM, Matthew H.; SVOLIK, Milan W. Democracy in America? Partisanship, Polarization, and the Robustness of Support for Democracy in the United States. **American Political Science Review**, v. 114, n. 2, p. 392-409, 2020.

HAIR, Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados**. Bookman editora, 2009.

HARELL, Allison. Political tolerance, racist speech, and the influence of social networks. **Social Science Quarterly**, v. 91, n. 3, p. 724-740, 2010.

HONNETH, Axel. O capitalismo como forma de vida fracassada: esboço sobre a teoria da sociedade de Adorno. **Política & Trabalho**, n. 24, p. 9-26, 2006.

IYENGAR, Shanto; SOOD, Gaurav; LELKES, Yphtach. Affect, not ideology a social identity perspective on polarization. **Public opinion quarterly**, v. 76, n. 3, p. 405-431, 2012.

IYENGAR, Shanto; KRUPENKIN, Masha. The strengthening of partisan affect. **Political Psychology**, v. 39, p. 201-218, 2018.

KUKLINSKI, James H. et al. The cognitive and affective bases of political tolerance judgments. **American Journal of Political Science**, p. 1-27, 1991.

LEIGHLEY, Jan E. Social interaction and contextual influences on political participation. **American Politics Quarterly**, v. 18, n. 4, p. 459-475, 1990.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. How Democracies Die: what history reveals about our future. **London: Viking**, 2018.

LIPSKY, Michael. Protest as a political resource. **The American Political Science Review**, v. 62, n. 4, p. 1144-1158, 1968.

LUDEKE, Steven; JOHNSON, Wendy; BOUCHARD JR, Thomas J. "Obedience to traditional authority:" A heritable factor underlying authoritarianism, conservatism and religiousness. **Personality and Individual Differences**, v. 55, n. 4, p. 375-380, 2013.

MANSFIELD, Edward D.; MUTZ, Diana C. Support for free trade: Self-interest, sociotropic politics, and out-group anxiety. In: **THE POLITICAL ECONOMY OF INTERNATIONAL TRADE**. 2015. p. 169-201.

MCCLOSKEY, Herbert. Consensus and ideology in American politics. **The American Political Science Review**, v. 58, n. 2, p. 361-382, 1964.

MCCLURG, Scott D. Social networks and political participation: The role of social interaction in explaining political participation. **Political research quarterly**, v. 56, n. 4, p. 449-464, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. Autonomie, paternalisme et domination dans la formation des préférences. **Opinião Pública**, v. 21, n. 3, p. 601-625, 2015.

MILAN, Stefania. From social movements to cloud protesting: the evolution of collective identity. **Information, Communication & Society**, v. 18, n. 8, p. 887-900, 2015.

MOISÉS, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. **Opinião pública**, v. 16, n. 2, p. 269-309, 2010.

MORRISON, Kimberly Rios; FAST, Nathanael J.; YBARRA, Oscar. Group status, perceptions of threat, and support for social inequality. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 45, n. 1, p. 204-210, 2009.

MUTZ, Diana C.; MARTIN, Paul S. Facilitating communication across lines of political difference: The role of mass media. **American political science review**, p. 97-114, 2001.

MUTZ, Diana C. Reflections on hearing the other side, in theory and in practice. **Critical Review**, v. 25, n. 2, p. 260-276, 2013.

MUTZ, Diana C. Status threat, not economic hardship, explains the 2016 presidential vote. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 115, n. 19, p. E4330-E4339, 2018.

MUTZ, Diana C. The consequences of cross-cutting networks for political participation. **American Journal of Political Science**, p. 838-855, 2002.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Sacred and secular: Religion and politics worldwide**. Cambridge University Press, 2011.

NORRIS, Pippa et al. **Democratic phoenix: Reinventing political activism**. Cambridge University Press, 2002.

NORRIS, Pippa. Political activism: New challenges, new opportunities. **The Oxford handbook of comparative politics**, p. 628-652, 2007.

OSBORNE, Jason W. Logits and tigers and bears, oh my! A brief look at the simple math of logistic regression and how it can improve dissemination of results. **Practical Assessment, Research, and Evaluation**, v. 17, n. 1, p. 11, 2012.

OSBORNE, Jason W. **Best practices in logistic regression**. Sage Publications, 2014.

PEFFLEY, Mark; ROHRSCHEIDER, Robert. Democratization and political tolerance in seventeen countries: A multi-level model of democratic learning. **Political Research Quarterly**, v. 56, n. 3, p. 243-257, 2003.

PETERSEN, Michael et al. Freedom for all? The strength and limits of political tolerance. **British Journal of Political Science**, p. 581-597, 2011.

PRATTO, Felicia; SIDANIUS, Jim; LEVIN, Shana. Social dominance theory and the dynamics of intergroup relations: Taking stock and looking forward. **European review of social psychology**, v. 17, n. 1, p. 271-320, 2006.

PROTHRO, James W.; GRIGG, Charles M. Fundamental principles of democracy: Bases of agreement and disagreement. **The Journal of Politics**, v. 22, n. 2, p. 276-294, 1960.

RAPP, Carolin; ACKERMANN, Kathrin. The Consequences of Racial Intolerance on Non-Violent Protest. 2016.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. **Opinião pública**, v. 17, n. 2, p. 333-368, 2011.

RIBEIRO, Ednaldo; FUKS, Mario. Tolerância política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 25, n. 3, p. 531-555, 2019.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. TOLERÂNCIA POLÍTICA NO BRASIL RECENTE: evolução de indicadores e condicionantes. **Caderno CRH**, v. 32, n. 87, p. 641-657, 2019.

ROHRSCHEIDER, Robert. Institutional learning versus value diffusion: The evolution of democratic values among parliamentarians in Eastern and Western Germany. **The Journal of Politics**, v. 58, n. 2, p. 422-446, 1996.

RUEDIGER, Marco Aurélio et al. Ação coletiva e polarização na sociedade em rede para uma teoria do conflito no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 2, n. 4, p. 205-234, 2014.

SCHEDLER, Andreas; SARFIELD, Rodolfo. Democrats with adjectives: Linking direct and indirect measures of democratic support. **European journal of political research**, v. 46, n. 5, p. 637-659, 2007.

SINGER, Matthew. Elite polarization and the electoral impact of left-right placements: Evidence from Latin América, 1995-2009. **Latin American Research Review**, p. 174-194, 2016.

SNIDERMAN, Paul M.; BRODY, Richard A.; KUKLINSKI, James H. Policy reasoning and political values: The problem of racial equality. **American journal of political science**, p. 75-94, 1984.

SULLIVAN, John L.; TRANSUE, John E. The psychological underpinnings of democracy: A selective review of research on political tolerance, interpersonal trust, and social capital. **Annual review of psychology**, v. 50, n. 1, p. 625-650, 1999.

SULLIVAN, John L.; PIERESON, James; MARCUS, George E. **Political tolerance and American democracy**. University of Chicago Press, 1993.

SULLIVAN, John L. et al. The sources of political tolerance: A multivariate analysis. **The American Political Science Review**, p. 92-106, 1982.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.

UMPHRESS, Elizabeth E. et al. When birds of a feather flock together and when they do not: status composition, social dominance orientation, and organizational attractiveness. **Journal of Applied Psychology**, v. 92, n. 2, p. 396, 2007.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E. **Voice and equality: Civic voluntarism in American politics**. Harvard University Press, 1995.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E. **The unheavenly chorus: Unequal political voice and the broken promise of American democracy**. Princeton University Press, 2013.

VERBA, Sidney. BRADY, Henry E. SCHLOZMAN, Kay Lehman. **Unequal and unrepresented political inequality and the people's voice in the new Gilded Age**. Princeton University Press. 2018.

VERKUYTEN, Maykel; YOGESWARAN, Kumar; ADELMAN, Levi. Intergroup toleration and its implications for culturally diverse societies. **Social Issues and Policy Review**, v. 13, n. 1, p. 5-35, 2019.

WHITLEY JR, Bernard E. Right-wing authoritarianism, social dominance orientation, and prejudice. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 77, n. 1, p. 126, 1999.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, n. 67, p. 139-190, 2006.

ZEMBORAIN, Martin R.; JOHAR, Gita Venkataramani. Attitudinal ambivalence and openness to persuasion: A framework for interpersonal influence. **Journal of Consumer Research**, v. 33, n. 4, p. 506-514, 2007.

DATAFOLHA-2019-AVALIAÇÃO DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO 1 ANO-CESOP-DATAFOLHA/BRASIL/BR19.DEZ-04698. In: Banco de Dados do CESOP/DATAFOLHA. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4551>. Acessado em junho de 2020.

ANEXO

ANEXO 1 - Variáveis componentes do índice de preferências democráticas

Agora vamos falar de outro assunto.. Algumas pessoas dizem que em certas circunstâncias se justificaria que os militares tomassem o poder através de um golpe de estado. Na sua opinião, se justificaria um golpe militar...	JC10. Quando há muito crime	(1) Seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado	(2) Não se justificaria que os militares tomassem o poder por um golpe de estado
	JC13. Diante de muita corrupção	(1) Seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado	(2) Não se justificaria que os militares tomassem o poder por um golpe de estado
Agora, vamos usar um cartão similar, porém o ponto 1 representa “discorda muito” e o ponto 7 representa “concorda muito”. Um número entre 1 e 7, representa uma pontuação intermediária.	ING4. Mudando de assunto de novo, a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?		

Fonte: Lapop, 2016-2017

Elaboração própria.

**ANEXO 2 – Cruzamento (in)tolerância e preferências democráticas
(teste de qui-quadrado)**

		Preferências democráticas		Total	
		Antidemocrático	Democrático		
(In)tolerância	Intolerante	Count	180	305	485
		Expected Count	159,6	325,4	485,0
		% within (In)tolerância	37,1%	62,9%	100,0%
		% within Preferências democráticas	52,6%	43,8%	46,7%

		% of Total	17,3%	29,4%	46,7%
		Adjusted Residual	2,7	-2,7	
	Tolerante	Count	162	392	554
		Expected Count	182,4	371,6	554,0
		% within (In)tolerância	29,2%	70,8%	100,0%
		% within Preferências democráticas	47,4%	56,2%	53,3%
		% of Total	15,6%	37,7%	53,3%
		Adjusted Residual	-2,7	2,7	
			Count	342	697
		Expected Count	342,0	697,0	1039,0
		% within (In)tolerância	32,9%	67,1%	100,0%
		% within Preferências democráticas	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	32,9%	67,1%	100,0%
Total		Count	342	697	1039
		Expected Count	342,0	697,0	1039,0
		% within (In)tolerância	32,9%	67,1%	100,0%
		% within Preferências democráticas	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	32,9%	67,1%	100,0%

Fonte: Lapop, 2016-2017

Elaboração própria.

ANEXO 3 - Teste de qui-quadrado (in)tolerância e preferências democráticas

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	7,256 ^a	1	,007		
Continuity Correction ^b	6,904	1	,009		
Likelihood Ratio	7,250	1	,007		
Fisher's Exact Test				,008	,004
Linear-by-Linear Association	7,249	1	,007		
N of Valid Cases	1039				

Fonte: Lapop, 2016-2017

Elaboração própria.

ANEXO 4 - Variáveis de controle

Recursos	Escolaridade	(ED)Qual foi o último ano de escola que o(a) sr./sra. terminou?	
Engajamento Psicológico	Interesse por política	(POL1) O quanto o(a) sr./sra. se interessa por política: muito, algo, pouco ou nada? (1) Muito (2) Algo (3) Pouco (4) Nada	
Rede de Mobilização	Envolvimento em associações	Agora vou ler uma lista de grupos e organizações. Por favor, diga se o(a) sr./sra. assiste às reuniões dessas organizações pelo menos uma vez por semana, uma ou duas vezes ao mês, uma ou duas vezes ao ano, ou nunca	(CP6) Reuniões de alguma organização religiosa?
			(CP7) Reuniões de uma associação de pais e mestres da escola ou colégio?
			(CP8) Reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade?
Adesão à democracia	Democracia melhor forma de governo	(ING4) Mudando de assunto de novo, a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?	

Fonte: Lapop, 2016-2017

Elaboração própria.

ANEXO 5 preferência partidária

Partido	Frequência	Porcentagem
PT	138	51,88%
PMDB	46	17,29%
PSDB	27	10,15%
PSB	6	2,26%
DEMOCRATAS	2	0,75%
PC do B	1	0,38%
PPS	1	0,38%
PTB	1	0,38%
PSOL	7	2,63%
PP	3	1,13%
PV	5	1,88%
PDT	3	1,13%
OUTRO	26	9,77%
Total	266	100,00%

Fonte: Lapop, 2016-2017.

Elaboração própria

ANEXO 6 - Variáveis de controle

Recursos	Escolaridade	ESCOLA Até que ano da escola você estudou?
Adesão à democracia	Democracia melhor forma de governo	P.27 Gostaria que você me dissesse com qual dessas três afirmações você concorda mais (LEIA ATÉ A INTERROGAÇÃO, ENUMERANDO AS ALTERNATIVAS):
		1 UM, a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo, 2 DOIS, em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático ou 3 TRÊS, tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura?
Engajamento Psicológico	Interesse por política	P.28 Você já ouviu falar do AI-5? (SE SIM) Você se considera bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre esse assunto?
		1 Já ouviu falar e se considera bem informado 2 Já ouviu falar e se considera mais ou menos informado 3 Já ouviu falar e se considera mal informado 4 Nunca ouviu falar

Fonte: Datafolha, 2019.

Elaboração própria

ANEXO 7 – Participação em protestos e preferência partidária

PARTIDO	Protesto		
	Não	Sim	Total
PT (Partido dos Trabalhadores)	105 83,33%	21 16,67%	126
	17	2	19

PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)	89,47%	10,53%	
PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira)	18 85,71%	3 14,29%	21
PSB (Partido Socialista Brasileiro)	1 50,00%	1 50,00%	2
DEM (DEMOCRATAS)	3 100,00%	0 0	3
PC do B (Partido Comunista do Brasil)	3 75,00%	1 25,00%	4
PPS (Partido Popular Socialista)	1 100,00%	0 0	1
PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)	1 100,00%	0 0	1
PSOL (Partido Socialismo e Liberdade)	2 25,00%	6 75,00%	8
PP (Partido Progressista)	2 100,00%	0 0	2
PV (Partido Verde)	1 100,00%	0 0	1
PDT (Partido Democrático Trabalhista)	2 66,67%	1 33,33%	3
PSL (Partido Social Liberal)	35 63,64%	20 36,36%	55
NOVO (Partido Novo)	8 80,00%	2 20,00%	10
Outro	21 87,50%	3 12,50%	24
Total	220 78,57%	60 21,43%	280

Fonte: Lapop, 2018-2019

Elaboração própria.

ANEXO 8 – (In)tolerância e preferência partidária

Partido	Posição	Proibir Greves		Intervir nos sindicatos		Proibir a existência de algum partido		Censurar jornais, TV e rádio		Fechar o Congresso Nacional		Prender suspeitos de crimes sem a autorização da Justiça		Torturar suspeitos para tentar obter confissões ou informações		Controlar o conteúdo das redes sociais	
		Quant.	% (total do partido)	Quant.	% (total do partido)	Quant.	% (total do partido)	Quant.	% (total do partido)	Quant.	% (total do partido)	Quant.	% (total do partido)	Quant.	% (total do partido)	Quant.	% (total do partido)
PMDB	Concorda Totalmente	16	28,57%	4	7,14%	14	24,56%	4	7,14%	9	15,79%	18	32,14%	5	8,93%	11	19,30%
	Concorda em parte	10	17,86%	9	16,07%	11	19,30%	9	16,07%	3	5,26%	9	16,07%	4	7,14%	16	28,07%
	Nem Concorda nem discorda	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1,75%	0	0	1	1,79%	0	0
	Discorda em parte	9	16,07%	12	21,43%	10	17,54%	12	21,43%	11	19,30%	7	12,50%	13	23,21%	6	10,53%
	Discorda totalmente	21	37,50%	30	53,57%	22	38,60%	30	53,57%	32	56,14%	20	35,71%	33	58,93%	22	38,60%
	Não sabe	0	0	1	1,79%	0	0	1	1,79%	1	1,75%	2	3,57%	0	0	2	3,51%
	Total	56	100,00%	56	100,00%	57	100,00%	56	100,00%	57	100,00%	56	100,00%	56	100,00%	57	100,00%
PT	Concorda Totalmente	70	13,59%	50	9,71%	87	16,93%	50	9,71%	83	16,12%	97	18,80%	48	9,34%	103	20,00%
	Concorda em parte	39	7,57%	47	9,13%	40	7,78%	47	9,13%	31	6,02%	54	10,47%	29	5,64%	74	14,37%
	Nem Concorda nem discorda	1	0,19%	3	0,58%	4	0,78%	3	0,58%	9	1,75%	2	0,39%	1	0,19%	6	1,17%
	Discorda em parte	67	13,01%	64	12,43%	94	18,29%	64	12,43%	87	16,89%	63	12,21%	66	12,84%	64	12,43%
	Discorda totalmente	336	65,24%	342	66,41%	277	53,89%	342	66,41%	291	56,50%	296	57,36%	363	70,62%	260	50,49%
	Não sabe	2	0,39%	9	1,75%	12	2,33%	9	1,75%	14	2,72%	4	0,78%	7	1,36%	8	1,55%
	Total	515	100,00%	515	100,00%	514	100,00%	515	100,00%	515	100,00%	516	100,00%	514	100,00%	515	100,00%
PSDB	Concorda Totalmente	8	14,04%	6	10,34%	14	24,14%	6	10,34%	10	17,24%	18	31,03%	9	15,79%	15	25,86%
	Concorda em parte	8	14,04%	5	8,62%	3	5,17%	5	8,62%	2	3,45%	5	8,62%	3	5,26%	10	17,24%
	Nem Concorda nem discorda	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1,72%	0	0	0	0	0	0
	Discorda em parte	11	19,30%	9	15,52%	14	24,14%	9	15,52%	12	20,69%	11	18,97%	5	8,77%	8	13,79%
	Discorda totalmente	30	52,63%	38	65,52%	27	46,55%	38	65,52%	31	53,45%	24	41,38%	40	70,18%	25	43,10%
	Não sabe	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3,45%	0	0	0	0	0	0
	Total	57	100,00%	58	100,00%	58	100,00%	58	100,00%	58	100,00%	58	100,00%	57	100,00%	58	100,00%
PDT	Concorda Totalmente	1	3,57%	0	0	2	6,90%	0	0	4	13,79%	4	14,29%	0	0	5	17,86%
	Concorda em parte	3	10,71%	1	3,57%	4	13,79%	1	3,57%	3	10,34%	2	7,14%	1	3,57%	2	7,14%
	Nem Concorda nem discorda	1	3,57%	1	3,57%	0	0	1	3,57%	0	0	0	0	0	0	0	0
	Discorda em parte	2	7,14%	2	7,14%	5	17,24%	2	7,14%	7	24,14%	3	10,71%	3	10,71%	4	14,29%
	Discorda totalmente	21	75,00%	23	82,14%	18	62,07%	23	82,14%	15	51,72%	19	67,86%	23	82,14%	16	57,14%
	Não sabe	0	0	1	3,57%	0	0	1	3,57%	0	0	0	0	1	3,57%	1	3,57%
	Total	28	100,00%	28	100,00%	29	100,00%	28	100,00%	29	100,00%	28	100,00%	28	100,00%	28	100,00%
PSOL	Concorda Totalmente	1	2,70%	0	0	2	5,26%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Concorda em parte	0	0	0	0	1	2,63%	0	0	2	5,41%	2	5,41%	0	0	4	10,81%
	Nem Concorda nem discorda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2,70%	0	0	0	0
	Discorda em parte	3	8,11%	1	2,70%	5	13,16%	1	2,70%	3	8,11%	2	5,41%	2	5,41%	5	13,51%

	Discorda totalmente	33	89,19%	36	97,30%	30	78,95%	36	97,30%	32	86,49%	32	86,49%	35	94,59%	28	75,68%
	Não sabe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	37	100,00%	37	100,00%	38	100,00%	37	100,00%	37	100,00%	37	100,00%	37	100,00%	37	100,00%
PSL	Concorda Totalmente	10	15,38%	11	16,67%	20	30,30%	11	16,67%	15	22,39%	15	22,73%	7	10,61%	18	27,27%
	Concorda em parte	9	13,85%	4	6,06%	6	9,09%	4	6,06%	8	11,94%	11	16,67%	7	10,61%	11	16,67%
	Nem Concorda nem discorda	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1,49%	0	0	0	0	0	0
	Discorda em parte	13	20,00%	18	27,27%	16	24,24%	18	27,27%	12	17,91%	13	19,70%	8	12,12%	10	15,15%
	Discorda totalmente	32	49,23%	33	50,00%	23	34,85%	33	50,00%	30	44,78%	27	40,91%	43	65,15%	27	40,91%
	Não sabe	1	1,54%	0	0	1	1,52%	0	0	1	1,49%	0	0	1	1,52%	0	0
	Total	65	100,00%	66	100,00%	66	100,00%	66	100,00%	67	100,00%	66	100,00%	66	100,00%	66	100,00%
NOMES	Concorda Totalmente	49	27,37%	32	17,88%	44	24,72%	32	17,88%	39	21,79%	46	25,70%	26	14,53%	56	31,28%
	Concorda em parte	20	11,17%	27	15,08%	20	11,24%	27	15,08%	20	11,17%	24	13,41%	13	7,26%	38	21,23%
	Nem Concorda nem discorda	1	0,56%	0	0	3	1,69%	0	0	2	1,12%	1	0,56%	0	0	2	1,12%
	Discorda em parte	26	14,53%	36	20,11%	46	25,84%	36	20,11%	44	24,58%	47	26,26%	34	18,99%	23	12,85%
	Discorda totalmente	81	45,25%	80	44,69%	61	34,27%	80	44,69%	68	37,99%	60	33,52%	102	56,98%	54	30,17%
	Não sabe	2	1,12%	4	2,23%	4	2,25%	4	2,23%	6	3,35%	1	0,56%	4	2,23%	6	3,35%
	Total	179	100,00%	179	100,00%	178	100,00%	179	100,00%	179	100,00%	179	100,00%	179	100,00%	179	100,00%
NENHUM	Concorda Totalmente	239	13,01%	175	9,53%	309	16,82%	175	9,53%	302	16,44%	350	19,05%	131	7,13%	336	18,29%
	Concorda em parte	186	10,13%	191	10,40%	195	10,62%	191	10,40%	190	10,34%	229	12,47%	131	7,13%	305	16,60%
	Nem Concorda nem discorda	14	0,76%	18	0,98%	29	1,58%	18	0,98%	34	1,85%	23	1,25%	6	0,33%	21	1,14%
	Discorda em parte	356	19,38%	258	14,05%	341	18,56%	258	14,05%	403	21,94%	351	19,11%	269	14,64%	283	15,41%
	Discorda totalmente	999	54,38%	1113	60,62%	858	46,71%	1113	60,62%	789	42,95%	823	44,80%	1243	67,66%	812	44,20%
	Não sabe	43	2,34%	81	4,41%	105	5,72%	81	4,41%	119	6,48%	61	3,32%	57	3,10%	80	4,35%
	Total	1837	100,00%	1836	100,00%	1837	100,00%	1836	100,00%	1837	100,00%	1837	100,00%	1837	100,00%	1837	100,00%
OUTRO	Concorda Totalmente	32	18,71%	20	11,70%	25	14,53%	20	11,70%	28	16,28%	40	23,26%	19	11,05%	41	23,84%
	Concorda em parte	17	9,94%	20	11,70%	26	15,12%	20	11,70%	14	8,14%	24	13,95%	16	9,30%	24	13,95%
	Nem Concorda nem discorda	0	0	0	0	1	0,58%	0	0	1	0,58%	1	0,58%	1	0,58%	0	0
	Discorda em parte	38	22,22%	31	18,13%	32	18,60%	31	18,13%	28	16,28%	38	22,09%	28	16,28%	27	15,70%
	Discorda totalmente	82	47,95%	96	56,14%	86	50,00%	96	56,14%	94	54,65%	64	37,21%	108	62,79%	71	41,28%
	Não sabe	2	1,17%	4	2,34%	2	1,16%	4	2,34%	7	4,07%	5	2,91%	0	0	9	5,23%
	Total	171	100,00%	171	100,00%	172	100,00%	171	100,00%	172	100,00%	172	100,00%	172	100,00%	172	100,00%
TODOS	Concorda Totalmente	426	14,47%	298	10,12%	517	17,53%	298	10,12%	490	16,60%	588	19,94%	245	8,32%	585	19,84%
	Concorda em parte	292	9,92%	304	10,32%	306	10,38%	304	10,32%	273	9,25%	360	12,21%	204	6,92%	484	16,41%
	Nem Concorda	17	0,58%	22	0,75%	37	1,25%	22	0,75%	49	1,66%	28	0,95%	9	0,31%	29	0,98%

nem discorda																
Discorda em parte	525	17,83%	431	14,63%	563	19,09%	431	14,63%	607	20,57%	535	18,14%	428	14,53%	430	14,58%
Discorda totalmente	1635	55,52%	1791	60,79%	1402	47,54%	1791	60,79%	1382	46,83%	1365	46,29%	1990	67,55%	1315	44,59%
Não sabe	50	1,70%	100	3,39%	124	4,20%	100	3,39%	150	5,08%	73	2,48%	70	2,38%	106	3,59%
Total	2945	100,00%	2946	100,00%	2949	100,00%	2946	100,00%	2951	100,00%	2949	100,00%	2946	100,00%	2949	100,00%

Fonte: Datafolha, 2019.

Elaboração própria